

*Boletim da
Academia Galega
da Língua Portuguesa*



Academia Galega da
Língua Portuguesa

Presidente da AGLP

José Martinho Montero Santalha

Conselho de Redação

Conselho Científico

Celso Álvarez Cáccamo (UdC); Carlos Assunção (UTAD); J. Malaca Casteleiro (ACL); Evandilo Bechara (ABL); Zélia Borges (Mackenzie); Paulo Borges (FLUL); Anabela Brito (ULP); Regina Brito (Mackenzie); Luís G. Soto (USC); Carlos Garrido (UVigo); M^a Henriques (UVigo); Álvaro Iriarte (UMinho); Cristina de Mello (UCoimbra); Cilha Mória (UdC); Isabel Morán (USC); José Paz (UVigo); Carlos Reis (UAb); Ricardo Reis (UVA); José L. Rodríguez (USC); Augusto S. da Silva (UCP Braga); Carlos Taibo (UA Madrid); Jurjo Torres (UdC); Álvaro Vidal (UNottingham); Evandro Vieira Ouriques (NETCCON-UFRRJ); Xavier Vilhar (USC); Beatriz Weigert (UÉvora).

Impressão

Sacauntos Cooperativa Gráfica

Depósito Legal C-2345/08

ISSN 1888-8763

Secretário da AGLP

Ângelo Cristóvão Angueira

Maria Dovigo, Iolanda Mato Creo (editora), Ernesto Vasques Souza, Joám Evans Pim, António Gil Hernández (Diretor).

Conselho Assessor

Isaac Alonso Estraviz; Artur Alonso Novêlho; José Manuel Barbosa; Ângelo Brea Hernández; Margarida Castro; Henrique Correia; Chrys Chrystello; Marcos Crespo; Ângelo Cristóvão; Renato Epifânio; Carlos Durão Rodrigues; Luís Gonçalves Blasco; Vítor Lourenço Peres; Higinio Martins Estevez; Anabela Mimoso; Mário Afonso Nozeda Ruitinha; Henrique Salles da Fonseca; Francisco Paradelo Rodríguez; Ramom Reimunde Noreinha; Valentim Rodrigues Fagim; José R. Rodrigues Fernandez; Concha Rousia; Rudesindo Soutelo; Cathryn Teasley Severino; Joám Trilho; Fernando Vazques Corredoira; Xavier Vásquez Freire; Crisanto Veiguela Martins.

Edita

Academia Galega da Língua Portuguesa
Rua de Castelo n.º 27
15900 Padrão, Galiza

<http://www.academiagalga.org>

Conteúdos

ESTUDOS

Entre Agostinho da Silva e Fernando Pessoa	<i>Renato Epifânio</i>	11
Estudo, selecção e classificação de entidades geográficas para um mapa global da peregrinação	<i>Afonso Xavier Canosa Rodrigues</i>	21
Do ensino a distância ao ensino online	<i>Carla P. de Oliveira e Susana Mântua</i>	35
Presença de Camus no Teatro de Marinhas del Valle?	<i>Pablo González Mariñas</i>	55
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)	<i>Rolf Kemmler</i>	69
<i>Ainda Penélope no poeta Diaz Castro</i>	<i>Joaquim Campo Freire</i>	83
Saudade: habitáculo suspenso	<i>Luís G. Soto</i>	93
Novas da Galiza, jornalismo independente em galego-português na Galiza do século XXI	<i>Raul Rios Rodríguez</i>	103
Disciplina é liberdade	<i>Evandro Vieira Ouriques</i>	121

INSTITUIÇÃO

Atividades da AGLP no ano 2014	<i>Ângelo Cristóvão</i>	143
IV Português Perto. Aquelas Nossas Músicas	<i>Xico Paradelo</i>	147

PUBLICAÇÕES

<i>Lembranças da Terra & outras histórias de um futuro possível</i>	<i>Carlos Durão</i>	155
---	---------------------	------------

<i>Galiza, um povo sentimental? Género, política e cultura no imaginário nacional galego</i>	<i>Ernesto Vasques Souza</i>	159
<i>Breve História do Reintegracionismo</i>	<i>Roi Vales da Oliveira</i>	165
<i>A casa da mãe: a chama, a Ostrácia e a língua</i>	<i>Maria Fernanda Garbero</i>	171
<i>Açorianidades. Excertos aleatórios de uma seleção de poetas que participaram nos colóquios da lusofonia</i>	<i>Chrys Chrystello</i>	177
<i>Livros que nom lê ninguém: poesia, movimentos sociais e antagonismo político na Galiza</i>	<i>Ernesto Vasques Souza</i>	181
<i>Os falares dos concelhos de Trasmiras e Qualedro</i>	<i>Higino Martins Esteves</i>	185

Editorial

Johan Vicente Viqueira, que faleceu em 1924, é e deve ser sempre um dos pensadores fundamentais para o reintegracionismo tanto idiomático quanto político e social.

Uma das ideias chave do pensamento viqueirano, talvez a matriz, se acha expressa nos vocábulos-termos *harmonia* e *ação* quer referidos aos indivíduos, quer aos grupos, em particular, aos nacionais, às nações.

Assim se explica no artigo intitulado *Ação*:

II.- 3.- [...] O homem, só por ser homem, faz-se uma ideia e é ela que o dirige na sua ação. Mas de contado poderia arguir-se contra essa fundamentação do ideal na consciência: *há homens, os mais talvez, para os quais o ideal não existe, nem a vida segundo ideal!* Contudo, não basta. A beleza da paisagem é tal beleza, embora os homens não a sintam, e as condições da beleza estão na consciência. Arguir-se-á ainda: *ambos os casos são idênticos!* É impossível penetrar agora numa fundamentação filosófica do ideal. As alíneas precedentes são apenas um assinalamento do difícil caminho que hoje parece tomar-se. Contentemo-nos com uma fundamentação prática. A vida segundo ideal é serena, firme, plena de intenso gozo. Comparai o Sócrates com qualquer ateniense banal! (*Obra seleta* 2012 [1974]: 235)

No artigo “A harmonia não é limitação. É-o a exaltação parcial (pobre de espírito)”, inédito até à publicação póstuma em *Ensayos y poesias* (193), complementa:

[...] a nossa exaltação da harmonia dirige-se contra a *pobreza de espírito*. O pobre de espírito é uma humilde luz que, embora brilhe com infável engodo, é só uma melodia pastoril e singela na canção da vida. Não conhece mais nota do que a sua *humildade*. Vive afogado num único e restrito amor. Mas quanta vida perdida no seu ser, quantas possibilidades de riqueza de vida que não florescem! Não lhe importa a harmonia; a sua alma está rota e dilacerada, não lhe importa o humano, mas naquilo que chama divino, só acha a beatitude da morte para deixar passo aos que querem *viver*. A sua vida é pobre, é um pobre de alma! (*Ibidem*: 238)

No artigo *Ação*, citado, explica Viqueira o que entende por ideal e que objetivos pode conseguir o homem de ideais:

III.- 1.- [...] se o ideal vale, a vida deve submeter-se incondicionalmente a ele. Pelo menos, a vida de aqueles que aspirarem à máxima riqueza do seu existir. Ainda assim, as dúvidas, a falta de ânimo apresentam-se na nossa alma. Por vezes os obstáculos aparecem impossíveis de vencer, por vezes cremo-nos inferiores à tarefa. Queria assinalar (pode ser muito proveitoso aos jovens) que ambas as situações são igualmente falsas. (Ibidem: 235-236)

E continua a seguir:

III.- 2.- [...] o ideal é qualquer coisa que avança, que precisa de se fazer. A nossa vida não se dá dum golpe, é sucessiva. Se tudo fosse cedendo à medida do impulso rítmico do trabalho! As dificuldades afundirão o débil, o incapaz da proximidade do ideal. Ao forte excitá-lo-ão. Fichte, por excelência na modernidade o forte ideal, não percebia neste mundo mais do que um sistema de obstáculos para a realização do ideal. Bom, direis, seremos covardes, mas que nos trará o valor? Sabeis quando, em que momento cederiam as dificuldades? Sabeis sequer se estas são invencíveis? E, no caso de se poder responder afirmativamente, morrer gloriosamente no inebriamento da luta não vale mais do que languidamente no tédio? (Ibidem: 236)

Na secção II. do artigo *Ação*, citado, estabeleceu:

1.- Cumpre partirmos de pressupostos, de postulados, sem os quais a nossa vida não tem sentido. A saber:

- a) o facto de o ideal existir, de haver qualquer coisa que deve ser realizado por nós;
- b) o facto de sermos capazes, cada um na própria medida, de realizarmos o ideal. [...] Porque sustentat que a vida vale, que a existência não é caos doloroso e louco, é justamente sustentar o valor do ideal. (ibidem: 233-234).

“Em poucas gerações poderá a Galiza contemplar o seu velho rusticado rosto no límpido espelho da língua portuguesa, que lhe devolverá a sua imagem real e ideal de Terra prometida e livre – e orgulhosa da sua voz, que virá então a tornar o seu lugar de antiguidade no coro ecuménico, terceiro do mundo, de europeus, americanos, africanos e asiáticos que se exprimem na língua de Camões, de Rosalia e de Machado de Assis – perto de 200 milhões de almas que ocupam uma sétima parte do Globo (...) Como poeta, embora humilde, que sou, reclamo o que de jus me cabe: o direito a sonhar com uma estrutura da Hispânia mais em harmonia com a pluralidade dos Povos que a compõem; o direito a sonhar que nessa nova ordenação o Minho deixe de ser uma linha de separação política para passar a ser apenas uma bela fita de prata numa paisagem comum; o direito a sonhar com a resposta de uma Galiza livre ao apelo lançado pelo poeta Lopes Vieira: ‘Deixa a Castela e vem com nós’; o direito, enfim, a sonhar com aquela ‘Portugaliza’ ideal dos dois Povos do Cabo da Europa que visionaram Pondal e Teixeira de Pascoaes – e Mestre Lapa, vitalício sonhador, que, graças a Deus, continua a nutrir sonhos animadores de realidades.”

Ernesto Guerra da Cal, "Antelóquio indispensável", in *Futuro Imemorial. Manual de Velhice para Principiantes*, Lisboa, 1985.

Estudos

Entre Agostinho da Silva e Fernando Pessoa

Sobre o “Império que só
poderá surgir quando Portugal,
sacrificando-se como Nação,
apenas for um dos elementos
de uma comunidade
de língua portuguesa”

Renato Epifânio

Resumo

Se tivéssemos que escolher os filósofos portugueses que mais profundamente pensaram a situação concreta da nossa História e Cultura, escolheríamos, sem desprimor para todos os outros, Agostinho da Silva e Fernando Pessoa. Nessa medida, será com eles que aqui iremos dialogar, para pensarmos a nossa situação histórico-cultural, em suma, para pensar Portugal: entre o espaço europeu e o espaço lusófono.

Palavras-chave

Agostinho da Silva, Fernando Pessoa, Portugal, Espaço lusófono.

Abstract

If we were to choose the Portuguese philosophers who thought more deeply on the particular situation of our history and culture, we would choose Agostinho da Silva and Fernando Pessoa. To that extent, will be here with them that we will talk, to understand our historical and cultural situation, in short, to think Portugal: between Europe and the Lusophone space.

Key words

Agostinho da Silva, Fernando Pessoa, Portugal, Lusophone space.

Tal como António Quadros, que considerava a *Mensagem* de Fernando Pessoa como a “Bíblia da Portugalidade”¹, considera Agostinho da Silva que ela não é apenas “sem dúvida a mais importante obra” de Pessoa, como a mais importante obra da nossa tradição, superando mesmo os *Lusíadas*: “...pela inteligência e entendimento fundamentais que enformam toda a obra e por ter posto mais claro do que Camões na *Ilha dos Amores* a concepção de um verdadeiro Império Português ou Quinto Império, veríamos até [a] *Mensagem* como de importância superior à dos *Lusíadas* (...)”².

Como recorda o autor d’ *Um Fernando Pessoa* – é sobre essa obra que agora nos iremos debruçar – compõe-se a *Mensagem* de três partes – *Brasão*, *Mar Português* e *O Encoberto* –, que correspondem às três instâncias ôntico-temporais que, na Visão pessoana, delimitam o destino de Portugal. Como escreveu o próprio Pessoa no seu “prefácio” à obra *Quinto Império*, de Augusto Ferreira Gomes: “Temos pois que a Nação Portuguesa percorre, em seu caminho imperial, três tempos (...)”³. No primeiro, como escreveu Agostinho, trata-se ainda da “potência sem o acto”. No segundo, trata-se já do acto, da actualização da potência, acto esse que, contudo, “não esgota [ainda] a potência”. No terceiro, finalmente, antecipa-se a plena consumação do nosso destino...

Como recorda ainda o próprio Agostinho da Silva, inicia Fernando Pessoa o seu poema, a primeira parte do seu poema, da sua *Mensagem*, por afirmar Portugal como o “rosto da Europa”⁴ – citemo-las: “A Europa jaz, posta nos cotovelos:/ De Oriente a Ocidente jaz, fitando,/ E toldam-lhe românticos cabelos/ Olhos gregos, lembrando.// O cotovelo esquerdo é recuado;/ o direito em ângulo disposto./ Aquele diz Itália onde é pousado;/ Este diz Inglaterra onde, afastado,/ A mão sustenta, em que se apoia o rosto.// Fita, com olhar esfíngico e fatal,/ O Ocidente, futuro do passado.// O rosto com que fita é Portugal.”⁵.

¹ Cf. “O Homem Português”, in AA.VV., *Que Cultura portuguesa nos próximos 25 anos?*, Lisboa, Verbo, 1984, p. 205.

² *Ensaios sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Âncora, 2000 (doravante: *ECLPB*), vol. I, p. 91. Só não o é totalmente porque – como nos diz ainda Agostinho – “inutilmente procuramos na obra de Pessoa traços daquela espantosa e eloquente vitalidade de Camões, daquela ignea personalidade que em si ardentemente destruía todos os círculos limitadores que ele próprio ou os outros tentavam traçar à sua volta”.

³ *Quinto Império*, pref. de Fernando Pessoa, Lisboa, A.M. Pereira, 2003 (2ª), p. 18.

⁴ A respeito da caracterização de Portugal como o “rosto da Europa”, ver em particular: Manuel J. Gandra, *Da Face Oculta do Rosto da Europa – Prolegómenos a uma História Mítica de Portugal*, pref. de José Manuel Anes, Lisboa, Hugin, 1997 (sobretudo o primeiro capítulo: “A Europa tem rosto?”, pp. 11-25).

⁵ *Mensagem*, in “*Mensagem e outros poemas afins*”, Mem Martins, Europa-América, 1990, p. 137. Destaque-se, nesta edição, a magnífica introdução a toda a obra pessoana e, muito especialmente, a este poema que nos é feita por António Quadros.

*

A voz que assim se faz ouvir, se é que nós, na verdade, a ouvimos, é, segundo Agostinho da Silva, muito mais do que a mera voz do poeta, a voz do próprio tempo, da nossa história, do nosso destino. Diz-nos ela que “a Europa jaz”, reduzida que está ao que resta das “ruínas gregas”, à nostalgia de um “paraíso perdido”, como que ancorada no impasse de um “regresso eternamente impossível”. Se assim é, importa, contudo, levantar de novo as âncoras e (re)iniciar, a bordo desta “jangada de pedra”, a viagem. Como “praia, pátria ocidental” por excelência, como “lugar da finisterra”, é Portugal, à luz desta visão, “a porta, a ponte mítica” dessa viagem que só agora, enfim, se inicia... À luz desta visão, toda a nossa história foi, aliás, uma paciente preparação para a concretização desse “destino espiritual que mal se desenha entre névoas e sombras”.

Ao contrário do que é voz corrente, esse “destino espiritual” não se cumpriu, contudo, segundo Agostinho da Silva, com as “Descobertas” – estas não foram nem a nossa “idade de ouro” nem, muito menos, o nosso “último passo”⁶. Neste recorrente equívoco reside, aliás, para o autor d’ *Um Fernando Pessoa*, o maior entrave à consumação da nossa demanda. Paradoxalmente, dir-se-ia, as “Descobertas” significaram o nosso próprio “Encobrimento”. Eis, de resto, o que já foi denunciado por outros hermenutas da nossa tradição filosófica e cultural, como, nomeadamente, José Marinho, que chegou a escrever que estas, as “Descobertas”, representaram, em grande medida, um “descobrir feito à periferia das coisas”⁷, senão mesmo, como escreveu ainda, um “caminho para uma visão fechada”⁸.

Daí, aliás, ainda segundo Agostinho da Silva, todo o sentido da segunda parte da *Mensagem*. Sendo, aparentemente, uma exaltação das “Descobertas”,

⁶ Eis, igualmente, ainda a seu ver, a perspectiva de Pessoa – daí, a título de exemplo, estas suas palavras: “Mas eu suponho que Fernando Pessoa pensa que Portugal não teve apenas um papel histórico num certo século, para mostrar ao mundo o que era o mundo, que foi o que Portugal fez, mas que precisa continuar essa obra e passar agora a outro descobrimento muito mais importante, que é o descobrimento da natureza humana e da sua realização plena. Que Portugal apenas descobriu os outros continentes, mas que precisa agora que as pessoas descubram, não apenas o mundo que têm fora de si, mas o mundo que têm dentro de si.” [In *Diário de Notícias*, Lisboa, 6/10/1994].

⁷ Cf. *Aforismos sobre o que mais importa*, “Obras de José Marinho”, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, p. 108: “Os portugueses fizeram a experiência negativa das viagens e sua ilusão no decurso dos círculos que se seguem à empresa do Infante (...). A experiência negativa das viagens resulta de que o seu humanismo foi principalmente pragmático, o seu descobrir foi feito à periferia das coisas.”

⁸ Cf. *Nova Interpretação do Sebastianismo e outros textos*, “Obras de José Marinho”, vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, p. 224. Isto apesar da sua inicial inspiração franciscana, de acordo com a tese de Jaime Cortesão que Marinho expressamente refere [cf. *ibid.*, p. 252].

da “Possessão dos Mares”, ela não narra ainda, verdadeiramente, “a história de Portugal, mas apenas o seu interrompido prólogo”. A sua glória, se é que glória teve, foi, tão-só, a de “ter mostrado que o mar é sempre o mesmo e que a sua posse nada significa de vital” e de que “o que vale na empresa de buscar é a busca e não o encontro”⁹. Eis, de resto, a tese que o autor da *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa* nos reiterou em múltiplas outras passagens da sua obra – daí, a título de exemplo, a sua assumida “resolução de ser diferente, de tomar os rumos não tentados”¹⁰, o seu assumido “prazer de embarcar, [de] embarcar sempre, acreditando cada vez menos nos pontos de chegada”, de “embarcar num navio que nunca chegará, rumar por mapa e bússola ou goniómetro para o porto que não existe”¹¹.

Só assim, aliás, poderemos “ser tudo, como Deus”, assim cumprindo esse destino, esse “futuro”, por Pessoa prefigurado em 1923 – nas suas palavras: “Esse futuro é sermos tudo. Quem, que seja português, pode viver a estreiteza de uma só personalidade, de uma só nação, de uma só fé? Que português verdadeiro pode, por exemplo, viver a estreiteza estéril do catolicismo, quando fora dele há que viver todos os protestantismos, todos os credos orientais, todos os paganismos mortos e vivos, fundindo-os portuamente no Paganismo Superior. Não queiramos que fora de nós fique um único deus! Absorvamos os deuses todos! Conquistámos já o Mar: resta que conquistemos o Céu, ficando a terra para os Outros, os eternamente Outros, os Outros de nascença, os europeus que não são europeus porque não são portugueses. Ser tudo, de todas as maneiras, porque a verdade não pode estar em faltar ainda alguma coisa!”¹².

*

Como é óbvio, esse movimento ontológico de outração de si “de todas as maneiras” implica o sacrifício de toda e qualquer substancialidade identitativa... Por isso, aliás, escreveu Agostinho da Silva, na sua própria “Mensagem”, que “só então Portugal, por já não ser, será”¹³. Radica aqui a singular ideação de Portugal de Agostinho da Silva, a sua ideação de Portugal não

⁹ Cf. *ECLPB*, p. 94.

¹⁰ Cf. *Diário de Alcestes*, Lisboa, Ulmeiro, 1990 (2ª), p. 37.

¹¹ Dado que, como escreveu ainda: “Não me tentam nada as estradas que vão de um ponto a outro, de que sabemos, à partida, a quilometragem e a direcção; tentam-me as estradas que não vão dar a nenhum ponto (...).” [*Sete Cartas a um Jovem Filósofo*, Lisboa, Ulmeiro, 1997 (2ª), pp. 35-36]. Daí ainda, nesta esteira, este seu conceito de filosofia: “Para o que ama a Verdade não há descanso nem termo, porque a vê no próprio caminhar, a surpreende no esforço contínuo da marcha; o amor da Verdade não é um desejo de chegar, mas o anseio de superar. Não me importa o resultado, mas o método.” [*Glossas*, in *Textos e Ensaios Filosóficos*, Lisboa, Âncora, 1999, vol. I, p. 37].

¹² *Obras de Fernando Pessoa*, Porto, Lello, 1986, vol. III, pp. 703-704.

¹³ Cf. “Mensagem”, in *Dispersos*, Lisboa, ICALP, 1989 (2ª), p. 697.

enquanto país mas enquanto “ideia a difundir pelo mundo”¹⁴, ideiação essa que Agostinho enunciou em diversas passagens da sua obra, nomeadamente ao explicitar, ainda no seu *Um Fernando Pessoa*, a sua teoria das três ideias de Portugal.

Assim, tal como ocorre no poema pessoano, corresponde o “primeiro Portugal” a uma primeira instância óntico-temporal: o ser-tempo em que Portugal visava ainda, tão-só, a plena delimitação das suas fronteiras, da sua substancialidade identitativa. Eis o “primeiro Portugal” que Agostinho da Silva descreve nos seguintes termos: “O primeiro Portugal foi o Portugal continental, o da defesa contra a Espanha, ou melhor, contra Castela, e, porventura, sobretudo, o Portugal da velha unidade galaico-portuguesa, o Portugal lírico e guerreiro das cantigas de amigo e das velhas trovas do cancionero popular; nele estiveram as raízes mais profundas da nacionalidade e nele sempre residiram as inabaláveis bases daquele religioso amor da liberdade que caracteriza Portugal como grei política (...).”¹⁵.

Se este foi, segundo o próprio Agostinho da Silva, o “primeiro Portugal” – aquele que, como dissemos, visava ainda, tão-só, a plena delimitação das suas fronteiras, da sua substancialidade identitativa –, o “segundo Portugal”, por sua vez, já não procurou ser apenas o que era, assim impondo a si e aos outros o seu próprio ser, mas procurou igualmente “o para além de si”, assim iniciando a sua viagem – como logo de seguida escreveu Agostinho: “Terminada, porém, a fase de expansão, outro Portugal entrou em jogo e muito mais adaptado à sua tarefa do que o Portugal do Norte, demasiado rígido para as aventuras da miscigenação, da tessitura económica e do nomadismo que não conhece limites, e, no entanto, firmaria fronteiras (...).”.

Daí, precisamente, a indelimitação do “terceiro Portugal”, ou seja, do Portugal que já não procura “firmar fronteiras” – ainda nas palavras de Agostinho da Silva: “[Finalmente, o terceiro Portugal] É um Portugal que não tem seu centro em parte alguma e cuja periferia será marcada pela expansão de sua língua e da sua cultura de *Pax in excelsis* que ela levar consigo (...): [é] o Portugal da Hora, o Portugal de Bandarra, de Vieira e da *Mensagem* (...).”¹⁶. Sê-lo-á mesmo, o Portugal da *Mensagem*?... A nosso ver sim, em grande medida. Desde logo porque, tal como para Agostinho, para Pessoa, Portugal era, sobretudo, uma “ideia a difundir pelo mundo” – não, ressalve-se, para converter os outros ao que nós somos mas, ao invés, para

¹⁴ Cf. *Reflexão...*, in *ECLPB*, vol. I, p. 65.

¹⁵ *Um Fernando Pessoa*, in *ECLPB*, vol. I, pp. 95-96.

¹⁶ *Ibid.*, p. 96.

que os outros sejam plenamente o que são e se reconheçam, também de modo pleno, em si próprios¹⁷.

*

O mesmo defende, a nosso ver, Agostinho da Silva, inclusivamente quando afirma que “Portugal só será quando for o mundo inteiro e o mundo inteiro o for”¹⁸ – com estas palavras, com efeito, também não está Agostinho a defender uma posição imperialista, de, dir-se-ia, *portugalização* do mundo. Longe disso. Agostinho, aliás, tal como, de resto, Pessoa, sempre foi um amante do Múltiplo relativamente ao Uno, da heterogeneidade relativamente à homogeneidade. Estranho seria, nessa medida, que defendesse a homogeneização, ainda que *portugalizante*, do mundo. Ao invés, o que Agostinho defende é que cada um de nós, por extensão, cada comunidade, se assuma, o mais possível, na sua relativa diferença. Não porque essa diferença seja, de alguma forma, superior a qualquer outra. De modo algum. Tão-só só porque é nossa, porque é ela que funda a nossa singularidade. Tão-só. Não se trata aqui, com efeito, de afirmar qualquer espécie de superioridade de uma cultura relativamente às outras. Todas são igualmente verdadeiras, na medida em que sejam genuínas. De resto, a verdade não está, à luz desta visão, em nenhuma cultura em particular. De modo algum. Quanto muito está em todas: não – ressalve-se – na síntese de todas elas, mas na pluralidade irredutível de todas elas.

Mas – perguntarão alguns – não afirmam Fernando Pessoa e Agostinho da Silva a superioridade da nossa cultura, da “ideia de Portugal”?... Não exactamente, respondemos nós. O que Pessoa e Agostinho defendem, mais exactamente, é a superioridade da ideia de que não há culturas superiores e de que, nessa medida, nenhuma delas se deve sobrepor a qualquer outra, antes, ao invés, todas elas se devem plenamente expressar. É essa, verdadeiramente, a “ideia a difundir pelo mundo”. Quanto a Portugal, cabe-lhe, não, de todo, afirmar a sua superioridade – em si mesma, ilusória, como, de resto, a de qualquer outro país –, mas, tão-só, a superioridade – real – desta ideia. É essa, em suma, a sua missão. Difundir a ideia de Quinto Império enquanto, precisamente, o espaço-tempo em que cada um, por extensão, cada comunidade, se possa assumir, em absoluto, na sua relativa diferença –

¹⁷ Daí, aliás, a imagem que Pessoa nos propõe de Portugal enquanto “espelho”, ao prefigurar o que é, o que deve ser, a “arte portuguesa” – nas suas palavras: “Arte portuguesa será aquela em que a Europa – entendendo por Europa principalmente a Grécia antiga e o universo inteiro – se mire e se reconheça sem se lembrar do espelho. Só duas nações – a Grécia passada e o Portugal futuro – receberam dos deuses a concessão de serem não só elas mas também todas as outras.” [*Obras de Fernando Pessoa*, ed. cit., vol. III, p. 702].

¹⁸ Cf. *Dispersos*, ed. cit., p. 255.

não, de modo algum, afirmar-se como “cabeça” desse Império¹⁹. De resto, o que desde logo caracteriza o Quinto Império, e o irredutivelmente distingue de todos os outros, é o facto de ele não ter “cabeça” – como lapidariamente escreveu o próprio Agostinho a este respeito, “paradoxalmente, apenas haverá um 5º Império se não existir um 5º Imperador”²⁰. Replicar-se-á que sem Imperador não pode haver Império. Eis a réplica que o próprio Agostinho parece aceitar ao ter-se referido ao Quinto Império como “o tal Império do Espírito Santo que, no fim de contas, não é império nenhum”²¹.

Império ou não – o nome é, aqui, o menos importante –, é o Quinto Império, à luz da visão de Fernando Pessoa e de Agostinho da Silva, o espaço-tempo que mais importa cumprir. Para tal, importa difundir essa ideia pelo mundo. Pessoa defende que é a Portugal que cabe realizar tal missão. E eis aqui, a nosso ver, a maior divergência entre Pessoa e Agostinho: enquanto Pessoa fala apenas de Portugal, Agostinho, em geral, fala de Portugal e também, senão mesmo, por vezes, sobretudo, do Brasil. Curioso seria, aliás, indagar por que razão Pessoa sempre foi tão indiferente ao Brasil²². Atendendo à sua obra, de heteronímica autoria, poderia, eventualmente, esperar-se que Pessoa fosse mais sensível a alguns aspectos da cultura brasileira, nomeadamente ao Carnaval – pois que são os heterónimos pessoanos senão as máscaras de um mesmo rosto?... A explicação pode ser, contudo, e provavelmente é, a mais prosaica de todas as possíveis: Pessoa sempre foi indiferente ao Brasil porque, muito simplesmente, nunca lá foi nem, muito menos, lá viveu. O contrário poderia, aliás, dizer-se de Agostinho: a sua paixão pelo Brasil deve-se, desde logo, ao facto de ter lá vivido durante várias décadas. Se isso não se tivesse verificado, essa paixão não teria sido, decerto, tão intensa, e o Brasil teria permanecido para Agostinho, por mais que à distância o amasse, apenas um “Brasil Mental”.

*

De tal modo assim foi que, como ainda hoje é reconhecido, Agostinho da Silva foi, de facto, desde os anos cinquenta, o grande prefigurador de uma “comunidade luso-afro-brasileira, com o centro de coordenação em África, de maneira que não fosse uma renovação do imperialismo português, nem

¹⁹ Ao contrário, aliás – como defende Agostinho no último parágrafo desta sua obra, esse Império “só poderá surgir quando Portugal, sacrificando-se como Nação, apenas para um dos elementos de uma comunidade de língua portuguesa” [cf. *Reflexão...*, in *ECLPB*, vol. I, p. 117].

²⁰ Cf. *ibid.*, p. 128.

²¹ Cf. *ibid.*, p. 161.

²² Facto que, aliás, o próprio Agostinho da Silva denunciou – nas suas palavras: “...só um pouco, pelo Ricardo Reis, se importou Pessoa com o Brasil.” – e lamentou, dado que, ainda nas suas palavras, “o conhecimento do Brasil lhe teria dado a certeza da continuidade da cultura de Portugal” [*Educação de Portugal*, Lisboa, Ulmeiro, 1990 (2ª), p. 14].

um começo do imperialismo brasileiro. O foco central poderia ser em Angola, no planalto, deixando Luanda à borda do mar e subir, tal como se fizera no Brasil em que se deixou a terra baixa e se foi estabelecer a nova capital num planalto com mil metros de altitude. Fizessem a mesma coisa em Angola, e essa nova cidade entraria em correspondência com Brasília e com Lisboa para se começar a formar uma comunidade luso-afro-brasileira²³.

Na sua perspectiva, assim se cumpriria essa Comunidade Lusófona, a futura “Pátria de todos nós”: “Do rectângulo da Europa passámos para algo totalmente diferente. Agora, Portugal é todo o território de língua portuguesa. Os brasileiros poderão chamar-lhe Brasil e os moçambicanos poderão chamar-lhe Moçambique. É uma Pátria estendida a todos os homens, aquilo que Fernando Pessoa julgou ser a sua Pátria: a língua portuguesa. Agora, é essa a Pátria de todos nós.”²⁴. Daí ainda o ter-se referido ao que “no tempo e no espaço, podemos chamar a área de Cultura Portuguesa, a pátria ecuménica da nossa língua”²⁵, daí, enfim, o ter falado de uma “placa linguística de povos de língua portuguesa — semelhante às placas que constituem o planeta e que jogam entre si”²⁶, base da criação de uma “comunidade” que expressamente antecipou²⁷.

Fiel a essa “Pátria de todos nós”, a essa visão estratégica de Agostinho da Silva, tem sido o MIL: Movimento Internacional Lusófono, um movimento cultural e cívico recentemente criado mas que conta já com vários milhares de membros, de todo o espaço da lusofonia, e que tem defendido, de forma coerente e consequente, o reforço dos laços entre os países lusófonos — no plano cultural, desde logo, mas também social, económico e político²⁸. Como já alguém escreveu, o que temos procurado fazer é “construir a CPLP por baixo, ao nível da sociedade civil”. Desde logo, promovendo o sentido de cidadania lusófona, ainda tão incipiente na maior parte de nós. Ainda e

²³ *Vida Conversável*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1994, pp. 156-157.

²⁴ *Conversas com Agostinho da Silva*, entrevista de Victor Mendanha, Lisboa, Pergaminho, 1994, pp. 30-31. Conforme afirmou ainda: “Fernando Pessoa dizia ‘a minha Pátria é a língua portuguesa’. Um dia seremos todos — portugueses, brasileiros, angolanos, moçambicanos, guineenses e todos os mais — a dizer que a nossa Pátria é a língua portuguesa.” [in *Dispersos*, ed. cit., p. 122].

²⁵ Cf. “Presença de Portugal”, in *ECLPB*, vol. I, p. 139.

²⁶ In *Dispersos*, ed. cit., p. 171.

²⁷ *Ibidem*: “Trata-se, actualmente, de poder começar a fabricar uma comunidade dos países de língua portuguesa, política essa que tem uma vertente cultural e uma outra, muito importante, económica”. Prefigurando até, com esse horizonte em vista, o “sacrifício de Portugal como Nação”: “esse Império, que só poderá surgir quando Portugal, sacrificando-se como Nação, apenas for um dos elementos de uma comunidade de língua portuguesa” (cf. “Um Fernando Pessoa”, in *ECLPB*, vol. I, p. 117.)

²⁸ Para mais informações: www.movimentolusofono.org. Uma súmula das posições do MIL foi entretanto republicada: *Convergência Lusófona – as posições do MIL: Movimento Internacional Lusófono*, Lisboa: Zéfiro, 2016 (3^a edição, revista e aumentada).

sempre, promovendo o reforço dos laços entre os países e regiões do espaço lusófono, incluindo a Galiza.

RENATO MANUEL LAIA EPIFÂNIO

Professor Universitário; Membro do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, da Direcção do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, da Sociedade da Língua Portuguesa e da Associação Agostinho da Silva; investigador na área da “Filosofia em Portugal”, com dezenas de estudos publicados, desenvolveu um projecto de pós-doutoramento sobre o pensamento de Agostinho da Silva, com o apoio da FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, para além de ser responsável pelo *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa*: www.bibliografiafilosofica.webnode.com; Licenciatura e Mestrado em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; doutorou-se, na mesma Faculdade, no dia 14 de Dezembro de 2004, com a dissertação *Fundamentos e Firmamentos do pensamento português contemporâneo: uma perspectiva a partir da visão de José Marinho*; autor das obras *Visões de Agostinho da Silva* (2006), *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa* (2007), *Perspectivas sobre Agostinho da Silva* (2008), *Via aberta: de Marinho a Pessoa, da Finisterra ao Oriente* (2009), *A Via Lusófona: um novo horizonte para Portugal* (2010), *Convergência Lusófona* (2012/ 2014/ 2016) e *A Via Lusófona II* (2015). Dirige a NOVA ÁGUA: Revista de Cultura para o Século XXI e a Colecção de livros com o mesmo nome (Zéfiro). Preside ao MIL: Movimento Internacional Lusófono desde a sua formação jurídica (2010).

Estudo, selecção e classificação de entidades geográficas para um mapa global da peregrinação

Afonso Xavier Canosa Rodrigues

Resumo

O estudo da cartografia e toponímia das primeiras navegações transoceânicas tem produzido uma sólida tradição investigadora que pesquisou a *Peregrinação* desde uma óptica crítica, mais também vindicando-a como fonte para a geografia e história da Ásia do século XVI. Este artigo apresenta um novo catálogo de topónimos e gentílicos e analisa a classificação e selecção das suas entradas. Consideramos tanto as entidades geográficas directas como as indirectas e incluímos os gentílicos com o mesmo valor que os topónimos para produzirmos um mapa de entidades georreferenciadas. O resultado final pretende servir de ponto inicial para aceder à obra de Mendes Pinto como um informe geográfico e, ao mesmo tempo, oferecer uma guia visual para quem preferir seguir a narrativa de um clássico da literatura.

Palavras-chave

Fernão Mendes Pinto, Geografia, Ásia, Descobrimientos, georreferenciação.

Abstract

The study of cartography and place names of early transoceanic navigations has produced a well established tradition of research, Fernão Mendes Pinto's *Peregrinação* having been critically analysed and considered as a source for the geography and history of Asia in the sixteenth century. This paper introduces a new catalogue of place and inhabitant names and discusses the classification and selection of its entries. Both direct and indirect geographical entities are accepted as input and inhabitant names are selected with the same value as place names to produce a map of georeferenced entities. The final result is intended to serve as a starting point to access Mendes Pinto's work as a geographical report as well as a visual guide for those who prefer to follow the narrative of a literary masterpiece.

Key words

Fernão Mendes Pinto, Geography, Asia, Discoveries, 16th Century, georeferencing.

Introdução

A chamada constante a países, cidades, lugares, ilhas e povos na *Peregrinação* requer a consulta de obras de referência para a sua contextualização e identificação em termos de coordenadas geográficas. Com o objectivo de oferecermos uma ferramenta a agrupar todos os topónimos georreferenciáveis num mesmo mapa, começámos em 2011 a estudarmos sistematicamente cada uma das entidades de povoação e gentílicos da obra de Mendes Pinto. Iniciámos o nosso labor com a pesquisa bibliográfica, principalmente desde os fundos da Universidade de Santiago de Compostela amais dos da da Corunha, para organizarmos as referências em dois grupos: aquelas que estudam a geografia da *Peregrinação* mais particularmente ou oferecem uma introdução aos Descobrimentos e aquelas que atenderem entidades geográficas concretas, independentemente de estudarem ou não Mendes Pinto e as navegações transoceânicas. Classificámos de novo este último grupo em grandes áreas a cobrirem o conjunto do globo. Dedicamos um primeiro apartado deste artigo a apresentarmos as referências bibliográficas em detalhe.

Reconhecido o amplo número de obras de que tivemos e temos que servir-nos, consideramos o problema da identificação das entidades geográficas na *Peregrinação*. Primeiramente discutimos a pertinência ou não da distinção entre entidades que representam um espaço viajado versus aquelas que referirem uma entidade geográfica simplesmente accidental ou indirectamente ligada ao espaço narrado. Seguidamente atendemos uma questão de selecção ao aceitarmos os gentílicos como variantes de topónimos e oferecermos um termo limite para a consideração de grupos humanos segundo uma distribuição espacial.

Finalmente, completo o catálogo de entidades geográficas, apresentamos uma proposta de representação cartográfica com o objectivo prático de servir como ferramenta interpretativa da *Peregrinação*, e o teórico de oferecer mais um elemento de critério para a determinação do propósito inicial e, conseqüentemente, da atribuição de género da obra de Mendes Pinto.

Documentação e estudos prévios

O desenvolvimento dos estudos dos Descobrimentos e florescimento extraordinário de escolas cada vez mais especializadas na história das navegações e cartografia (Marques 1991) junto com a importância de Mendes Pinto como referência histórica e figura literária de primeira magnitude, dotaram o estudioso contemporâneo de um conjunto de recursos que permite seguir o percorrido vital de Mendes Pinto com o apoio de um crescente aparato crítico no que, desde cedo, teve especial relevância a geografia (Rodríguez 2014).

O *Glossário Toponímico* (GT) do Visconde da Lagoa (Lagoa 1950-53) é a obra mais notável a apresentar a toponímia da Ásia com uma presença notável da *Peregrinação* como fonte. Uma versão on-line disponível no web do Centro de História de Além Mar (CHAM)¹ foi para nós de particular utilidade mentres não tivemos acesso à obra impressa (Lagoa, 1950-53). Com uma orientação prática, o GT fornece um índice alfabético explicativo dos topónimos dos descobrimentos e ajunta as coordenadas geográficas em termos de latitude e longitude segundo a cartografia britânica do século XX. Não tivemos disponível um outro trabalho original de 1949 deste mesmo autor, baseado especificamente na obra de Pinto, ainda que sim o mapa interpretativo dos itinerários editado como extratexto a uma edição actualizada da *Peregrinação* (Pinto 1989: vol. 1).

O dicionário dirigido por Albuquerque (1994) oferece mais uma ferramenta de grande utilidade para se introduzir e revisar as grandes áreas e culturas assim como os topónimos mais importantes dos descobrimentos portugueses. Permite entender as regiões às que pertencem à sua vez outros topónimos de entidades menores das que achámos múltiplas referências indirectas. Se a obra do Visconde da Lagoa (1950) constitui um intento de localizar o máximo de topónimos possíveis, Albuquerque (1994) oferece uma panorâmica de conjunto, mais selectiva, que estuda a fundo cada entrada e requer um conjunto variado de especialistas. Aliás, as voces referem-se a distintos campos do conhecimento relevantes para os descobrimentos, desde os lugares e os personagens aos produtos do comércio à navegação.

Apoiando-se principalmente no trabalho do Visconde de Lagoa e e num estudo de Le Gentil de 1947 (que nós não tivemos acessível) o trabalho de Reinaldo Varela Gomes (Gomes 1983), oferece um glossário breve, mas específico para a obra de Mendes Pinto.

Finalmente, o volume organizado por Zoltán Biedermann, parte da obra coordenada por Alves para complementar a reimpressão do texto da primeira edição da *Peregrinação*, contem uma praticamente definitiva lista de topónimos (Alves 2010: vol. 4, pp.11-37) e grupos étnicos e sociais (pp. 72-77) que, junto com as notas explicativas ao texto (Alves 2010: vol 3), constitui o mais completo e jeitoso índice para seguir as viagens de Mendes Pinto que achamos até a data.

Com carácter mais complementar, a modo de aproximações de conjunto, resultam especialmente úteis os trabalhos dirigidos por Albuquerque (1989b) sobre a geografia dos descobrimentos e a sua evolução histórica; os estudos de Jaime Cortesão (1991) para os itinerários e rotas comerciais, e

¹ <http://cham.fcsh.unl.pt/pages/glossario_visconde_lagoa.htm>

Boxer (1977) para uma visão de conjunto do Estado da Índia. O trabalho divulgativo de Barreto (2000) sobre a Ásia proveu-nos, pela sua simplicidade e concisão, a definição das grandes áreas do espaço em que maiormente se desenvolvem os percursos de Mendes Pinto. Seguimos a proposta deste autor para uma classificação geográfica do grosso dos estudos usados para topónimos e gentílicos que requeriram uma atenção particular:

Índico Ocidental (Barreto 2000: 19, 21-32): Costa da África e Mediterrâneo Orientais e o litoral Asiático do Índico Ocidental. A sua fronteira oriental estaria nos mares e budismo de Ceilão. Particularmente relevante para Mendes Pinto são Etiópia (Aubin 1996, Graça 1989), Estreitos e Malabar (Thomaz 1998, Subrahmanyam 1998). Alguns trabalhos a atenderem particularmente cidades e portos específicos serviram para uma melhor compreensão e contextualização do espaço: Cochim (Tavim 2002, John 1998, Aubin 1996), Diu (C. A. Pinto 2007), Goa (Chandeigne 1996, Rodrigues 2007), Meliapor (Subrahmanyam 1990).

Índico Oriental (Barreto 2000: 20, 32-42): desde a fronteira definida para o Índico Ocidental até os mares do Sul no corredor javanês e pelo interior até o Nanyang da China e Champá. Com carácter geral para a Insulíndia a obra de Ferrand (1922) permite ver a evolução da identificação de Samatra e Java desde as fontes orientais; para a mesma área o estudo de Thomaz (2002) serve de introdução com atenção particular ao Sul da Samatra e Java. Específico para o Achem, o estudo introdutório e glossário toponímico de Alves e Manguin (1997). Para Sião toda a obra de Flores (1991) resultou da maior utilidade na contextualização histórica e identificação geográfica com menções directas e esclarecimentos de passagens inteiras da Peregrinação, ainda especificamente, há que mencionar o glossário geográfico nos que oferece as coordenadas geográficas dos topónimos do Sião (p.155). Leider (2010) analisa o budismo principalmente em Burma também desde a obra de Mendes Pinto pelo que serviu também para a contextualização geográfica da zona. Incluímos nesta área a Austrália, que relacionamos com a procura da Ilha do Ouro, pela sua particularidade detivemo-nos neste topónimo com maior atenção seguindo especialmente os estudos de Ferrand (1922: 57-8, 185-201), Jaime Cortesão (1981: 1282-1307) e Oliveira Martins (1994: 151-190).

Ásia Oriental (Barreto 2000: 20, 43-47) Desde o limite definido para o Índico Oriental para Oriente. Iniciamos o estudo na costa do Viet-nam, atendida por Wheeler (2010); China (Cruz: 1570, Costa 1995: 76- 147) onde Macau foi objecto de estudo mais detido (Boxer 1989, Loureiro

1996) pela sua importância histórica e ser lugar desde onde se situa Pinto em documentação alheia à *Peregrinação* (Pinto 1555). Para os povos adjacentes e interior da Ásia são a destacar as notas da edição e estudo crítico coordenado por Alves (2010); Corea (NGII 2009a, 2009b); e Japão (Moraes 1920, Marques 1996, Costa 1995) para onde, também pela relevância histórica de Mendes Pinto, são especialmente úteis os apartados específicos do trabalho de Costa (1995: 119-147) que, sem se limitarem exclusivamente a Pinto como fonte, mas sim com atenção particular, servem para contextualizar os capítulos da obra e documentação externa de Pinto referidos ao Japão.

Europa. A geografia europeia por ser-nos mais familiar não requiriu o uso de um aparato bibliográfico específico, ainda que alguns topónimos precisam notas aclaratórias por causa de modificações históricas ou evoluções culturais (caso por exemplo da menção que se faz de Cerdenha em termos de ‘malhorqui’, ilha que tem uma povoação em que se fala Catalão).

África Ocidental e América aparecem muito escassamente e, em geral, foi suficiente o recurso de bibliografia genérica mencionada anteriormente, caso particular foi a localização de Nova Espanha (Meyer, Sherman e Deeds 2007), topónimo que até o momento não acháramos referido em nenhum glossário da *Peregrinação*. Para consultas particulares sobre o Atlântico, relações e exploração da África, consultámos principalmente os artigos específicos das obras dirigidas por Albuquerque (1989b, 1994).

Distinção dos topónimos: directos e indirectos

Numa primeira aproximação distinguimos dois tipos de topónimos na obra Mendes Pinto²:

1. Lugares que se referem à viagem, isto é, que têm relevância para situar os feitos narrados. É sobre estas entradas que há que realizar o grosso do labor de identificação e classificação, estabelecendo grupos e relações. (ex. cidades que pertencem a um reino; rio que passa por várias cidades; reinos de uma região, etc.)
2. Nomes de lugar que aparecem de modo secundário, sem representarem espaços que tenham uma ligação directa com o espaço no que transcorre a acção. Ainda sendo topónimos não são relevantes

² Os exemplos deste apartado são referenciados a partir da edição princeps desde a Biblioteca Digital Nacional, <<http://purl.pt/82/>>. Indica-se fólio recto ou verso, e coluna, 1 para a primeira, 2 para a segunda.

numa cartografia que descreva simplesmente as viagens de Mendes Pinto. Sim deveriam aparecer num índice pois podem oferecer informação adicional de interesse. Por exemplo *Londres* (125r, 2), ou vilas portuguesas que aparecem uma só vez por serem alcume de um personagem: ex. *Rates* (12r, 1):

Ioão de Sousa que chamauão d'alcunha o Rates, por ser filho do Prior de hum lugar que chamão Rates.

Isto determinaria uma primeira classificação geral do material: topónimos em que se desenvolve a acção e topónimos mencionados mas sem relevância no espaço narrado. Dado que o nosso objectivo inicial era simplesmente criarmos uns mapas guia para a leitura da *Peregrinação*, até parecia conveniente prescindirmos de aqueles topónimos mais anedóticos, sem cenário na narração. Porém, realizarmos uma valoração da maior ou menor relevância dos topónimos a priori dificulta o processo de levantamento de dados e introduz elementos de escolha para os que nem sempre há um critério bem definido. Resulta muito mais objectivo e eficiente para a extracção dos dados, o anotarmos todos os topónimos sem consideração nenhuma do seu valor por número de ocorrências ou maior ou menor proximidade com o espaço que visitou Mendes Pinto. Este critério facilita o indexado, deixando para a parte final de estudo a classificação ou rectificação de entradas.

Gentílicos como variante de topónimo

A nível tipográfico a *Peregrinação* não distingue entre gentílico e nome de lugar e ambos são tratados do mesmo jeito, capitalizando o carácter inicial. A forma *Achem* aparece assim como topónimo “yr tambem com elle ao Achem” (13v, 2), e como gentílico ou nome próprio “tyranno Achem” (12v, 2). Tanto a *China* (1r, 2), a designar um território, como os *Chins* (1r, 2), habitantes da China, são grafados com maiúscula. Em ocasiões o topónimo ou gentílico é usado também como nome próprio para uma pessoa a representar um território, assim refere-se o *Reyno Bata* (15r, 2) gentílico ou topónimo cujo rei é o *Bata* (13r, 1) outras vezes chamado *Rey dos Batas* (12v, 2).

Ainda quando usado para designar uma pessoa em particular, o gentílico é, pois, representativo de um lugar ou área geográfica. Este significado associado a espaço físico delimitado ou identificável com coordenadas geográficas, junto com o tratamento indiferenciado a nível gráfico a respeito do nome próprio de lugar, favorece a sua consideração como mera variante de um topónimo. O facto de indexá-lo permite aumentar o número de ocorrências para os topónimos e, pelo tanto, dispor de um maior número de referências ou mesmo a única ocorrência com que estudar e localizar uma entidade geográfica.

Menção à parte merecem os termos cristãos, judeus, mouros e gentis que permitiriam uma primeira categorização dos povos da Ásia em quatro grandes grupos. Achámos de facto esta classificação em Lima Cruz (1990) a partir da análise, principalmente, das *Décadas* de João de Barros. Também Mendes Pinto usa as formas *Gentio*, *Mouro*, *Christão*, *Iudeu* para designar indivíduos ou povos susceptíveis de uma representação cartográfica quando menos orientativa, mas nem sempre como classificação no topo da hierarquia, pois os *Christãos*, *Mouros*, *Gentios* e *Iudeus*, aparecem como meros adjectivos descritivos, como elemento identificador por contraste, de indivíduos ou grupos humanos a convergerem num mesmo espaço (por exemplo uma cidade ou um país) que os engloba e, no caso concreto dos judeus, mais como um povo bem delimitado geograficamente a partilhar um espaço de par doutros gentílicos (183v, 1). Sem perjuízo, pois, de que um estudo destas formas derive em informação geográfica transladável a um mapa, o nosso estudo entende que os termos *Christão*, *Gentio* e *Mouro*, têm uma muito mais difusa referenciação espacial que os sim geograficamente mais concretos gentílicos e indexa só a forma *Iudeu* como demónimo, pois a sua ocorrência no Capítulo 149 (183v, 1) inequivocamente assim o expressa:

na qual rua estauão trinta & seys mil estrangeyros, de quarenta & duas naçoês, em que auia Portugueses, Gregos, Venezeanos, Turcos, Ianiçaros, Iudeus, Armenios, Tartaros, Mogores, Abexins, Raizbutos, Nobins, Coraçones, Persas, Tuparaas, Gizares, Tanocos da Arabia Felix, Malauares, Iaos, Achês, Moês, Siames, Lusoês da ilha Borneo, Chacomaas, Arracoês, Predins, Papuaas, Selebres, Míndanaos, Pegûs, Bramâs, Chaloês, Iaguesaloês, Sauadis, Tâgus, Calaminhãs, Chaleus, Andamoens, Bengalas, Guzarates, Andraguirees, Menancabos, & outros muytos mais a que não soube os nomes.

Tipos de mapas

A dificuldade inicial de seleccionar e categorizar as entidades geograficas tem o seu paralelo no labor práctico da representação cartográfica. Uma observação notável derivada dos primeiros rascunhos é a dificuldade de representar todos os topónimos num só mapa. Apontamos três tipos a desenvolver:

- mapas políticos: a identificarem as grandes áreas e reinos. Por exemplo *Achem* (12v, 2), *Batas* (12r, 2), *Andraguire* (15v, 1), *Iambes* (15v, 1) na *Çamatra* (12r, 2).
- mapas de navegações e itinerários: a descreverem as viagens, os movimentos de Mendes Pinto principalmente na Ásia, por vezes descritos com grande atenção às distâncias e tempo. Por ex. de *Ormuz* (2v, 1) a *Diu* (2v, 1), a *Goa* (2v, 2). A elaboração de estes mapas pode

servir para detectar a precisão de Mendes Pinto na descrição de distâncias e aplicá-la a topónimos não identificados pelo nome, mas sim descritos em termos quantitativos (tempo em dias, espaço em léguas) desde um lugar conhecido. Ex. *Gotor* (4r, 2) ‘hua legoa abaixo do porto de Massuaa’.

- mapas de detalhe: que identificam cidades, rios, pequenas entidades de povoação. Por exemplo (14r, 1):

E atraessando o Piloto daquy de Malaca ao porto de Surotilau, que he na costa do reyno de Aarú, velejou ao longo da ilha Çamatra por esta parte do mar mediterraneo, até hum rio que se dizia Hicanduré.

Resultado: mapa de topónimos localizados

A partir do estudo iniciado com rascunhos à mão e desde muito cedo começámos a criar um mapa no web de Google Maps, inicialmente como mais um rascunho de apoio, ainda que público. Finalmente adicionámos todos os topónimos georeferenciáveis segundo os nossos conhecimentos e a bibliografia consultada.

Cada entrada aponta a um mesma entidade geográfica, o termo mais usual serve de índice para a ordenação alfabética e vai seguido das variantes observadas no texto da *Peregrinação*. Quando a identificação apresenta algum tipo de dificuldade adicionámos comentários críticos a partir da bibliografia pertinente contrastada com a descrição oferecida por Fernão Mendes Pinto.

Os índices numéricos em cada entrada referem a Biblioteca Digital Nacional (BDN) da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Indicou-se o número de página segundo correspondia à numeração tal e como era apresentada nos URLs da BDN na altura de 2011, isto é, fazia-se coincidir com o endereço web, sem considerar a referência de fôlio, porque naquela altura considerou-se facilitava a consulta directa do facsímile. Usou-se como convenção: Entrada do topónimo [Variantes] (página segundo a BDN[número de coluna;]) [Explicação do topónimo] [Bibliografia e dados procedentes de bibliografia]. Ex.: Adem Adê (14ii; 48ii) Porto. DHDP GT s.v. Adam, Adém, Aden: 12° 45' N 45° 4' E

Este sistema ficou obsoleto com o troco de URLs e nova disposição do facsímile na BDN. Numa futura revisão entendemos necessário actualizar este sistema de referência que, ainda que prático no seu momento para o nosso trabalho particular, resulta inoportuno nesta altura, e limitar-nos-emos a apontar o fôlio do original.

Um rascunho do mapa com índices é acessível no endereço <http://goo.gl/iqc3P>. A nossa intenção é criarmos um novo web e acompanhá-lo de um motor de busca para o corpus da *Peregrinação* que permita

obter o contexto tanto dos topónimos georreferenciados como dos que ficam por referenciar. Pretendemos também adicionar os achados dos dois últimos anos (o mapa leva desde 2012 sem actualizar).

Os documentos XML com marcação de georreferenciação assim como uma base de dados com todos os topónimos estudados estão disponíveis para labores de investigação escrevendo para o endereço-e do autor.



Fig. 1. Vista de conjunto do mapa de entidades georreferenciadas da *Peregrinação*.

Conclusão

Conforme lhe fomos dando forma aos rascunhos que íamos elaborando tanto desde a documentação e bibliografia de apoio como desde a própria escrita de Fernão Mendes, a nossa visão e compreensão da obra do juiz da Almada evoluiu até o ponto de a analisarmos principalmente como um compêndio de geografia, sem lhe quitarmos o seu valor literário e sobretudo histórico, escrita com notável rigor e orientada pela vontade de precisão.

Houve também, parelha, uma descoberta: a da escola historiográfica portuguesa, construída sobre magistérios e obras que nos forneceram os principais recursos e as bases para a investigação. Nada há novo no nosso trabalho. Tudo devemos a Fernão Mendes Pinto e ao conjunto de estudiosos que atenderam a *Peregrinação* e o material imenso dos Descobrimentos.

No presente achamo-nos no proceso de revisão de todos os topónimos com o objecto de oferecermos um corpus que ligue directamente o texto da *Peregrinação* com uma base de dados de entidades geográficas que possa servir de apoio tanto para o público geral que quiser se adentrar no conhecimento privilegiado da Ásia que Mendes Pinto oferece, como para espe-

cialistas que ousarem desenguedelhar mais uma entidade, mais um povo, mais uma cidade, de quanto fica ainda por descobrir no muito verdadeiro Fernão Mendes Pinto, segundo o nosso sentir, um dos personagens mais fascinantes da história da humanidade.

Referências

- Albuquerque, Luis de. 1989a. *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 3a ed. revista. Sintra: Europa América.
- Albuquerque, Luis de. (dir.). 1989b. *Portugal no Mundo*, 2 vols. [Lisboa]: Alfa.
- Albuquerque, Luis de. (dir.). 1994. *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols. Lisboa: Caminho.
- Alves, Jorge Santos (dir.). 2010a. *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, 4 vols. Lisbon: Fundação Oriente.
- Alves, Jorge Santos, e Pierre-Yves Manguin. 1997. *O Roteiro das Cousas do Achem de D. João Ribeiro Gaio: Um olhar português sobre o Norte de Samatraem finais do século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Atkinson, Geoffroy. 1927. *La littérature Géographique Française de la renaissance*. New York: Burt Franklin.
- Aubin, Jean. 1996. *Le Latin et l'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les Relations Internationales*. Lisbonne / Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian / Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises.
- Boxer, Charles Ralph. 1977 [1969]. *The Portuguese Seaborne Empire 1415- 1825*. London: Hutchinson.
- Boxer, Charles Ralph. 1989. *O Grande Navio de Amacau*, 4ª ed. Lisboa: Fundação Oriente / Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau.
- Carvalho, Rita Bernardes de. 2006. *La présence portugaise a Ayutthaya (Siam) aux XVIe et XVIIe siècles*. Paris: Tese de Mestrado, Ecole Pratique des Hautes Etudes. <<http://rbcarvalho.com.sapo.pt/PresencaPortuguesesThai.pdf>> [6 Novembro 2012].
- Chandeigne, Michel (dir). 1996. Goa 1510-1685. *L'Inde portugaise, apostolique et commerciale*. Paris: Autrement.
- Cortesão, Jaime. 1981. *Os Descobrimentos Portugueses*, 3ª ed., 6 vols. Lisboa: Livros Horizonte.
- Costa, João Paulo A. Oliveira e. 1995. *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*. [sem indicação de lugar]: Instituto Cultural de Macau / Instituto de História de Além Mar.
- Cruz, Frei Gaspar da. 1570. *Tractado em que se cõtam muito por estêso as cousas da China cõ suas particularidades e assi do reyno dormuz*. Euora: Andre de Burgos.
- Cruz, Maria Augusta Lima. 1990. 'La vision de L'Indien chez les premiers chroniqueurs Portugais de L'Asie', in *La decouverte, le Portugal et L'Europe*, ed. Jean Aubin. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais.
- Ferrand, Gabriel. 1922. *L'empire sumatranais de Crivijaya*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner.
- Flores, Alexandre M., Reinaldo Varela Gomes, e R. H. Pereira de Sousa. 1983. *Fernão Mendes Pinto. Subsídios para a sua Bio-Bibliografia*. [Almada]: Câmara Municipal da Almada.
- Flores, Maria da Conceição. [1991]. *Os Portugueses e o Sãõ no Século XVI*. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Gomes, Reinaldo Varela. 1983. "Roteiro Geográfico através da Peregrinação" in *Fernão Mendes Pinto. Subsídios para a sua Bio-Bibliografia*, Flores, Alexandre M., Reinaldo Varela Gomes, e R. H. Pereira de Sousa [Almada]: Câmara Municipal da Almada. Pp. 81-167.
- Graça, Luis. 1989. "Os Portugueses na Etiópia; as duas primeiras embaixadas e a acção dos jesuítas", in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, 2 vols. [Lisboa]: Publicações Alfa. Vol. 2, pp. 135-142.

- John, K. J. 1998. "International trade in Cochin in the 16th century" in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, ed. Artur Teodoro de Matos e Luis Filipe F.R. Thomaz. Angra do Heroísmo: Actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Pp. 295-308.
- Lagoa, Visconde de. 1950-53. *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina*, 4 vols. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais.
- Leider, Jacques P. 2010. "Southeast Asian Buddhist Monks in The Peregrinação. Tracing the Rolins of Fernão Mendes Pinto in the Eastern Bay of Bengal", in *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, dir. Jorge Santos Alves. Lisbon: Fundação Oriente. Vol. 1, pp. 145-162.
- Loureiro, Rui Manuel. 1996. *Em busca das origens de Macau*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Loureiro, Rui Manuel. 1997. "Introdução" e notas, in *Tratado das Coisas da China*, Frei Gaspar da Cruz. Lisboa: Cotovia.
- Loureiro, Rui Manuel. 1999. "Visões da Ásia (Séculos XVI e XVII)" in *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*. Estudos e Bibliografias, coord. Fernando Cristóvão. Lisboa: Edições Cosmos / Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa. Pp. 337-353.
- Marques, Alfredo Pinheiro. 1991. *A Historiografia dos Descobrimentos Portugueses*. Coimbra: Livraria Minerva.
- Marques, Alfredo Pinheiro. 1996. *A Cartografia Portuguesa do Japão. The Portuguese Cartography of Japan*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Meyer, Michael C., William L. Sherman, Susan M. Deeds. 2007. *The Course of Mexican History*. 8th ed. New York / Oxford: Oxford University Press.
- Moraes, Wenceslau de. 1920. "Fernão Mendes Pinto no Japão", *O Comércio do Porto*, (Sep); reedição e introdução de Ana Paula Laborinho, 2004. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- National Geographic Information Institute (NGII). 2009a. *The National Atlas of Korea*. Gyeonggi-Do, Republic of Korea: National Geographic Information Institute / Ministry of Land, Transport and Maritime Affairs.
- National Geographic Information Institute (NGII). 2009b. *The Gazetteer of Korea*. Gyeonggi-Do, Republic of Korea:
- National Geographic Information Institute / Ministry of Land, Transport and Maritime Affairs.
- Pinto, Carla Alferes. 2007. "A Misericórdia de Diu: o castelo, a igreja e o hospital" in *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, coord. Meneses, Avelino de Freitas de, e João Paulo Oliveira e Costa, 2 vols. Ponta Delgada, Lisboa: Universidade dos Açores / CHAM. Vol. 2, pp. 771-784.
- Pinto, Fernão Mendes. 1989. *Peregrinação & Cartas*. 2 vols. Lisboa: Fernando Ribeiro de Mello / Edições Afrodite.
- Rodrigues, Vitor Luís Gaspar. "O Município de Goa, peça fundamental para a afirmação e sobrevivência do 'Estado da Índia'" in *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, coord. Meneses, Avelino de Freitas de, e João Paulo Oliveira e Costa, 2 vols. Ponta Delgada, Lisboa: Universidade dos Açores / CHAM. Vol. 2, pp. 669-684.
- Rodriguez, Afonso Xavier Canosa. 2014. Notas biográficas e estudo das referências documentais de Fernão Mendes Pinto. *Veredas*, 20, 9-34.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1998. "The trading world of the western Indian Ocean, 1546-1565: A political interpretation" in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, ed. Artur Teodoro de Matos e Luis Filipe F.R. Thomaz. Angra do Heroísmo: Actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Pp. 207-227.
- Artur Teodoro de Matos e Luis Filipe F.R. Thomaz. 1990. "Profit at the Apostle's feet: the Portuguese in the 16th century São Tome de Meliapor" in *La decouverte, le Portugal et l'Europe*, ed. Jean Aubin. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais. Pp. 217-233.
- Tavim, José Alberto Rodrigues da Silva. 2002. "A cidade Portuguesa de Santa Cruz de Cochim ou Cochim de Baixo. Algumas Perspectivas" in *Aquem e Alem da Trapobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, ed. Luis Filipe Thomaz. Lisboa: CHAM / Universidade de Lisboa. Pp. 135-189.

Thomaz, Luis Filipe F.R. 1998. “A questão da pimenta em meados do século XVI” in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, ed. Artur Teodoro de Matos e Luis Filipe F.R. Thomaz. Angra do Heroísmo: Actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Pp. 37-206.

Thomaz, Luis Filipe F.R. 2002. “O malgrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda e a islamização de Java” in *Aquem e Alem da Trapobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, ed. Luis Filipe Thomaz. Lisboa: CHAM / Universidade de Lisboa. Pp. 381-618.

Wheeler, Charles. 2010. “A Coastal Paronama of Cochinchina (Vietnam) and Champa in the Peregrinação” in *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, dir. Jorge Santos Alves. Lisbon: Fundação Oriente. Vol. 1, pp. 163-184.

Zhidong Hao. 2011. “Portuguese Maritime Expansion and the State of Aomen”, in *Macau History and Society*. Hong Kong: Hong Kong University. Pp. 9-18. Google books: <<http://books.google.com/books?id=LP9q1dzVRYQC>> [31 Agosto 2012].

AFONSO XAVIER CANOSA RODRIGUES

Afonso Xavier Canosa Rodrigues estudou filologia na Universidade de Santiago de Compostela. Foi investigador do Projecto Mercator Media em Aberystwyth (País de Gales) e do Arquivo Sonoro da Galiza do Conselho da Cultura Galega (Galiza) no seu início. Colaborou nas obras colectivas *Mercator Media*, sobre diversidade linguística na Europa, e *A Nosa Fala*, sobre áreas linguísticas do Galego. Como editor foi responsável duma edição das publicações periódicas das mocidades galeguistas e coeditou um discurso inédito de Ramon Otero Pedraio. É autor da primeira tradução directa de uma parte do *Mabinogi* para o Português. Nos últimos anos vem dando aulas de Linguística Geral, Morfologia, Sintaxe, Semântica e Introdução à Poesia e Literatura Inglesa na Mongolia International University (Mongólia). Na actualidade trabalha na sua tese de doutoramento sobre a geografia da *Peregrinação*.

Do ensino a distância ao ensino online

A Universidade Aberta
em Portugal

Carla Padrel de Oliveira
Susana Mântua

Resumo

Passamos em revista as aproximações do erotismo na literatura portuguesa contemporânea que Eduardo Prado Coelho levou a cabo através de estudos críticos e resenhas da obra de certos autores, sobretudo da produção literária de David Mourão-Ferreira. Para além doutros trabalhos, temos de lembrar que prefaciou a edição da *Obra Completa* deste escritor, assim como posfaciou o volume *Os Amantes e outros contos*, tentando desentranhar as isotopias do canto ao erotismo como um elo do corpo com as forças vitais e evidenciando as relações do amor físico com problemáticas tão diversas como a consciência do tempo, o papel da memória, a procura de liberdade, a permanência eterna de motivos e mitos clássicos, etc.

Palavras-chave

Erotismo, memória, David Mourão Ferreira, Eugénio de Andrade, sexualidade.

Abstract

We address here the approaches to eroticism in contemporary Portuguese literature as presented in Eduardo Prado Coelho's critical studies and reviews of the work of certain authors, especially David Mourao-Ferreira's literary production. In effect, we must remember that he wrote the preface for the complete works of this writer, and the afterword of *Os Amantes e Outros Contos*, trying to unravel the isotopies of erotic discourse as a link between body and vital forces and stressing the relationship of love with various problems, such as awareness of time, the role of memory, the search for freedom, eternal permanence of classical motifs and myths.

Key words

Eroticism, memory, David Mourão Ferreira, , Eugenio de Andrade, sexuality.

Introdução

Genericamente, e sobretudo após a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em dezembro de 1948, o ensino a distância enquanto alternativa ao ensino presencial, surgiu como forma de contornar dificuldades de mobilidade ou de acesso à educação ou seja, resulta de necessidades conjunturais de ordem social, profissional e cultural.

A Universidade Aberta pela especificidade do seu regime de ensino é, desde a sua fundação, a instituição pública portuguesa de ensino superior que disponibiliza, em qualquer lugar do mundo, cursos formais - Licenciatura, Mestrado e Doutoramento - e de Aprendizagem ao Longo da Vida. De acordo com os seus valores e missão a UAb contribui, de forma ativa e sustentada, para a promoção do conhecimento, a capacitação e inclusão socio cultural de populações adultas geograficamente dispersas, com particular destaque nos países que se exprimem em língua portuguesa.

De acordo com estudo *Reforming Distance Learning Higher Education in Portugal* o Ensino a Distância (EAD)/elearning foi reconhecido como uma via de expansão dos estudos superiores com a recomendação de quintuplicar o número de certificações nessa modalidade de ensino. A expansão e o desenvolvimento do ensino e da formação a distância/online resultam de políticas educativas mais inclusivas e solidárias e para a universalização da educação e do conhecimento.

Segundo Hermano Carmo, no contexto do mundo atual, em que “emerge com cada vez mais evidência a necessidade de promover e valorizar o contributo de outras agências socializadoras como a escola, as redes de vizinhança e as agências de proximidade” a Universidade Aberta, pela sua estrutura organizacional descentralizada e desmaterializada e o Modelo Pedagógico Virtual® que usa é um operador privilegiado para responder de forma sustentada às estratégias mundiais da Educação assumidas em Dakar e alinhadas com a Agenda para o Desenvolvimento Global Pós 2015, das Nações Unidas.

Paralelamente às atividades letivas, formativas e de prestação de serviços à comunidade, a UAb é reconhecida, quer a nível nacional quer internacional, pela qualidade da investigação que desenvolve no domínio da pedagogia do elearning e pela qualidade dos serviços que disponibiliza¹.

¹ Prémio EFQUEL, pela European Foundation for Quality in ELearning. Certificação UNIQUE - The Quality Label for the use of ICT in Higher Education (Universities & Institutes, 2010). 1º Nível de Excelência da European Foundation for Quality Management (EFQM), 2011. Recognised for Excellence **** APQ, Esquema Europeu Níveis de Excelência, 2016.

O ensino a distância em Portugal

Em Portugal os primeiros projetos de ensino não presencial surgiram nos finais de 1920 com a edição de um curso de Contabilidade por correspondência. Na década de 1940/50, foram criados o *Centro de Estudos por Correspondência*, a *Escola Comercial Portuguesa por Correspondência* e o *Instituto de Estudos por Correspondência*. Na década de 60 do século XX, com o objetivo de promover o alargamento para 6 anos da escolaridade mínima obrigatória, sobretudo nas zonas rurais, aparece a *Telescola*²,

O ensino a distância universitário surgiu em meados dos anos 80, como forma de promover o impulso e a democratização do acesso à educação, à formação superior e aos desafios colocados pela dimensão transnacional da sociedade portuguesa. Assim, num quadro de crescimento das necessidades de formação/reconversão profissional dentro e fora das fronteiras nacionais, a UAb era a única instituição de ensino superior com capacidade para responder de forma sustentada e adequada à profissionalização de um grande número de professores do ensino básico e secundário, geograficamente muito dispersos e em diferentes áreas científicas³. Na última década a formação de professores e a capacitação de outros grupos profissionais, sobretudo nos países de língua oficial portuguesa, tem vindo a decrescer. Em contrapartida, o número de projetos nacionais e internacionais com e/ou sem financiamento, de atividades de mobilidade de estudantes e de trabalhadores docentes e não docentes tem conhecido um grande crescimento, bem como as parcerias inter-institucionais que visam a consolidação de áreas de investigação prioritárias, nomeadamente as relacionadas com I&D e o elearning.

Assim, Universidade Aberta foi criada em 1988⁴, numa época em que a educação a distância era assíncrona e a comunicação entre professores e estudantes se fazia através da escrita (via postal) ou do atendimento telefónico ou seja, num tempo onde não se falava de tecnologias multimédia, internet ou redes digitais de conhecimento. À época a UAb era, e continua a ser, a única universidade pública portuguesa de ensino a distância com total “flexibilidade em relação ao tempo, ao espaço e aos conteúdos curriculares”⁵. Na última década, e apesar da especificidade do regime de ensino da UAb, os

² O Curso Unificado da Telescola foi criado em 1965:

http://www.crcvvirtual.org/vfs/old_crcv/biblioteca/3_13_2001_18_3/comunicacoes/painel7_ebm_apresentacao.html

³ Formação de professores em Portugal continental e ilhas, Timor leste, Angola, Moçambique e Cabo Verde.

⁴ Decreto-lei N.º 444/88 de 2 de dezembro de 1988 (publicação em DR – I série, n.º 278 – 2-12-1988)

⁵ Armando Rocha Trindade, fundador e 1.º reitor da UAb (1988-1989).

programas de mobilidade têm sido reforçados através de iniciativas que promovem o intercâmbio internacional⁶ e nacional⁷.

A vocação e as funcionalidades do ensino a distância, a par da disponibilização de ferramentas de comunicação cada vez mais fiáveis, robustas e flexíveis vieram, apesar das resistências iniciais, criar oportunidades de formação/educação superior e legitimar o potencial do ensino a distância que, durante muitos anos, foi olhado com alguma desconfiança. Progressivamente, um modelo educativo que eliminava as barreiras de espaço e de tempo foi ganhando terreno, sobretudo junto das populações adultas deslocadas dos grandes centros urbanos.

As tecnologias têm sido as grandes aliadas da Universidade Aberta e do Ensino a Distância (EaD). Da via postal à era Digital o ensino a distância já conheceu várias “gerações” tecnológicas e utilizou os meios de comunicação à sua disposição: rádio, televisão, telefone, fax, audiocassetes, videocassetes, videotexto, CD-ROM, computador, entre outros, mas sem dispensar por completo os materiais impressos. Porque as tecnologias evoluem a um ritmo vertiginoso nos finais do século XX, a banalização dos computadores e de outros dispositivos móveis, a expansão das redes digitais e de conhecimento vieram permitir a conectividade instantânea entre pessoas ou grupos de pessoas em qualquer lugar do mundo, fazendo com que o Ensino a Distância se transformasse no que hoje denominamos elearning (ou mlearning na sua versão móvel).

Na primeira década do século XXI, o ensino a distância em Portugal, à semelhança de outros países, conheceu um novo impulso e atingiu uma nova dimensão. Em menos de três décadas, não foram apenas as tecnologias que mudaram e evoluíram, as metodologias e as práticas de ensino/aprendizagem a distância também se transformaram, tornando-se sistematicamente mais flexíveis, fiáveis e ubíquas.

As potencialidades do EAD são indiscutíveis, havendo um número crescente de instituições universitárias presenciais que estão a investir em modalidades de ensino mistas (ensino presencial e o ensino a distância/online). Mas porque o EaD tem uma identidade e uma logística próprias, e também um *um saber-fazer* específico, esta modalidade de ensino implica um repensar do processo de ensino/aprendizagem, obrigando, naturalmente ao redesenho dos cursos e dos respetivos conteúdos e à utilização de novas abordagens didáticas e pedagógicas, mais adequadas às tecnologias em que se suportam.

⁶ Universidades públicas e privadas.

⁷ Protocolos de colaboração e cooperação com diferentes entidades nacionais com perfis diferenciados (Universidade públicas e privadas, ONG, Associações de Professores, Fundações, Camaras Municipais, Sindicatos, Instituições de Solidariedade Social, entre outros).

A Universidade Aberta em Portugal

A UAb é a única universidade pública portuguesa que, desde a sua criação, em 1988, promove atividades educativas/formativas apoiadas em tecnologias de comunicação, pedagogias e metodologias de ensino/aprendizagem específicas.

Assumidamente diferente das outras instituições de ensino superior, pela especificidade do regime de ensino que pratica, pelas práticas pedagógicas que utiliza e pela estrutura organizacional que possui, a UAb é uma universidade particularmente vocacionada para responder às necessidades educacionais e formativas sobretudo de populações adultas e já inseridas no mercado de trabalho.

A história da UAb revela a flexibilidade e a capacidade de adaptação da instituição para utilizar as ferramentas tecnológicas e pedagógicas de última geração, para produzir conhecimento e materiais didáticos orientados para os princípios da educação ao longo da vida ou seja, ser um agente facilitador e promotor de conhecimento, de capacitação e inclusão social.

Os desafios e as barreiras que se têm colocado à instituição e às pessoas que nela trabalham e/ou estudam, são as decorrentes das constantes transformações tecnológicas, demográficas, financeiras sociopolíticas, quer a nível nacional quer internacional. Acrescem, ainda as mudanças que se têm operado na União Europeia a nível da educação e da formação, sendo a mais visível e importante a que resultou do processo de Bolonha, que foi acompanhada por uma radical alteração das metodologias de ensino/aprendizagem. Paralelamente às reformas de Bolonha, a UAb também se reformou adotando, desde 2008, um modelo de aprendizagem inteiramente virtual – Modelo Pedagógico Virtual (MPV®).

Consciente de que a tecnologia, por si só, não resolve os problemas relacionados com as necessidades educativas e formativas da sociedade, a UAb apostou e continua a apostar fortemente na investigação orientada para o desenvolvimento de processos pedagógicos que estejam em sintonia com o uso intensivo e extensivo dos instrumentos tecnológicos, nomeadamente na utilização de plataformas de gestão de aprendizagem (LMS) bem como a integração progressiva de ambientes pessoais de aprendizagem (PLE) e do *mobile learning*⁸.

Porque o tipo de ensino atualmente adotado se realiza exclusivamente online e assenta no uso intensivo das redes digitais, de conhecimento e das ferramentas de comunicação online, a UAb apostou fortemente numa estrutura tecnológica, organizacional e num Modelo Pedagógico Virtual expressamente desenhados para o efeito, enquadrador quer das atividades

⁸ Telemóveis de última geração, *tablets* e outros dispositivos eletrónicos.

de ensino/aprendizagem mas também das atividades administrativas e logísticas.

Paralelamente às atividades letivas a UAb também tem desenvolvido investigação de qualidade, especificamente no domínio do eLearning, tendo sido premiada com o *Learning Impact Leadership Award*, atribuído pelo *IMS Global Learning Consortium (IMS GLC)* ao Projeto Virtual: *Harmonizing Virtual Mobility and the European Qualification Framework*.

Na sua essência, a missão da UAb continua a ser a criação, transmissão e difusão de saber, cultura, ciência, através da articulação das tecnologias com metodologias e práticas de ensino/aprendizagem a distância/online e, simultaneamente, de investigação e de prestação de serviços dirigidos a públicos adultos, por forma a contribuir para a capacitação e o desenvolvimento sociocultural dos cidadãos e, assim, facilitar a sua integração numa sociedade cada vez mais exigente e global, nomeadamente em termos de mercado de trabalho.

Continuando fiel ao princípio da "flexibilidade em relação ao tempo, ao espaço e aos conteúdos curriculares", no século XXI, a visão da UAb é ser "uma Universidade em qualquer lugar do mundo" de acordo com valores de Transparência⁹, Credibilidade¹⁰, Ética¹¹, Abertura e Inovação¹². Ou seja, uma rede dinâmica pensada por pessoas para estar ao serviço de pessoas. Na sua essência, é uma operadora privilegiada do ensino sem fronteiras, com capacidade para disponibilizar de forma escalável e sustentada ofertas qualificadas de formação superior suscetíveis de responder às crescentes necessidades educativas e de formação ao longo da vida.

Modelo organizacional: conceção e evolução

Enquanto Universidade pública portuguesa de ensino a distância a UAb sempre teve um modelo organizacional diferente das restantes universidades presenciais. As tecnologias da comunicação disponíveis em cada época sempre ocuparam um lugar de destaque, como forma de eliminar as barreiras físicas e temporais entre estudantes e professores. Do correio postal ao telefone, pas-

⁹ A UAb promove a transparência na tomada de decisões e na difusão da informação, procurando criar fiabilidade e confiança mútua entre a instituição e os seus *stakeholders*. A transparência implica clareza sobre como e o que se faz.

¹⁰ Assenta no reconhecimento nacional e internacional da sua excelência enquanto universidade pública portuguesa de ensino a distância e elearning.

¹¹ A UAb assume a transmissão do conhecimento baseada nos princípios éticos da administração pública e de calorização da integridade dos funcionários, das pessoas que representam a instituição e dos *stakeholders*, fatores de criação de valor e de comprometimento com padrões de honestidade, transparência, integridade.

¹² A UAb disponibiliza, em qualquer lugar do mundo, formação online assente num modelo pedagógico inovador, pioneiro e reconhecido internacionalmente.

sando pela rádio, pela televisão e o vídeo, ou pelo uso intensivo e extensivo das tecnologias de informação e comunicação e, recentemente, pelas redes e ambientes virtuais de aprendizagem online, a UAb, foi crescendo e modificando paralelamente às sucessivas revoluções técnicas e tecnológicas.

Apesar de existir há menos de trinta anos, a UAb é, no espaço nacional e transnacional, uma instituição de referência no panorama do ensino não presencial, nomeadamente no que respeita as áreas científicas prioritárias que resultam na melhoria contínua do seu modelo pedagógico e organizacional, especificamente orientado para o ensino a distância e online. Pertence ao grupo das universidades abertas do espaço Europeu cujas características comuns contemplam: a capacidade da abrangência “física”; uma oferta pedagógica própria; corpo docente e não docente com formação específica para o EaD; orçamento próprio e independente; emissão de diplomas próprios e com o mesmo valor formal das instituições de ensino superior formais/presenciais.

O EaD afirma-se no panorama do ensino e da investigação, quer a nível nacional quer transnacional, pela especificidade da investigação científica que produz, pelo modelo e pela oferta pedagógica orientadas para populações adultas geograficamente muito dispersas e pela flexibilidade e sustentabilidade de uma rede tecnológica e de recursos humanos especializados e fortemente apoiados por uma logística fiável, flexível, escalável e robusta.

O fundador e primeiro reitor da Universidade Aberta, o professor doutor Armando Rocha Trindade¹³, importante figura do ensino em Portugal e mundialmente reconhecido, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do EaD. Destacou-se pelos seus ideais sociais e pela originalidade e inovação das soluções que apresentou para resolver os problemas educativos nacionais, lutando pela implementação de um regime de ensino com “Flexibilidade em relação ao tempo, ao espaço e aos conteúdos curriculares”, conceito que esteve na base da conceção do projeto da UAb, uma universidade orientada para o ensino aprendizagem a distância e que, à semelhança de outras instituições congéneres, cresceu e evoluiu a par das tecnologias e das pedagogias emergentes.

Assim, desde a sua criação, em 1988 até 2006, as atividades da UAb desenvolveram-se de acordo com o modelo de segunda geração de EaD¹⁴, caracterizado pelo uso de materiais pedagógicos escritos expressamente para

¹³ O Prof. Rocha Trindade também foi: Diretor-geral do Ensino Superior (1975-1976), Presidente da Comissão Pedagógico-Científica do Ano Propedêutico (1978-1980); Presidente do Instituto Superior de Ensino a Distância (1980-1988); Vice-Presidente da *European Distance Education Network* (1990-1998); Presidente do *International Council for Open and Education* (1995-1999) e fundador da Universidade Aberta Internacional da Ásia em Macau (1993).

¹⁴ A 1ª geração do ensino a distância, também conhecida por ensino por correspondência, é anterior ao surgimento da UAb.

a modalidade de ensino a distância e por especialistas de diferentes áreas científicas, complementados por outros materiais audiovisuais (audiocassetes e videocassetes) que eram transmitidos, em antena aberta, através da rádio e da televisão. A interação entre professores e estudantes fazia-se por via postal, ou através de telefone ou telefax e, pontualmente, nos Centros de Apoio (CA), que eram estruturas físicas sediadas em instituições de ensino superior (IES) universitário e politécnico. Estes CA, localizados em capitais distritais e cujos responsáveis não tinham qualquer vínculo à universidade, funcionavam como centros de recursos, centros de orientação tutorial em diversas áreas científicas e centros de exame; contudo, com o advento das tecnologias da informação e comunicação, tornaram-se uma estrutura obsoleta e demasiado dispendiosa.

Nos anos 1990, que culminaram com a denominada Terceira Geração de EaD, o uso de computadores generalizou-se e, apenas 10 anos mais tarde, no início do século XXI, entrava-se na Quarta Geração, que pouco durou, graças à revolução das Tecnologias da Informação e Comunicação e o advento das redes digitais e do conhecimento.

Em 2006, a Quinta Geração de EaD faz uso de sofisticados equipamentos informáticos, de ferramentas de comunicação e de pesquisa inteligentes e de redes digitais. Nessa altura, a rede de Centros de Apoio até então utilizada revelou-se completamente desvirtuada face às valências contratualizadas, não correspondendo mais às expectativas fundacionais. Foi neste contexto de grandes mudanças tecnológicas que se operou a reestruturação da Universidade Aberta, que levou à redefinição dos perfis de formação e respetivas competências, à reorganização dos currículos e dos planos de estudos e, também, do modelo organizacional da universidade. Assim, a evolução e o alcance das práticas pedagógicas atualmente em vigor, e que levaram a instituição a abandonar o modelo de ensino e organizacional existente desde a sua fundação, foram alvo de profundas alterações, após meses de estudo e reflexão, a par da implementação das alterações preconizadas no Processo de Bolonha. Paralelamente, foi concebido um modelo de ensino mais centrado no estudante e nos resultados do processo de ensino aprendizagem, que se consubstanciou num novo modelo pedagógico de ensino, com um desenho do plano de estudos por áreas de conhecimento.

É necessário contextualizar a radical reconfiguração institucional que foi implementada no biénio 2007/2008, aquando do cumprimento de um novo Plano Estratégico, que tinha por horizonte temporal 2010. Foi nesse ano que se iniciou o processo de virtualização da UAb, com o recurso às tecnologias

de comunicação e informação e à conceção e adoção de um Modelo Pedagógico Virtual próprio, reconhecido internacionalmente¹⁵.

No decorrer destas mudanças, a partir de meados de 2008, foram progressivamente implementados os primeiros Centros Locais de Aprendizagem (CLA) da UAb, cuja estrutura em rede obedece a uma estrutura de polos físicos descentralizada mas com uma gestão concertada e centralizada. Este projeto foi concebido a partir da noção de Comunidades de Prática (CoP), ou seja uma comunidade que partilha interesses e desenvolve competências em áreas comuns. Esta Comunidade de Prática assume a designação de Unidade de Missão dos Centros Locais de Aprendizagem (UMCLA) e representa a aposta da UAb na construção de uma rede de espaços e de pessoas que partilham ideais de confiança, de cooperação e de colaboração orientados para o empreendimento comum, o envolvimento mútuo e a partilha de experiências e saberes. O grupo interage através de uma plataforma eletrónica e de ferramentas de comunicação assíncronas e síncronas, para discutir, analisar e definir contextos de ação diversificados, tais como: análise e resolução de problemas, definição de rotinas e circuitos de decisão, partilha de experiências, discussão de projetos, criação de parcerias e apresentação obrigatória de relatórios de diversos tipos. Dada a dispersão geográfica dos centros e respetivos coordenadores, a comunicação tem, igualmente, uma finalidade integradora e socializadora e as principais valências e resultados desta rede materializam-se através de um forte vínculo comunicacional e de pertença entre os responsáveis pelos polos físicos, disseminados pelo território nacional e no estrangeiro e os órgãos e serviços centrais da UAb.

Atualmente, a Rede de CLA, que se pretende descentralizada dos grandes centros urbanos, é composta por dezassete polos físicos distribuídos pelo território continental, insular e um no estrangeiro (Moçambique). A rede e os centros que a compõem estão particularmente vocacionados para a promoção e dinamização de diferentes tipos de iniciativas socio culturais e atividades de formação e promoção do conhecimento orientadas pelos princípios da Aprendizagem ao Longo da Vida, de acordo com as especificidades da respetiva área de influência, favorecendo o acesso de diferentes setores da população à Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Mais recentemente, em 2014, e para responder aos desafios estratégicos e de desenvolvimento do século XXI, a Universidade Aberta adotou, um novo enquadramento organizacional, mais distinto do original, mais sustentável

¹⁵ No quadro normativo institucional o Modelo Pedagógico Virtual da UAb foi avaliado e validado pelo Conselho Consultivo Internacional da UAb, presidido por Tony Bates, e inclui alguns dos maiores e mais experientes especialistas mundiais na área do ensino online: Linda Harasim, Robin Mason, Ulrich Bernath e Albert Sangrà Morer
<http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1295>

no que respeita a distribuição e a concentração dos meios, dos recursos humanos e materiais, em domínios de interesse estratégico e com capacidade de expansão, por forma a promover uma cultura orientada para a qualidade e a eficiência, mais moderna e menos burocrática, ou seja com um modelo de uma gestão mais aberto, flexível e participativo, para melhor servir os interesses dos seus estudantes em particular e da sociedade em geral.

Com a nova estrutura orgânica institucional a Universidade Aberta abriu as suas portas à internacionalização da oferta formativa superior em língua portuguesa, através do desenvolvimento e alargamento de novos cursos formais, não formais e de aprendizagem ao longo da vida, bem como outras atividades socio culturais mais orientadas para a sociedade civil. Neste contexto, a educação e a formação ao longo da vida têm adquirido novas dinâmicas e alcançando novos públicos e territórios, obrigando a ações com impacto positivo junto dos estudantes em particular e da sociedade em geral. Consequentemente, a qualidade afirma-se como um valor cada vez mais importante e diferenciador. Nesse sentido, o Observatório da Qualidade no Ensino a Distância e eLearning da UAb desenvolve investigação sobre as práticas pedagógicas e as metodologias de EaD com o objetivo de, em consonância com as práticas das associações internacionais, produzir um conjunto de critérios e recomendações para a promoção das abordagens de qualidade no eLearning¹⁶, a par da qualidade dos serviços administrativos/académicos, logísticos e operacionais. A prossecução deste objetivo tem-se refletido nos serviços prestados e, manifestase na atribuição de prémios e distinções que a UAb tem obtido e que atestam o compromisso social assumido em 1988, enquanto instituição de ensino superior a distância portuguesa.

A missão da UAb é exigente e distinta das outras instituições de ensino superior e, apesar de ser uma instituição totalmente orientada para a virtualidade do ensino, assenta numa estrutura logística complexa e numa cultura organizacional específica. É este o contexto do reconhecimento da Qualidade dos cursos da UAb que, à semelhança das outras instituições de ensino superior público são avaliados pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), através de critérios e indicadores nem sempre os mais adequados ao EaD, o que é particularmente crítico no atual quadro de generalização da adoção das práticas de eLearning pelas Universidades e Politécnicos.

¹⁶ Programa de Ação como Candidato a Reitor da Universidade Aberta, Paulo Maria Bastos da Silva Dias, setembro de 2011

Modelo Pedagógico e sua evolução

Ao longo dos tempos, a adoção das várias formas de ensino aprendizagem, quer a distância quer online, tem exigido da parte da instituição, dos estudantes e dos fornecedores uma adaptação no que respeita a transformação dos modelos de ensino aprendizagem, e que implicou mudança de atitudes e de práticas. Na atual sociedade digital e do conhecimento foi necessário repensar o papel da Universidade Aberta, mais concretamente as questões relacionadas com a aprendizagem, o ensino e a formação. Ensinar e aprender em regime de elearning e/ou a distância não corresponde a uma mera transposição ou adaptação a um novo meio dos recursos, atividades ou estratégias pedagógicas usadas no ensino presencial.

O sistema de ensino aprendizagem online é muito diferente do sistema de ensino tradicional presencial e, também, mais exigente quer em termos logísticos quer organizacionais e pedagógicos. Por essa razão a opção pelo elearning resulta da visão estratégica e do comprometimento institucional para com a sociedade. Para além do investimento de base tecnológica, de um modelo de planeamento, gestão e logística robustos e fiáveis, também implicou o esforço científico e conceptual para a construção de um o modelo pedagógico virtual próprio.

O plano estratégico da UAb para 2006 a 2010, que representa um marco importante na vida da instituição, foi o resultado da reflexão conceptual e operatória realizada pela instituição, de forma a fazer face às mudanças operadas no ensino superior em Portugal, sobretudo após a adesão ao espaço europeu de Bolonha, à evolução do ensino a distância, face às necessidades crescentes de formação da sociedade portuguesa. Nesse período, foram definidos os conceitos fundamentais e estabeleceram-se as bases que permitiram garantir a qualidade dos cursos de EAD e os respetivos processos, nomeadamente no que respeita as diferentes abordagens pedagógicas do processo de ensino aprendizagem decorrentes da utilização sistemática das Tecnologias da Informação e Comunicação.

No âmbito do atual Plano Estratégico a UAb afirma-se como universidade virtual, organização criativa e inovadora, competitiva e sustentável da Sociedade Digital, no plano nacional e internacional, em particular na lusofonia e na interação com a sociedade e o mundo empresarial. As principais linhas de ação visam a promoção da inovação na oferta formativa estratégica, na qualidade do *elearning*, na Aprendizagem ao Longo da Vida e na investigação, em particular, em EAD e *elearning*, suportada por redes e parcerias com instituições de referência, no país e no plano internacional.

Em 28 anos de prática de ensino aprendizagem a distância, a UAb investiu de forma intencional e sustentada em recursos humanos, materiais e tecnológicos orientados para o ensino e a formação a distância. Em menos de

duas décadas, a Universidade Aberta transformou-se radicalmente, passando de uma universidade de ensino a distância tradicional para uma universidade virtual. Neste período, a revolução foi radical e total nomeadamente no que diz respeito à avaliação de conhecimentos e ao apoio tutorial (reconversão e formação especializada de docentes e tutores e investigação científica orientada para online/*elearning*); à produção de cursos e recursos didáticos digitais (constituição de equipas de especialistas em *elearning* e *instructional design* para a transposição e adequação de conteúdos *scripto*, áudio e vídeo para a plataforma de *elearning* e de equipas de apoio à produção de materiais audiovisuais (*webdesigners* e tecnólogos, técnicos de audiovisuais...); gestão e acompanhamento da infraestrutura tecnológica (constituição de equipas tecnicamente especializadas na gestão da plataforma (programadores e técnicos de informática) e (re)desenho da infraestrutura física (implementação da rede de Centros Locais de Aprendizagem e alargamento da rede de locais de provas de avaliação presencial).

Os últimos 15 anos foram especialmente importantes, sobretudo após o registo e o reconhecimento internacional da Universidade Aberta enquanto instituição Portuguesa de *elearning*, do seu Modelo Pedagógico Virtual.

O Modelo Pedagógico Virtual

A Universidade Aberta foi a primeira universidade pública portuguesa a praticar uma metodologia de ensino e aprendizagem inteiramente virtual, centrada no estudante e em comunidades virtuais de aprendizagem. É a única universidade pública portuguesa a ter concebido e implementado um Modelo Pedagógico Virtual¹⁷ (MPV®) desenvolvido por uma equipa multidisciplinar de docentes e investigadores que se mobilizaram para “desenhar e operacionalizar” a experiência e o conhecimento adquirido ao longo da prática letiva e de investigação científica. O MPV foi avaliado por um Conselho Consultivo Internacional que incluía reputados especialistas na área.

O Modelo Pedagógico Virtual | MPV® | da UAb foi concebido a partir de dois conceitos teóricos fundamentais na educação de adultos: o da autoaprendizagem (o estudante é autónomo e responsável pelo seu processo de aprendizagem, sob orientação de um professor/tutor) e o da aprendizagem colaborativa (a aprendizagem tem mais hipóteses de sucesso quando os indivíduos colaboram entre si e partilham as competências e os saberes), ou seja estimula a comunicação por múltiplas vias e o estabelecimento de ambientes virtuais de aprendizagem são suportados por uma plataforma de ensino LMS (*Learning Management System*).

¹⁷ Pereira, Alda [et al.] - "Modelo pedagógico virtual da Universidade Aberta: para uma universidade do futuro". Lisboa: Universidade Aberta, 2007, p. 1-112.

Do ponto de vista da sua atuação e no âmbito da sua missão formadora, as principais linhas de força do Modelo Pedagógico da UAb assentam nas seguintes princípios:

1. Aprendizagem centrada no estudante: a aprendizagem deverá ser independente e individualizada, por vezes colaborativa, cabendo sempre ao estudante fazer a gestão do seu tempo e o traçado das metas que deseja alcançar;
2. Flexibilidade física e temporal, ou seja sem constrangimentos de tempo ou de espaço, de forma a permitir o acesso à educação/formação quer a adultos que residem em zonas geográficas distantes ou isoladas quer a cidadãos de outras nacionalidades, residentes em países distantes e onde a oferta pedagógica local não privilegia certas áreas científicas;
3. Interação entre os diferentes intervenientes no processo educativo (docentes e discentes), sobretudo através da expressão escrita assíncrona. Essas interações visam o desenvolvimento do espírito crítico, da partilha de recursos e de conhecimentos e a criação de um sentimento de pertença e partilha;
4. Inclusão digital da sociedade contemporânea, que se pauta por sucessivos avanços tecnológicos. Assim, a UAb contribui para o desenvolvimento de competências digitais que tornam os cidadãos participantes, informados e capazes de se integrar numa sociedade extremamente exigente em termos de mercado de trabalho.

No espaço de elearning da UAb, todas as interações de carácter formal ou não formal entre os diferentes atores, bem como o acesso a diferentes tipos de conteúdos pedagógicos, a realização de tarefas de ensino/aprendizagem, (trabalhos escritos ou orais) são realizadas dentro deste ambiente virtual, no seio de uma comunidade de prática. Os professores e os estudantes da UAb continuam separados espacial e temporalmente, mas estão juntos quer em sala de aula virtual quer em ambientes virtuais menos formais criados especificamente para a socialização online.

Paralelamente a estas transformações, há cerca de 6 anos que a UAb tem vindo a desenvolver e implementar uma política de Excelência de gestão da qualidade, através da implementação de procedimentos de monitorização e de avaliação da qualidade quer do Ensino a Distância e elearning quer dos serviços e da gestão organizacional.

Assim, o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação da UAb (SIGA-UAb) é transversal a toda a instituição e resulta da necessidade de aprofundar um sistema de gestão e de avaliação a partir de uma abordagem holística da organização UAb, dado que as diversas valências organizacionais se rela-

cionam entre si. Por conseguinte, o sistema considera de forma integrada as relações de dependência e as interações quer entre setores, atividades e intervenientes. Em última instância analisam-se e avaliam-se os resultados dos diferentes setores numa perspetiva promotora de contributos para objetivos comuns/globais.

A UAb foi a primeira universidade a ser distinguida com o Prémio da EFQUEL-*European Foundation for Quality in E-Learning* e com a certificação da *UNIQUE - The Quality Label for the use of ICT in Higher Education (Universities and Institutes)*, e com o Prémio do 1º nível de Excelência da *European Foundation for Quality Management (EFQM)*, denominado *Committed to Excellence*, avaliado pela Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ). Associação Portuguesa da Certificação (APCER), que certificou o Sistema de Gestão de Qualidade.

Em 2016, no âmbito do esquema europeu dos Níveis de Excelência, a APQ atribuiu o *Recognised for Excellence - 4* estrelas (num máximo de cinco) à UAb, que se tornou a primeira universidade pública portuguesa a ser distinguida com este “reconhecimento”. O Prémio de Excelência da EFQM é atribuído após um rigoroso e exigente escrutínio da APQ às organizações que tenham um historial de um mínimo de cinco anos de melhoria contínua. Este nível de excelência revela a evolução positiva e sustentada da mais jovem universidade pública portuguesa que, ao longo dos anos, se tem afirmando-se como uma organização com impacto indiscutível junto dos seus estudantes, fornecedores e outras franjas da sociedade.

Cooperação interinstitucional e de interação com a sociedade

A educação a distância é um instrumento metodológico escalável, democrático e integrador que pressupõe condições técnicas, tecnológicas, organizacionais, legais, institucionais e colaborativas que privilegiam a virtualidade e a desmaterialização numa malha de espaços e de redes (sociais e digitais). A virtualização do acesso a novas formas e formatos de aprendizagem digitais não dispensa a cooperação interinstitucional e de interação com a sociedade¹⁸, nomeadamente através de diferentes tipos de eventos organizados pelos departamentos, pelos Centros de Investigação ou pelos coordenadores dos Centros Locais de Aprendizagem espalhados pelo território nacional, ilhas e no estrangeiro e nas delegações da UAb em Coimbra e no Porto.

¹⁸ Publicação mensal da Newsletter da UAb; produção de videoclips promocionais; parcerias com a comunicação social (em jornais regionais e na televisão (programas de divulgação de assuntos científicos e culturais); participação em feiras e exposições.

A Universidade Aberta só poderá crescer institucional e cientificamente se estiver integrada em redes de cooperação interativas, dinâmicas, multi-culturais e transnacionais, que contribuam para a consolidação da investigação e da qualidade do Ensino a distância e do elearning. A cooperação, a mobilidade académica/institucional e transnacional entre a UAb e outros estabelecimentos de ensino superior e da sociedade civil são áreas de intervenção prioritárias e estratégicas da UAb.

Antecipando novos quadros e novos contextos de intervenção académica/científica e social, fundamentais para o desenvolvimento e para globalização do país, no decorrer do ano 2015 a UAb associou-se à Universidade de Coimbra, uma das mais conceituadas e antigas universidades públicas portuguesas, tendo sido criado um consórcio entre as duas instituições que irá possibilitar o alargamento da oferta educativa e formativa em língua portuguesa no mundo.

Ultrapassados muitos dos preconceitos e das reservas relativas à qualidade do ensino a distância, o consórcio entre a UAb e a Universidade de Coimbra é revelador da credibilidade pedagógica, escalabilidade educativa, tecnológica, financeira e organizacional desta modalidade de ensino. Em princípio de segundo mandato, o atual o reitor da UAb¹⁹ assumiu “um compromisso para a construção da universidade virtual na Sociedade Digital que se formaliza em quatro dimensões nucleares e de igual importância para a consolidação e antecipação dos novos cenários das aprendizagens em rede. Uma primeira para com a Universidade e o seu papel em matérias de criatividade, inovação e qualidade na educação e formação; a segunda orientada para a comunidade e o diálogo no qual se constrói a identidade e a cultura da organização virtual; uma terceira na cooperação e desenvolvimento, fator decisivo para a interação com a sociedade e a excelência na investigação nos contextos nacional e internacional; a última traduz-se na aposta na língua e cultura portuguesas cujo capital económico se reveste da mais alta importância para o desenvolvimento da UAb”.²⁰

Em Portugal, a educação a distância e em rede ainda carece de regulação institucional. Esta é uma matéria que está na ordem do dia e que urge legislar, para que se uniformizem e definam os princípios orientadores que garantem a qualidade quer da oferta de programas de graduação de nível superior ou de programas de aprendizagem ao longo da vida quer dos valores e das práticas pedagógicas utilizadas.

No século XXI, as universidades, independentemente do regime de ensino que praticam são e deverão continuar a ser espaços privilegiados de

¹⁹ Professor doutor Paulo Maria Bastos da Silva Dias

²⁰ In, Paulo Maria Bastos da Silva Dias *Plano Estratégico da Universidade Aberta 2011-2015*, p.2

Desenvolvimento, de Conhecimento, de Ciência e, também, de Responsabilidade Social, porque a educação e a formação ao longo da vida são potenciadoras dos valores fundamentais das sociedades democráticas.

Conclusão

Para a UAb o cenário mundial atual é, simultaneamente, de oportunidades e de desafios no que respeita a formação avançada e ao longo da vida, mas também relativamente à dimensão demográfica, geoestratégica, económica, cultural, científica, social e tecnológica dos países de Língua Portuguesa, dirigidas para o exercício da cidadania e da democracia e na integração social de populações sem restrições de geografia ou tempo.

O ensino a distância/online é o domínio natural de um espaço que partilha diferentes dimensões entre as quais a espacial e a do temporal²¹, a da psicologia da aprendizagem²², a das tecnologias digitais²³ e, também, institucional²⁴. O modelo organizacional descentralizado adotado favorece o contacto de proximidade com a sociedade em geral e com os estudantes/formandos em particular.

Do ponto de vista estratégico, a Universidade Aberta assume-se, perante a sociedade atual, como uma instituição orientada para a cooperação e para o desenvolvimento ou seja, para a capacitação das populações que a procuram, promovendo e construindo novas acessibilidades, novas proximidades e afinidades académicas, nomeadamente a nível da educação superior, através de parcerias e de redes colaborativas, suportadas pelas tecnologias de informação e comunicação.

Em 2016, o modelo organizacional descentralizado permite que a UAb tenha um espaço de intervenção educativa e formativa em “qualquer lugar do mundo”²⁵, com particular destaque para as comunidades de aprendentes adultas e maioritariamente já inseridas no mercado de trabalho e nos países de língua oficial portuguesa.

As diversas e complexas realidades socioeducativas nacionais e internacionais ainda afetam e condicionam o acesso à educação superior e à formação ao longo da vida a demasiadas franjas da população mundial. Globalmente, a sociedade atual está mais tecnológica, mais global e interligada em rede, permitindo níveis de interação crescentes. É neste contexto mundial que o Ensino a Distância se afirma como a modalidade de ensino privilegiada e

²¹ Conceito de distância e mundo virtual, em momentos síncronos e assíncronos.

²² Conceito de trabalho individual e colaborativo.

²³ Conceito de utilização das tecnologias da informação e comunicação e das redes sociais digitais e de conhecimento.

²⁴ Conceito de ensino a distância versus ensino presencial.

²⁵ Mais de trinta países espalhados pelo mundo.

com um papel fundamental para enfrentar fazer face às desigualdades e responder às crescentes necessidades educacionais e formativas, sobretudo das populações adultas geograficamente muito dispersas.

A economia do conhecimento é uma questão fundamental que afeta todos os cidadãos, um dever e uma obrigação de todas as sociedades, em qualquer parte do mundo.

A Universidade Aberta continua a ser a única instituição pública portuguesa de ensino superior que abraçou um projeto inovador no que respeita à acessibilidade à educação, à formação, ao conhecimento e à investigação científica. Assumiu o compromisso de organizar e operacionalizar um modelo de ensino a distância/elearning inovador e inclusivo, cujas práticas pedagógicas e organizacionais permitam ter uma oferta educativa e formativa flexível e escalável, descentralizada e orientada para a promoção e valorização das necessidades de qualificação de todos os que a procuram. Ao longo dos anos, a UAb tem vindo a consolidar a sua área de intervenção a nível nacional e internacional, nomeadamente através do apoio de proximidade que promove junto dos estudantes nos Centros Locais de Aprendizagem, dos protocolos e das parcerias estabelecidas com outras instituições de ensino e da sociedade civil, com a investigação especializada que produz no domínio do elearning, nomeadamente em contexto de projetos formação ação.

A criação, desenvolvimento e aperfeiçoamento do Modelo Pedagógico Virtual, que assenta no património teórico e conceptual do ensino a distância ou seja, na pedagogia do ensino a distância, é um projeto educativo em permanente evolução direcionado para a promoção do conhecimento e de práticas pedagógicas²⁶ e administrativas²⁷ suportadas pela tecnologia, pelas redes e plataformas digitais.

Em 2016, como em 1998, a missão e a vocação UAb é e será sempre pluridimensional e os seus desígnios são e serão os da promoção do Conhecimento, da Capacitação e da Inclusão Social, consubstanciados em práticas de ensino, de formação ao longo da vida, de investigação científica, de cooperação e de procedimentos organizacionais sustentados.

Metodologias de ensino específicas e certificadas suportadas pelas tecnologias e pelas redes digitais são a nossa bandeira. Hoje e sempre, a UAb está determinada em honrar e renovar a sua missão e vocação: a de estar ao serviço das pessoas, de contribuir para a disseminação da ciência e do conhecimento em língua portuguesa, de promover o desenvolvimento e a inclusão social na era da quarta revolução industrial, ou seja de uma sociedade cada vez mais exigente, competitiva e global.

²⁶ Plataforma Moodle.

²⁷ Campus Virtual, plataforma digital que medeia a comunicação institucional entre os estudantes e potenciais estudantes e os diferentes serviços da universidade.

Referências

- Caeiro, D (coord.); Costa, A.; Aires, L., Cunha, R. (2007). *Reestruturação dos Centros de Apoio: os Centros Locais de Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta, Documento Interno.
- Carmo, Hermano (2014) *A educação para a cidadania no século XXI*, Editora Escolar, p. 50
- Dias, Paulo (set. 2011) Programa de Ação como Candidato a Reitor da Universidade Aberta.
- Educação para todos: o compromisso de Dakar* (2000) UNESCO, Fórum Mundial de Educação, Dakar, Senegal.
- A. Pereira, Oliveira, L. Tinoca, L. Amante, M J. Relvas, M C. Teixeira Pinto, D. Moreira (2009) Evaluating Continuous Assessment Quality in Competence-Based Education Online: The Case of the e-Folio
- Garrison, D.; Anderson (2005).T. *El e-learning en el siglo XXI. Investigación y práctica*. Barcelona: Octaedro.
- <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1295>
- http://www.crcvirtual.org/vfs/old_crcv/biblioteca/3_13_2001_18_3/comunicacoes/painel7_ebm_apresentacao.html
- http://www.imvf.org/ficheiros/IMVFPolicyPaper_pos2015.pdf
- A. Macedo e L. Morgado (2009) *Learning to Teach in Second Life*. (http://www.edenonline.org/contents/conferences/OCRCs/Porto/AM_LM.pdf)
- Pereira, Alda [et al.] - "Modelo pedagógico virtual da Universidade Aberta: para uma universidade do futuro". Lisboa: Universidade Aberta, 2007, p. 1-112.
- Reforming Distance Learning Higher Education in Portugal* (2009) Publicação do Ministério da Ciência da Tecnologia e do Ensino Superior Português
- R V Oliveira e A. Moreira Teixeira (2009) *The Use of Internet Social Networks in a Pedagogical Context: A Case Study in a Basic Portuguese School* (http://www.edenonline.org/sites/default/files/OCLR_2009_Porto_Proceeding.pdf)

CARLA PADREL DE OLIVEIRA

É doutorada em Engenharia Química pelo *Imperial College of Science Technology and Medicine da University of London* e licenciada em Química pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Docente da Universidade Aberta desde 1995, é responsável por várias unidades curriculares na área da Química, coordenadora do doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento e investigadora permanente no Centro de Química Estrutural do Instituto Superior Técnico de Lisboa. No âmbito das atividades profissionais de gestão académica tem desenvolvido trabalho em domínios relacionados com políticas, metodologias e práticas de EaD, de Avaliação/Qualidade e Cooperação internacional. Desde 2009, ocupa o cargo de vice-reitora da UAb, com o pelouro Qualidade, Avaliação e Relações Internacionais, continuando a trabalhar na área do desenvolvimento do capital humano, através da mobilização de recursos da Universidade e de outras entidades públicas e privadas para a conceção, apoio e execução de projetos de formação e capacitação em língua portuguesa.

SUSANA MÂNTUA

É licenciada em História pela Universidade de Rouen, França, e mestre em Comunicação Educacional Multimédia pela Universidade Aberta.

Entre 1992 e 2007, enquanto leitora da UAb, lecionou várias disciplinas na área da História e da Sociedade e Cultura Francesas. Desde 2007, enquanto técnica superior, desenvolve projetos e atividade na área da cooperação internacional, da educação para

o desenvolvimento e da formação a distância. Foi responsável pela conceção, desenvolvimento e lecionação de vários Módulos de Ambientação online para estudantes/formandos dos países de língua portuguesa. Desde 2012, integra o gabinete da reitoria da Universidade Aberta (UAb) e a Unidade de Missão dos Centros Locais de Aprendizagem – UMCLA, onde desenvolve atividades de formação e de apoio ao projetos de capacitação de recursos humanos em países de língua portuguesa. Vid. síntese curricular no Vol. 3 (2010) deste Boletim.

Presença de Camus no Teatro de Marinhas del Valle?

Pablo González Mariñas

Resumo

No presente texto o autor reflete sobre a presumível influência de Albert Camus na obra dramática de Jenaro Marinhas, desmontando algumas afirmações comuns errôneas (influência em *A Revolta*) e ao tempo identificando princípios e valores professados ou compartilhados por ambos na obra posterior de Marinhas: o valor da liberdade para a criação literária, a necessidade de desprender-se do mundo para criar uma própria rede de conceitos, e espalhá-los em abstrações generalizáveis em comunicação direta com o povo, o destino do teatro para dar voz a quem não a tem, a generosidade por cima dos interesses pessoais, a profissão sem desmaios dos valores éticos da liberdade, da verdade, da tolerância, da justiça e da luta pela libertação da opressão, tudo isso no cultivo e expressão de uma estética elevada por fundos princípios éticos de compromisso com os mais fracos da sociedade.

Palavras-chave

Influência-coincidência, mudez-voz, liberdade-destino, rebeldia-apatia.

Abstract

In this text the author reflects upon the presumed influence of Albert Camus in the dramatic work of Jenaro Marinhas, dismantling some erroneous common claims (influence in *The Revolt*) and at the same time identifying principles and values professed or shared by both authors in Marinhas's subsequent work, such as the value of freedom for literary creation; the need for detaching oneself from the world in order to create our own net of concepts and to spread them in generalizing abstractions communicated directly to the people; the act of giving voice to those who lack one as theatre's destiny; the primacy of generosity over personal interest; the relentless profession of the ethical values of freedom, truth, tolerance, justice and fighting for liberation from oppression. All of this expressed through the cultivation of an aesthetics inspired by a deep ethical principle of commitment to the weakest in society.

Key words

Influence-coincidence, silence-speaking out, freedom-fate, rebelliousness-apaty.

Muitas cousas podem ter-se inventado ou descoberto há tempo e não exercer influência nenhuma no mundo; ou podem influir sem que se advirta, influir sem que transcenda ao geral.

A sociedade em que me integre deverá, pois, dizer-me: serás igual a todos nós. E só poderá e acrescentar: e desejamos que também sejas livre; quer dizer: desejamos que tu mesmo, por própria convicção e num ato de vontade livre e racional, renuncies aos teus privilégios.

Goethe

Há anos, não recordo exatamente a data, ditei uma palestra sobre a pessoa de Jenaro Marinhas del Valle no quadro de um conjunto de atos que, na sua homenagem, se celebraram na Galiza.

Pela minha parte, foi um exercício de ousadia falar então sobre as possíveis influências de Albert Camus no teatro de Marinhas; um tema sempre espinhento este das influências literárias, máxime a ter presente que escrevo sempre influído pelo que fui lendo ao longo da minha vida. Borges dizia que ninguém escreve um livro, que todos estão no éter e que o autor simplesmente pega nele e dá-lhe forma... Quando menos penso, em tom menor, que os livros adoitam conversar entre si, sem que nos seja dado evitá-lo.

O meu atrevimento foi daquela evidente e agora venho a reduplicá-lo exumando estes papéis. Se quadra um pecado perdoável, já que não dei às minhas palavras outra pretensão que refletir juntamente com o auditório (sem dúvida muito mais formado do que eu em temas linguísticos e literários) sobre um tema quase tabu: as influências literárias num autor concreto, neste caso, como disse, a discutida presença de Camus na obra de Jenaro Marinhas. Ousadia, sem dúvida.

A dificuldade do propósito aconselha uma digressão inicial. Qualquer incapaz de analisá-lo em condições diria que é um tema complexo. De acordo, mas isso não nos ajuda nada. Todo o autor sente-se nalgum momento da criação abrumado pelas dúvidas.

Quer ser impoluto, original na sua obra. Mas sabe muito bem que esta é filha da experiência vital e literária. A vida vivida e a vida imaginária lida nos livros que amou. E sabe também que no seu fundo espiritual e criativo produziu-se uma seleção de influências; sabe que foi decantando insensivelmente as boas, as malas e mesmo abraçando as heréticas. É lícito também interrogar-se sobre se só os grandes autores influem o se, pela contra, às vezes obras menores ou mediócras podem projetar-se com benefício de em quem escreve. A personalidade do escritor mistura uma parte consciente e outra inconsciente que com frequência ordena cousa distinta. E logo está a miudeza das imagens, dos momentos, das pequenas luzes e obscuridade que com frequência se fazem maiores na nossa consciência que os mais ilustres

autores lidos por nós. Azorín escreveu que uma cadeira com assentos de esparto pode penetrar tão fundamente em nós como os textos de Cervantes, Shakespeare, Balzac ou Tolstoi. Eu acrescentaria Proust. Quicá Jenaro Marinhas também.

Gabriel García Márquez confessava a influência que exerceram nele Hemingway, Joyce e Faulkner. E mesmo o fazia Álvaro Mutis com Octavio Paz, Neruda e Saint-John Perse. E qualquer que se enfrente a um folio em branco sabe que tem que fugir de estilos, ritmos e argumentos herdados se quer ser um escritor com personalidade própria. Poderá consegui-lo? Essa é outra questão. Mas, haverá alguém tão fátuo e soberbo que queira ver-se isento da influência de Dostoiévski ou de Flaubert?

Para o meu destemido propósito contei com alguma ajuda: as conversas sustidas com o meu tio, nas manhãs de domingo, ao calor do sol que, entrando pelas janelas amplas da sua casa na Praza de Pontevedra na Coruña, enchiam de luz a conversa fácil e enriquecedora.

E dispus também do seu diário pessoal (publicado hoje, o que se conservou, sob o título de *Caderno de Notas*), bem como dos livros da sua biblioteca, acarinhados por ele, sublinhados, anotados com sumo cuidado, que foram um tesouro para a minha interpretação ou reflexão. Quicá tudo isso configure um latrocínio, uma indiscrição pela minha parte. Mas Jenaro era tolerante e Camus também, e ambos os dous com certeza não reprovariam este meu atrevimento.

Tem-se dito, e penso que é verdade, que quando Marinhas escreveu *A Revolta* não conhecia a obra do francês. Mas isto não desbota um encontro-reencontro na sua aventura-memória literária, na sua criação artística.

Quando se publicou *A Revolta* (1965), a peça levava já escrita mais de vinte anos e desde então fechada na gaveta. E aí seguiria possivelmente se uma mão amiga não a tirasse a tempo e a apresentasse ao Certame de Teatro Castelao do ano 1964 que, como é bem sabido, ganharia.

Situamo-nos, portanto, em plena Guerra Mundial. En 1942, data em que Jenaro escreve *A Revolta*, Camus tem 29 anos. A sua vida discorre em Paris, com viagens constantes a Orã e Argel, onde tenta reanimar o *Théâtre de l'Équipe*. Escreve artigos para o *Combat* e anda a voltas com *O estrangeiro*, no que é bem sabido quer descrever a mudez do homem frente ao absurdo. Também *A Peste* ocupa o seu tempo por aqueles dias; um tempo criativo atormentado, pois ainda em 1951 diz sobre esta obra:

Em toda a minha vida jamais tive uma sensação de malogro como esta. Nem sequer estou certo de poder chegar ao fim.

Justo nessas datas (7 de março de 1951) remata Camus a primeira redação do *O homem revoltado*. Havia case dez anos desde que Jenaro dera fim a sua primeira versão de *A Revolta*.

Casusna?, Deusna? Na minha opinião, trata-se duma coincidência semântica, um caso fortuito, não duma influência, nem no conteúdo nem sequer no título que - suponho - é o que está no fundo da apreciação inde monstrada dalguns estudiosos.

Para além das suposições, está claro o facto de Jenaro ter sido um devorador da obra literária e de pensamento de Camus. Penso que este fervor se produziu nos fins dos anos 50 e começos dos 60. Fê-lo nomeadamente a través da coleção LIVROS DO BRASIL, das Edições Gallimard, que um assentador lhe enviava desde Lisboa. São edições dos anos 62 e 64. Muitos dos exemplares estão sublinhados pela mão de Marinhas.

Desde essas datas poderia especular-se com uma influência de Camus na sua obra, ainda que melhor seria falar do descobrimento e achegamento literário a uma alma gêmea, imbuída de semelhante tensão ética e até política ou social.

Há portanto uma confluência de pensamento, temática e conteúdo finalista em muitos pontos.

Sirvo-me para esta reflexão dos anteditos apontamentos marginais de Marinhas, sendo consciente de que uns podem ser de coincidência e outros mesmo de rejeito; mas sempre de atenção.

Para Marinhas, o imprescindível ponto de partida para a criação teatral é a liberdade do autor. Sem isso, não é possível a verdadeira criação artística. O autor - diz - tem de conquistar essa liberdade, desprender-se do mundo para, desde aí, criar a sua própria ordem de conceitos e logo espalhá-los em abstrações entendíveis e generalizáveis.

Marinhas aceita a sua *vida escura*, embebe-se em si próprio na medida em que pode e, assumida essa posição, cria a sua obra. Às vezes, não se entende o seu retraimento como tampouco a sua incrível modéstia. Pode haver para isso muitas explicações, e momento haverá se quadra para essa consideração. Mas reparemos que parágrafo tão significativo sublinha nos *Cadernos* de Camus:

Retirei-me do mundo não porque tivesse inimigos, mas porque tinha amigos. Não é que eles não me fossem apresentáveis como é habitual, mas julgavam-me melhor do que sou. É uma mentira que eu não posso suportar.

É obvio que esse desprender-se para criar supõe uma grande renuncia pessoal; e implica também ter a convicção de que a arte dificilmente pode nascer na comodidade e menos na opulência dependente da presunta magnanimidade doutros. Algo assim pensava Cervantes ou o próprio Benedetti

quando, apoiando-se nos latino-americanos do *boul mich*, escreve que “a grande literatura só se produz na infelicidade”.

Sem dúvida também Camus, a quem Sísifo interessa justo no momento do esforço; e quer vê-lo ditoso no meio do absurdo: nesse momento em que a pedra cai de novo face ao mundo inferior. Essa pausa, essa hora é a hora da consciência. E Sísifo é então mais forte que a sua roca. Toda a alegria silenciosa de Sísifo consiste nisso: em que o seu destino lhe pertence.

Esta força, este assumir como destino a liberdade pessoal, mesmo dentro do absurdo, é recorrente em *Marinhas*. E muito própria de Camus. No seu *O avesso e o direito* escreve:

O artista, como homem necessariamente livre, não é homem de conforto. Quanto mais desencadeado estiver o que deve ordenar, tanto mais a sua regra será estrita e mais terá afirmado a sua liberdade.

Porém, é mais: isto supõe de seu que o autor não tenha que esperar nada doutros, a sua obra é sua e só sua; é a responsabilidade da sua liberdade criativa como homem:

persuadi-vos de que uma obra de arte é coisa humana, e de que o criador não tem nada a esperar de um ditado transcendente. A Cartuxa, Fedra, Adolfo poderiam ser muito diferentes e não menos belos. Tal é a dependência do seu autor, mestre absoluto.

Na mesma linha, *Marinhas* dirá muito claramente que toda tragédia, drama ou comédia, por numerosas que forem as personagens que intervierem, é obra exclusiva, é um monólogo do autor. Cousa distinta é o seu destino: a transmissão, a comunicação.

Neste esforço genesiaco de liberdade, o criador está a dar conta da sua personalidade; o autor monologa com a sua posição pessoal frente ao mundo. É o que diz também Camus quando afirma que o artista, solitário e desconhecido, “limita-se a reafirmar a sua vocação profunda”.

Essa vocação tem de realizar-se sobre um modelo próprio e concreto. *Marinhas* tem-no exprimido de forma mais veemente:

Partindo de zero absoluto não se chega a nenhures. O abstracto das artes é relativo como o zero dos termómetros.

E diz mais:

Sem um certo grau de abstração não há criação artística. Mas bem entendido que canso a arte abstracta pretende criar sem modelo, aborta um feto sem vida: o que presta vida á obra de arte é o modelo.

A seguir, a obra haverá de desprender-se do modelo; e, independizada, poderemos medir a cota de arte que tem alcançado.

Neste modelo são pressupostos fundamentais os valores assumidos pessoalmente, que condicionam os conteúdos e as personagens: os desfavorecidos, os emigrantes, a morte, o autoritarismo, a revolta, a desobediência e, sempre, a liberdade, obsessão também em Camus, que quase se fazia poeta falando dela. Gostava de repetir uma frase de Proudhon: “A liberdade é um dom do mar”. E dizia também que “sem liberdade, nada realizaremos e perderemos, ao mesmo tempo, a justiça futura e a beleza antiga”; é a arte, que reúne, em tanto que a tirania separa.

Em pensamentos como este de Camus conflui Marinhas, para salientar a grandeza do teatro como veículo de dignidade e liberdade dum povo. No seu *Caderno de Notas*, e com data de 28 de maio de 1983, diz:

O teatro, ainda o mais anódino, insubstancial e asséptico ensina ao povo algo de grande importância para o seu comportamento na vida: ensina-lhe a permanecer unido face a algo, com inteira liberdade de aprovar ou reprovar, dizer si ou não, aplaudir ou patear. Ensina-lhe a sentir-se dono da situação em todo momento e circunstancia, tanto frente aos farândulos da farsa como frente aos farândulos da tragicomédia política que tratam de representa-lo, ensina-lhe, em suma, que frente a ele ninguém representará mais cousa que aquela que seja do seu interesse e completo agrado. O povo que aprenda bem esta lição do teatro terá assegurada a sua dignidade, a sua identidade e a sua liberdade.

São palavras com mais força se couber que as parecidas do seu discurso de ingresso na RAG, *A importância do público na revelação teatral* (1979).

Esta potencialidade do teatro está em Lessing e também em Cervantes, quando D. Quijote diz que o teatro “é um espelho em que se refletem as formas e ações da vida; é a vida mesma”. Ou mais claramente em Zeller: “O teatro é sempre consciência dum povo, ou não é teatro”. E já se vê que doado é tirar de aí que “um povo que não tem teatro não tem consciência de seu”.

O teatro de Marinhas - bem se tem dito - é um teatro de ideias que, como escreveu Henrique Rabunhal, “pelejam dramaticamente no cenário”. E pode acrescentar-se: que pelejam e buscam prender no público por cima dos simplismos e das metáforas ou, justamente, aproveitando a capacidade expressiva e de convicção destas figuras.

Quiçá possa por isto falar-se dum certo didatismo nalguma das suas peças. El prioriza ante todo a comunicação, a comunicação universal. O seu teatro, assentado em grandes valores, dificilmente envelhece; simplesmente, com a ajuda do público, renova-se em cada representação.

Na conferência pronunciada o 14 de dezembro de 1957 no grande anfiteatro da Universidade de Upsala, *O artista e o seu tempo*, Camus diz cousas

muito expressivas, que estão sublinhadas por Marinhas no texto de *Livros do Brasil*, neste caso acreditando sem dúvida o seu total acordo:

Este ideal de comunicação universal é, com efeito, o de todos os grandes artistas. Contrariamente ao preconceito corrente, se há alguém que não tenha direito à solidão, esse é justamente o artista. A arte não pode ser um monólogo.

Algo semelhante dissera dias antes no seu discurso de agradecimento á Academia sueca ao receber o prémio Nobel em Estocolmo:

A arte não é, ao meu ver, um divertimento solitário. É um modo de comover o maior número de homens, oferecendo-lhes uma imagem privilegiada do sofrimento e das alegrias comuns. Ela, pois, obriga o artista a não se isolar.

Observe-se que não há contradição com o que antes dizia Marinhas; antes tudo o contrário: o autor monologa consigo, mas esse monólogo tem de ser transmitido ao público; em caso contrário, cair-se-ia na infertilidade, no onanismo e no narcisismo inútil.

Esta é a ideia central do discurso do seu ingresso na RAG:

o público é o elemento mais característico e imprescindível de cantos integram o complexo da arte dramática”. É uma reflexão que pecha o círculo quando, contradizendo a quem afirma que não há teatro galego porque não há actores, diz com desespero “não, não há teatro galego porque não há público”.

Repare-se também em que esta imprescindível comunicação não se poderia produzir se o público tivesse uma posição passiva na representação, porque não haverá revelação teatral. Marinhas e Camus coincidem na necessidade de que o público, com a sua participação, protagonize ou compartilhe o seu compromisso, para se rebelar frente á injustiça e a opressão.

Muitas são as personagens de Marinhas que induzem esta rebeldia. Assim ocorre na *Revolta*, em *Redenção*, na *Obriga*, no *Palheiro*; e mormente no *Triângulo ateu* (1964) quando os representantes da doutrina e ordem social dominantes (D. Equilátero e D. Isósceles) tem de ouvir de D. Escaleno que a sua soberbia é pecadenta, que o seu autoritarismo é revoltado, que a sua ambição é desmesurada; e por isso acordam que deve ser expulsado da sociedade. É como acertadamente diz Rabunhal “a pugna da verdade contra a ordem”. No recordado discurso de Upsala, Camus dissera: “a verdade é misteriosa, fugidia, está sempre a ser conquistada”.

Eis D. Escaleno, o estudioso crítico (o autor, em definitivo) dizendo ao tesoureiro e mais ao secretário da junta diretiva o que outros não ousam ou não lhes podem dizer.

Esto é clave. Reparemos no que escriba Camus:

Devemos saber que não podemos evadir-nos da miséria comum e que a nossa única justificação, se alguma há, está em falar, na medida dos nossos meios, por aqueles que não podem fazê-lo.

O nervo do pensamento é aqui plenamente comum. É a aposta comprometida com os desfavorecidos que incrusta o teatro de Marinhas; um compromisso que na realidade se estende a toda a sua produção literária. Não me resisto a trazer aqui o tremendo simbolismo que na *Vida escura* supõe o Sr. Macário que, por um cancro na gorja, quedou sem voz e deixou a todo um povo órfão da ledice da sua palavra, dos seus contos imaginativos e iluminantes.

Por nos centrarmos no seu teatro, cumpre salientar como descreve Marinhas a essência das suas personagens, obrigadas a darem voz a quem não a tem, com a sua rebeldia:

A desconformidade, a rebeldia são consubstanciais com toda e qualquer personagem, que será sempre um lutador, um tomador de Bastilhas, que há levar dentro e fora de si a agonia unamuniana para ser com inteira justeza um protagonista.

O papel do escritor, dirá Camus, “não se pode colocar a serviço daqueles que fazem a história: ele está a serviço de aqueles que a sofrem”.

Quiçá nada disto possa entender-se na plenitude sem ter em conta outro factor relevante neste contraste entre os duos autores, a sociedade que lhes tocou viver: uma época violenta e ao tempo uma sociedade átona, conformista, sem pulo para reagir contra a injustiça, que magoava e ofendia na sua dignidade de pessoas livres. Ambos os dous chamam constantemente à esperança, às gerações vindeiras. Escreve Camus:

Julgando impossível o diálogo com contemporâneos surdos ou distraídos, o artista tem que apelar às vezes a um diálogo mais numeroso: um diálogo com as gerações, um diálogo, em fim, com esperança no futuro.

Marinhas, em *O Bosque*, quando o moço delira cum mundo no que a busca de pão não seja uma angustia, quando não haja amor, “quando este mato fique desbravado...”, põe em boca do velho uma belíssima sentença de esperança. Diz-lhe: “Inventa esse mundo que tu queres e ele virá. Todo o que se inventa acaba por chegar”.

E, sintonizando com a precedente citação de Camus, Marinhas adverte:

Temos o povo aí, ao nosso par; mas apático, desentendido, sem o necessário para que possa ser fecundado, sem ânsia de seguir perdurando e projetar-se com própria luz no futuro, que é tanto como dizer sem esperança.

Certo é que, como assinalou Manuel Lourenzo nalguma ocasião, há muitíssima mais esperança na obra de Marinhas do que na de Camus, sobretudo de aquele Camus que chegou a escrever que a esperança é o grande pecado da humanidade; ou que a história é a história dos desencantos humanos. Ou quem escreve: “Cada geração se sente, sem dúvida, condenada a reformar o mundo. No entanto, a minha sabe que não o reformará”.

Também é certo que a semelhança conceptual entre ambos não se produz em idêntico grau no emocional.

No teatro de Marinhas, os conceitos dotam-se duma música dramática própria, muito galega, melancólica às vezes, ainda que sempre rebelde e anarquista; musica da que, dito com todo o respeito, carece Camus, de seguro porque era pior poeta que Jenaro.

Contudo, proponho ao lector uma adivinha: A quem dos dous autores corresponde este diálogo?:

Filho: Um vento frio entra pela janela.

Mai: O tempo começa a mudar.

Filho: É verdade.

Mai: E vamos ter a eletricidade reduzida durante toda a guerra?

Filho- Sim provavelmente.

Mai: No inverno, é que vai ser triste.

Filho: Pois sim

E este outro?:

Mai: Que foi, meu filho?

Filho: Não sei, eu dormia.

Mai: Deste uns berros assustadores.

Filho: Sim, vou lembrando... Queriam me levar, deixar a terra a se inçar de toxo e de silveira, deixá-la aos lobos...

Mai: Foi um pesadelo.

Filho: Sim, foi um pesadelo.

Quando se estreou *A Gaiola*, no teatro Colón da Crunha, na apresentação da função, eu falei espontaneamente muito de Kierkegaard e perguntei-me também se Marinhas subscreveria a intensidade com a que Camus salienta as palavras do Lucifer de Milton:

“O espirito e a própria morada na que habita pode fazer em sim um céu do inferno, um inferno do céu... mas vale reinar no inferno que servir nos céus”

Cuido que sim.

Outro referente que considero comum, neste caso de fundo sentido ético, é a sua posição tolerante, essencialmente humanista, que se reflete nas suas obras. Som tolerantes, mas sem indulgência, como Goethe queria.

O teatro de Marinhas está histologicamente impregnado de rebeldia. Pode-se dizer que é rebeldia de seu, procura afanosa da liberdade num mundo de justiça. As suas personagens aspiram a serem livres, e lutam por isso, mas na beleza das atitudes éticas. A ligação com a beleza não é nunca de egoísmo, mas de fraternidade e justiça.

Isto aprecia-se muito bem em *A Gaiola*, em *O Bosque* ou em *A Revolta* de Marinhas e no *Home revoltado* de Camus.

Jenaro chega a duvidar mesmo da identidade do inimigo; há luta e contradição: “Tí nunca destruirás a aldeia, nunca porás lume na fraga”.

Pela sua parte, Camus, quando explica o que quis fazer com o seu *homem revoltado*, diz que “quis dizer a verdade, sem deixar de ser generoso”. Confessa abertamente que ele “não está feito para a política, pois é incapaz de aceitar a morte do adversário”. E quando escrevia em *Combat* aqueles artigos que se recolheriam logo no livro *A luta pela liberdade*, entre deles o chamado *Cartas a um amigo alemão*, faz um canto admirável á solidariedade no absurdo da guerra: “Eu tenho optado pela justiça. Penso que este mundo carece dum sentido superior. Mas sei que algo há nele que tem um sentido: o homem”. “Mesmo o inimigo não deixa de ser Irma inimigo”.

Também no discurso de Upsala nos mergulha no ambiente dramático de muitas peças de Marinhas quando diz que “a posição do escritor é ser com seus companheiros de luta, vulnerável mas obstinado, injusto e apaixonado pela justiça”.

Que outra posição adoita Marinhas em *A obriga* ou em *Duas peças de teatro inerte*?

A Revolta de Marinhas participa deste espirito: “Se o homem falha na conciliação da justiça e da liberdade, então falha em todo; o fim da revolta é a pacificação dos homens”.

Por isso não entende bem o feito de julgar.

No texto de Camus, Marinhas sublinha as frases “Compreender é criar” e “Nunca poderia ser juiz; eu tendo a compreender e, compreendendo, não se pode julgar”. A reflexão evoca Flaubert, mas Camus a eleva a verdadeira doutrina de comportamento:

O profeta, religioso ou político, pode julgar, no absoluto e aliás, como sabemos, não se priva de fazer. Mas o artista não pode. Se julgasse no absoluto, repartiria sem cambiantes a realidade entre o bem e o mal, faria melodrama. O fim da arte, pelo contrário, não é legislar ou reinar; é, em primeiro lugar, compreender. Mas nenhuma obra de génio foi jamais fundada sobre o ódio ou o desprezo. É por isso que o artista, chegado ao termo da sua marcha, absolve em vez de condenar. Não é juiz, mas justificador. É o perpetuo advogado da criatura vivente, porque vivente. Advoga realmente pelo amor do próximo, não por aquele amor longínquo que degrada o humanismo contemporâneo como catecismo de tribunal.

Cumprem por último umas pinceladas sobre a estética, a linguagem, o ritmo e o entendimento da literatura e o teatro. Camus diz que o teatro há de traduzir os sofrimentos e a felicidade de todos, na linguagem de todos. Marinhas exprime-o mais explicitamente no seu *Caderno*:

É certo que o teatro precisa dum texto; mas só como apoio e ilustração da aventura dramática; e qualquer recarga literária produzirá um escurecimento do próprio drama.

Cumpra ecoar no espírito do público, “que dificilmente se verá acordado com lindezas de estilo retórico... Portanto, cumpre se exprimir na linguagem de todos.

Em Camus há, como é bem sabido, uma reticente consideração da literatura:

Literatura: desconfiar desta palavra. Não a pronunciar com demasiada presa. Se tirássemos a literatura aos grandes escritores, roubar-lhes-íamos provavelmente o que lhes é mais pessoal: o homem superior de Nietzsche, o abismo de Dostoiévski, o acto fortuito de Gide...

Atenção, portanto, aos excessos retórico-literários.

Dizendo expressamente da linguagem teatral, Marinhas escreve no seu *Caderno*:

Para um autor de teatro a maior dificuldade para culminar uma peça que se aproxime da perfeição teatral estará em conseguir essa linguagem dramática que ligue os parlamentos da princesa ou imperador com os da criada ou artesão... Um autor teatral há de inventar o seu próprio idioma dramático, e polo em boca das suas personagens, para que todos falem um mesmo idioma, para que nele expresse cada um deles o papel que lhe corresponde no mundo em que e para que foi criada.

Parece-me uma das expressões mais belas e precisas da “universalidade personalizada” da linguagem teatral.

Uma última consideração merece o ritmo, esse ritmo interno das peças do teatro de Marinhas que, no dizer de Flor Maceiras, parecem poesia ou música poética. Deixando de lado algo que poderia pertencer á genética galega, cumpre recordar a devoção de Marinhas por Benedetto Croce, não pela sua pessoa, sem dúvida, mas pelo seu *Breviário de estética*. Se ética e estética resultam case inseparáveis, o mesmo ocorre com a ideia e o ritmo. Dizia Croce que desconfiava sempre do valor duma obra na qual o artista duvidasse entre a prosa e o verso. Para ele, “a obra inspirada nasce conjuntamente, e não pode perceber-se a ideia se não se percebe o ritmo”.

Acho que Marinhas e Camus participam plenamente deste princípio. Este último diz, quando fala da estilização invisível: “Toda unidade que não é de estilo é uma mutilação”. Quer dizer, o estilo tem de unir fundo e forma. “Há um princípio comum a todos os criadores: a estilização, que acarreta, ao

mesmo tempo, o real e mais o espírito, que dá forma ao real”. Também em *Marinhas* a antítese entre o pragmático e os ideais aparecerá em muitas das suas peças. Na *Loucura e morte de Peregrino* a contraposição ensancha formas puras de sensibilidade extrema e contraposta.

Eu penso que, a final de contas, se trata de dous *goethianos*, com muitas semelhanças pessoais, que buscavam a verdade com paixão. Por isso, neles o retórico faz-se substantivo: para conciliar verdade e paixão. E, justamente por isso, ambos rejeitam eternamente a injustiça, sem deixar de proclamar a natureza do homem e a beleza do mundo.

Para min há um fio, case imperceptível, mas firme, que une as suas criações. O goethiano voo do destino agitado polo vento?

Referências

- Benedetti, Mário (1986), *Inventario (1950-85)*. Madrid. Visor.
- Camus, Albert (1937), *O avesso e o direito*. Lisboa, Livros do Brasil. Gallimard.
- Camus, Albert (1942), *O mito de Sísifo*. Lisboa, Livros do Brasil. Lisboa. Gallimard.
- Camus, Albert (1943), *O estrangeiro*. Lisboa, Livros do Brasil. Lisboa. Gallimard.
- Camus, Albert (1943-44), *Cartas a um amigo alemão*. Lisboa, Livros do Brasil, Gallimard.
- Camus, Albert (1950), *Os justos*. Lisboa, Livros do Brasil, Gallimard.
- Camus, Albert (1951), *O homem revoltado*. Lisboa, Livros do Brasil, Gallimard.
- Camus, Albert (1956), *A queda*. Lisboa, Livros do Brasil, Gallimard.
- Camus, Albert (1957), *O exílio e o reino*. Lisboa, Livros do Brasil, Gallimard.
- Croce, Benedetto (1938), *Breviario de Estética*, Madrid, Espasa, Austral.
- Goethe, Johann Wolfgang von (1993), “Del legado póstumo” in *Máximas y Reflexiones*, Barcelona. EDHASA.
- González Mariñas, Pablo (1998), “Sobre a angustia vital da criação artística” in *Homenaxe a D. Jenaro Marinhas del Valle*, Crunha. ASPG-ACAB.
- González Mariñas, Pablo (2006), “O teatro de Jenaro Marinhas del Valle” in *Obra dramática completa*, Culheredo, Espiral Maior.
- González Mariñas, Pablo (2009), “O meu tio” in *Actas do Congresso Jenaro Marinhas del Valle*, Ourense, AGAL.
- Lourenzo, Manuel-Pillado, Francisco (1982), “Xenaro Mariñas del Valle” in *Antoloxía do teatro galego*, Sada, do Castro.
- Proudhon, Pierre Joseph (2008), *El principio federativo*, Buenos Aires. Librería Editorial Libertaria, Libros de Anarres.
- Rabunhal, Henrique (2009), *O teatro en Jenaro Marinhas del Valle*, Crunha, Biblioteca-Arquivo Teatral Francisco Pillado Maior, UDC.

PABLO GONZÁLEZ MARIÑAS

Crunha, 1944. Licenciado em Direito, Doutor cum laude. Administrador Civil Superior do Estado. Diplomado em Estudos Americanos. Titular de Direito administrativo. Ministrou aulas nas Universidades Complutense, Autónoma de Madrid, Central de Barcelona, Santiago de Compostela (USC) e Crunha (UDC), e cursos, conferências ou *masters* nas do Porto, Míno e Lisboa, UBA e Austral (Argentina), Guanajuato (México), bem como no IFPA em Vézprén (Hungria), Fahhochschule de Ludwisburg (Baden Würtemberg), Interreg, Euregio, Conferência de Poderes Locais e Regionais do Conselho de Europa (Bruxelas, Estrasburgo), ENAP, EGAP, IEAL, FEGAMP, Instituto

tituto Tecnológico da Maia, Institut of Comparative Government, ALE (Cagliari), Diálogos para la Democracia, Club Siglo XXI, etc. Autor duma dúzia de livros e de um centenar de artigos em temática jurídico-administrativa. Ex-deputado do Parlamento de Galicia, ex-conselleiro da Junta da Galiza e porta-voz do Governo galego, *Insignia de Oro* da Faculdade de Direito da USC, Prémio Manuel Colmeiro, Prémio Castro Canosa, *Encomienda de la Orden Civil de Alfonso X el Sabio*.

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)

Um código da escrita unificado
para diversas normas cultas
na lusofonia

Rolf Kemmler

Resumo

Após um breve olhar para o significado do conceito de 'ortografia' e para a natureza do sistema da 'ortografia simplificada e unificada' como o regime gráfico oficial estabelecido para os fins da jovem República Portuguesa em 1911, o presente artigo visa oferecer uma panorâmica do *status quo* da entrada em vigor do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990) no espaço lusófono. Para além dos países signatários do Acordo que hoje pertencem à CPLP, o estudo inclui considerações sobre a situação em Macau e na Galiza.

Palavras-chave

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, ortografia, lusofonia, política linguística.

Abstract

After a brief look at the meaning of the concept of 'ortografia' (spelling) and the nature of the system of the 'simplified and unified orthography' as the official spelling norm that was established for the purposes of the young Portuguese Republic in 1911, this article aims to provide an overview of the *status quo* of the entry into force of the Portuguese Language Orthographic Agreement (*Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* 1990) in the Lusophone space. In addition to the signatory countries that now belong to the CPLP, the study includes consideration of the situation in Macao and in Galicia.

Key words

Portuguese Language Orthographic Agreement, spelling, Lusophony, language policy.

Introdução

Assinado em Lisboa em 16 de dezembro de 1990, foi após algumas vicissitudes que o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (AOLP 1990) passou a entrar em vigor no Brasil em 2009 e em Portugal em 2012, isto apesar de a 'nova' convenção ortográfica já ter sido ratificada em Portugal no dia 4 de junho 1991.

No entanto, tendo em vista a própria natureza do documento legal, devemos ter consciência do facto de a referida data da entrada em vigor ser vinculativa somente para os agentes do ensino público e a função pública na sua generalidade. Apesar disso, sabemos que boa parte dos meios de comunicação social já aderiu mesmo antes da medida pelo governo português (cf. Kemmler 2011a: 294-295) – e isso, sem a existência de qualquer vínculo legal obrigatório ao sistema ortográfico oficializado pelo estado português.

Ao longo da última década e meia tivemos várias ocasiões de demonstrar nas nossas abordagens críticas dedicadas ao passado remoto e à atualidade desta reforma ortográfica mais recente (entre as quais se destacam Kemmler 2001, 2009, 2011a, 2011b, 2014a, 2014b), que, pelo menos, do ponto de vista histórico, a solução da questão ortográfica desde sempre dependia de vicissitudes políticas. Deste modo, na realidade, os acordos ortográficos de 1931 e 1945 tanto eram 'condenados ao fracasso' como a tentativa para um acordo em 1986. Somente o 'pequeno acordo ortográfico' de 1971/1973 não sofreu qualquer contratempo, uma vez que as alterações aos respetivos sistemas ortográficos de 1943 (no Brasil) e 1945 (em Portugal) então não eram entendidas como incisivas.

Dado que em junho de 2015, no que respeita aos dois países que historicamente sempre estiveram mais envolvidos na questão ortográfica, o AOLP (1990) está em vigor *de facto* há mais de seis anos (no Brasil) e há quase três anos e meio (em Portugal), interessa o ponto da situação da entrada em vigor do AOLP (1990) no mundo lusófono. Vamos começar a nossa abordagem com umas breves observações sobre o conceito e o início da ortografia simplificada, para depois passar revista ao estado atual das coisas, a começar com Portugal e o Brasil.

Ortografia e variação

Como derivado do composto do adjetivo grego ὀρθός (reto, correto) e do verbo γράφειν (escrever), o termo greco-latino *orthographia* costuma ser usado na gramaticografia latina e latino-portuguesa desde a antiguidade clássica para designar uma das quatro partes da gramática, nomeadamente para aquela parte que se dedica à escrita (veja-se Kemmler 2014b: 125).

Desde os inícios da ortografia simplificada e unificada em 1911, que tem as

suas origens na 'encomenda' de uma reforma ortográfica a jovem República Portuguesa, que visava o estabelecimento de um verdadeiro sistema ortográfico normativo, ou seja, a elaboração de um novo 'código da escrita' (Kemmler 2014b), este servia para ser utilizado por todos os portugueses.

No entanto, não pode caber qualquer dúvida, de que sempre foi concebido para ter natureza obrigatória

- 1.º nas escolas (leia-se, em todo o sistema de ensino, quer para agentes de ensino, quer para alunos);
- 2.º nos documentos oficiais (leia-se na produção escrita da função pública portuguesa), como ainda;
- 3.º nas publicações oficiais (leia-se, no *Diário do Governo* – como então se chamava a publicação oficial do estado português – assim como noutras publicações com caráter oficial).

Nas preparações da primeira reforma ortográfica, mas também na reforma de 1920 e nos subsequentes acordos ortográficos luso-brasileiros em 1931, 1945 e 1971, as respetivas simplificações das regras ortográficas portuguesas não levaram em consideração a diversidade variacional da lusofonia. Semelhantemente, o critério da 'dupla grafia' de alguns itens que ficou consagrado como uma das maiores inovações que resultaram das negociações do AOLP (1990), não considera a variação na lusofonia na sua totalidade, pois diz sobretudo respeito à divergência entre as pronúncias cultas do português europeu e brasileiro.

No entanto, observa-se no espaço linguístico mundial lusófono onde se falam diversas variantes da língua galego-portuguesa, que existe uma enorme diversidade variacional (especialmente com reflexos na oralidade concecional) que não encontra (nem pode encontrar) qualquer reflexo no código escrito.

Nos PALOP, a título de exemplo, não somente existem vários crioulos de base portuguesa, mas também se pode observar que as variantes cultas do português, faladas nos países africanos apresentam propriedades morfofonéticas e sintáticas divergentes que se devem à influência das respetivas línguas nativas que servem como adstrato à língua que há séculos fora introduzida pelos colonizadores.

Não cabe, no entanto, dúvida de que estas características da língua falada não constituem obstáculo para o funcionamento efetivo da língua escrita, ou seja, para a viabilidade da comunicação escrita entre os falantes de diferentes variantes do galego-português.

O AOLP (1990) na lusofonia

A seguir, tentaremos esboçar o *status quo* da entrada em vigor do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* na lusofonia.

Portugal

Em Portugal, o AOLP (1990) deveria em princípio ter entrado em vigor no dia 13 de maio de 2009, quando os documentos de ratificação foram depositados junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Assim, o dia 13 de maio de 2015 automaticamente ficou estabelecido como data-limite para a aplicação definitiva deste regime ortográfico. Na realidade, somente passou a entrar em vigor no sistema português de ensino com o início do ano letivo de 2011/2012.

Para este efeito, a *Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular*, que pertence ao Ministério da Educação e Ciência, publicou o documento de 8 de setembro de 2011, sobre a aplicação do AOLP (1990) na avaliação externa dos alunos (MEC / DGIDC 2011):

Aplicação do Acordo Ortográfico na avaliação externa dos alunos

Tendo em conta a entrada em vigor do Acordo Ortográfico (AO) no sistema de ensino no ano letivo de 2011-2012, e uma vez que os manuais escolares serão adaptados de modo progressivo às novas regras de ortografia, o Ministério da Educação e Ciência esclarece que:

Os critérios de classificação das provas de aferição do 1.º Ciclo e das provas finais dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário considerarão como válidas exclusivamente as regras definidas pelo AO a partir dos anos letivos indicados na grelha abaixo (inclusive).

Aplicação do AO na avaliação externa dos alunos	
Ano letivo	Ano de escolaridade
2013-2014	6.º
2014-2015	4.º, 9.º, 11.º e 12.º

Até aos anos letivos indicados, serão consideradas como válidas ambas as grafias (i.e., a anterior ao AO e a definida pelo AO).

Consta do documento, que para os alunos que presentemente estão no 4.º, 9.º, 11.º e 12.º ano da escolaridade, a grafia do AOLP (1990) já tem vindo a ser inteiramente vinculativa nas provas de aferição. Para todos os escolares de outros anos de escolaridade a grafia do AOLP (1990) já é obrigatória desde os anos letivos 2012-2014 ou 2013-2014.

No que respeita às universidades portuguesas, consta que todas já adotaram o novo regime ortográfico há algum tempo em observância com a Resolução do Conselho de Ministros, datada de 9 de dezembro de 2010 (*Resolução 8/2011*). A Universidade de Coimbra, as Universidades do Porto, do Minho e a UTAD passaram a aplicar as normas do AOLP (1990) desde

setembro de 2011. No que respeita às universidades públicas de Algarve, Aveiro, Beira Interior, Évora, Nova de Lisboa, como ainda às universidades insulares da Madeira e dos Açores, não se regista qualquer tomada de posição explícita sobre a implementação (ou não) do AOLP (1990), pelo que se julga que estas universidades devem respeitar a legislação em vigor.

No que diz, porém, respeito à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o antigo diretor da Faculdade e ora Vice-Reitor da Universidade entendeu em fevereiro de 2012 não querer pronunciar-se sobre o acordo, pelo que as duas normas são aceites naquela faculdade (cf. Carvalho / Coutinho 2012) – isto quando a reitoria da mesma universidade manifestamente utiliza a grafia do AOLP (1990) em toda a documentação.

Não cabe dúvida que quer nas publicações oficiais e oficiosas da República Portuguesa quer no sistema de ensino português, a adoção do AOLP (1990) continua inevitável enquanto o governo e os ministérios responsáveis (com especial relevo para o Ministério da Educação e Ciência) continuem a insistir no cumprimento incondicional depois da entrada em vigor definitiva em 13 de maio de 2015.

Deixando de lado as manifestações de opinião maioritariamente mal fundamentadas e manifestamente mal-informadas de alguns intelectuais e de um número de intelectualoides portugueses, que foram assumindo uma atitude *contrista* e improdutiva que aposta na divulgação de falsidades no espaço público, não podemos deixar de constatar que o AOLP (1990) em Portugal há já bastante tempo tem vindo a ser uma realidade incontornável em todos os aspetos da vida pública e particular dos portugueses.

Brasil

No Brasil, o regime do AOLP (1990) está em vigor desde 1 de janeiro de 2009. Com esta medida, o dia 31 de dezembro de 2012 ficou estabelecido como o fim do respetivo período de transição. Apesar de o Ministério de Educação e Cultura e os serviços dependentes estarem já há muitos anos empenhados na adoção daquela norma que já constitui o sistema oficial desde há quase seis anos e meio, a poucos dias antes do fim do período de transição, a presidenta brasileira promulgou o seguinte decreto de 27 de dezembro de 2012:

A implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1^a de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2015, durante o qual coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida (Decreto 7875/2012: 9).

Com esta medida mais recente, o período de transição no Brasil passa a ser alargado para o dia 31 de dezembro de 2015. Se bem que isto não sig-

nifique necessariamente um recuo em matéria ortográfica, não deixa de ser estranho que o decreto refere como 'norma ortográfica atualmente em vigor' aquela de 1943/1971, uma vez que esta se encontra em coexistência com a norma do AOLP (1990). Dado que este último regime ortográfico já tem aplicação no sistema brasileiro de ensino desde 2009, esta distinção não parece fazer muito sentido, a não ser que se trate de uma adaptação, no Brasil, ao calendário português da entrada definitiva em vigor naquele mesmo ano de 2015.

Com efeito, foi em Lisboa no dia 10 de junho de 2013, que a Presidenta brasileira Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro português Pedro Passos Coelho assinaram uma «Declaração conjunta por ocasião da décima primeira Cimeira Brasil-Portugal», dentro da qual é de destacar o seguinte trecho que se refere ao AOLP (1990):

Tendo em conta que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará definitivamente em vigor em Portugal e no Brasil em maio e em dezembro de 2015, respectivamente, ambos os governantes reiteraram a importância da plena aplicação do AOLP em todos os países-membros da CPLP como forma de contribuir para o reforço da internacionalização da língua portuguesa (Declaração conjunta 2013).

Este trecho permite a conclusão de que a adaptação do calendário da entrada definitiva seria intencional. Terminados os períodos de transição em 13 de maio de 2015 (em Portugal) e 31 de dezembro de 2015 (no Brasil), o AOLP (1990) estará definitivamente em vigor nestes dois países a partir de 14 de maio de 2015 e 1 de janeiro de 2016, respetivamente.

Apesar de haver particulares e organizações que se manifestaram na praça pública contra a sua implementação, também no Brasil o AOLP (1990) não é menos uma realidade dificilmente contornável, ainda mais porque os elementos mais importantes da comunicação social brasileira já há muitos anos passaram a servir-se da grafia por ele veiculada.

Angola

No que respeita à situação em Angola, parece que continua a avaliação por 'especialistas angolanos' no sentido de avaliarem quais seriam os efeitos de uma aplicação do AOLP (1990) em Angola. Passados algo mais de vinte e três anos depois de o representante angolano ter assinado o AOLP (1990) junto com os outros representantes dos países lusófonos representados, o governo angolano resolveu, em julho de 2013, continuar a reflexão anunciada no ano anterior, reivindicando, desde já, que um AOLP (1990) deveria tomar em consideração as idiossincrasias e especificidades de cada povo.

Apesar desta aparência de dúvidas sobre a implementação do acordo

comum da lusofonia, o governo angolano decidiu fundar a elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum (VOC), conforme foi noticiado pela agência LUSA (2013).

Cabo Verde

Como o segundo país a ter depositado os documentos de ratificação, Cabo Verde passou a adotar o AOLP (1990) «[...] a título experimental entre Julho e Agosto» de 2009 (*A Semana* 2009), prevendo, ainda segundo a mesma fonte, «[...] um período de transição de entre seis a dez anos».

Até agora, pouco parece ter acontecido no sentido de uma adoção do AOLP (1990) num plano nacional. No entanto, em declarações recentes à LUSA, a presidente da Comissão Nacional das Línguas Cláudia Silva lembrou que a fase experimental terminaria em outubro de 2015 (LUSA 2015a), o que levou o ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde, António Correia e Silva, a enfatizar que a adoção não estaria em causa, devendo as necessárias medidas ser tomadas em tempo oportuno (LUSA 2015b).

Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, o AOLP (1990) e os documentos anexos foram todos ratificados em 23 de novembro de 2009:

Os deputados da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau ratificaram esta segunda-feira o acordo ortográfico de língua portuguesa por unanimidade:

«Os deputados aprovaram o acordo por unanimidade», disse à agência Lusa o deputado Augusto Olivais, do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Augusto Olivais considerou que a aprovação do acordo é «boa para o mundo falante de português».

«Da mesma forma que vamos falar, da mesma forma que vamos escrever», acrescentou.

O Governo aprovou no passado dia 14 o novo acordo ortográfico de língua portuguesa numa sessão extraordinária do Conselho de Ministros, presidida pelo Presidente do país, Malam Bacai Sanhá (tvi24 2009).

Perante as vicissitudes políticas no país em vias de recuperar do golpe de estado de 12 de abril de 2012 não parece que a questão ortográfica seja o problema mais importante do atual governo que acaba de ser constituído em junho de 2014.

Moçambique

Em Moçambique, o Conselho de Ministros chegou, na sua sessão de 7 de

junho de 2012, a aprovar o documento que propõe a ratificação do AOLP (1990). Este documento, por sua vez, necessita ser remetido à Assembleia da República moçambicana para a devida aprovação para ter qualquer efeito jurídico. Para já, não consta que o parlamento moçambicano tenha procedido à ratificação, mas tem havido indícios de que este ato legislativo talvez possa ter lugar em breve...

São Tomé e Príncipe

Como terceiro país a depositar os seus instrumentos de ratificação junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa em 6 de dezembro de 2006, parece evidente que o governo de São Tomé e Príncipe continua com a atitude algo cuidadosa que o investigador brasileiro José Pereira da Silva (2010: 141) já lhe tinha atestado.¹ Ainda em inícios de 2013, a incerteza em matéria ortográfica é tão grande no arquipélago que a questão surgiu na primeira sessão plenária da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe do novo ano:

O Sr. Albertino Bragança (PCD): — Sr. Presidente, vou ser muito breve. Há uma questão que eu queria aconselhar ao Governo e a nós todos. Há uma questão que é o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa. Estamos numa situação no País, em que cada um escreve como quer, uns estão a usar a antiga ortografia e outros escrevem de acordo com o novo Acordo e temos que tomar uma posição. Venho acompanhando o Acordo desde de [sic!] 1986 como delegado. Nós ratificámos o Acordo, mas não o metemos em vigor, porque isso implica custos, sobretudo em materiais escolares, livros escolares, etc. Os outros países estão muito preocupados com isso e temos que tomar uma posição. É um alerta para que o Governo adopte o Acordo como algo em que devemos meditar (DAN 2013: 72).

Pouco surpreende que esta pergunta do deputado não tenha motivado nada senão a resposta imediata do Presidente do Parlamento: «Obrigado o Sr. Deputado Bragança, questões muito importantes foram referenciadas»...

Timor-Leste

Depois do fim da ocupação indonésia e da sua independência desde 2002, Timor-Leste tencionou desde logo entrar na CPLP, sendo inicialmente considerado 'país integrante'. Tendo aderido como membro com plenos direitos

¹ Silva (2010: 141): «Apesar de, na prática, as novas normas poderem ter entrado em vigor nos três países que já tinham ratificado o Acordo e os protocolos modificativos, considerou-se inviável avançar sem que Portugal também desse por concluído todo o processo. Assim, São Tomé e Príncipe tem aguardado a conclusão dos trâmites legais nos outros países lusófonos e a concertação de ações para pôr em prática o Acordo Ortográfico».

em 2009, também veio a juntar-se ao número dos países que ratificaram o AOLP (1990), o que aconteceu através da resolução do parlamento timorense de 6 de maio de 2009.

Assim, segundo consta Timor-Leste teria sido o quinto Estado-Membro da CPLP a ratificar o AOLP (1990). Ora, a julgar à primeira vista ao *site* do próprio Ministério da Educação (<http://www.me.gov.tl>), a grafia de palavras como *Inspector Geral*, *Directores Gerais*, *Direcções* leva a crer que o regime ortográfico ainda não encontra a devida aplicação junto dos órgãos governamentais timorenses.

Guiné Equatorial

Em 2014, a Guiné Equatorial foi admitida como nono país-membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), isto apesar de o francês e o espanhol serem as línguas oficiais tradicionais daquele país. Foi, no entanto, o facto de o português ter ficado decretado como língua oficial adicional em 2010 que ficou removido o obstáculo para a Guiné Equatorial integrar a CPLP. Ao passo que o número de falantes do português esteja a aumentar, não parece que a ortografia portuguesa faça parte das questões que interessa o país africano na comunidade lusófona.

Macau

Depois da transferência do poder político para a República Popular da China em 20 de setembro de 1999, a nova Região Administrativa Especial de Macau (ou RAEM) encontrava-se, pelo menos formalmente, desvinculada de Portugal.

No entanto, é de notar que os laços entre Macau e a lusofonia parecem ficar cada vez mais estreitos. Por um lado, o português partilha com o chinês o estatuto de serem línguas oficiais da RAEM. Por outro lado, observa-se um aumento significativo de estudantes de português como língua estrangeira naquele território (como também na China em geral).

Presentemente, a RAEM não faz parte da CPLP e não está vinculada ao AOLP (1990) e não se sabe se algum dia vai aderir ao sistema gráfico atual da lusofonia, sendo de observar um certo conservadorismo em matéria ortográfica em todos os meios de publicação.

Galiza

No que diz respeito à Galiza, o facto de o galego constituir uma das principais variantes da língua galego-portuguesa justifica que também é de considerar neste âmbito a situação na Galiza. Para além da existência de publicações periódicas que adotaram o AOLP (1990), os trabalhos da Academia Galega

da Língua Portuguesa levaram à inclusão do léxico galego no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* de 2009, organizado do ponto de vista científico por João Malaca Casteleiro.

Constituindo um evento de grande importância para toda a lusofonia, no dia 11 de março de 2014, o parlamento galego aprovou, por unanimidade, a chamada «Lei Valentim Paz-Andrade» que visa o aproveitamento da língua portuguesa no sistema do ensino e o reforço dos laços com a lusofonia.

Parece lícita a pergunta o que a «Lei Valentim Paz-Andrade» tem a ver com o AOLP (1990) dos países membros da CPLP.

A resposta é óbvia: a nosso ver tem tudo a ver, uma vez que em contacto com o sistema do AOLP (1990), o povo galego não pode deixar de observar que a ortografia, elaborada para as variantes irmãs do galego, também é adequada para a escrita do galego.

Acresce que, do ponto de vista da língua comum, a «Lei Valentim Paz-Andrade» abre à Galiza as portas para um mundo muito mais vasto, o mundo lusófono que está a ficar cada vez mais amplo e que está a ficar cada vez mais atrativo até mesmo para países sem população autóctone lusófona.

Conclusão

Elaborado para servir os fins públicos dos respetivos estados, o sistema ortográfico estabelecido através das bases do AOLP (1990) entrou em vigor no Brasil em 2009 e em Portugal em 2012. Passados alguns anos de experiência e de períodos de transição (que em Portugal já terminou em 13 de maio de 2015), o sistema gráfico do AOLP (1990) encontra-se hoje amplamente implementado e até conta com uma tão maciça como inesperada adesão pela comunicação social nestes dois países.

Mas o AOLP (1990) não fornece somente uma norma gráfica que pode ser utilizada para fins comunicativos dentro dos respetivos países envolvidos. Muito mais do que isso, apesar da relutância de alguns países membros da CPLP, que parece quererem ver se Portugal e o Brasil realmente vão adotar definitivamente o regime do AOLP (1990), este sistema de escrita unificado serve a nível mundial como elo de ligação dentro da lusofonia, uma vez que consegue unir povos de vários continentes, com culturas, sotaques e dialetos diferentes, que, todos eles, podem servir-se do mesmo 'código da escrita', independentemente de qualquer distância que este código possa apresentar em relação com os vários registos da oralidade concecional.

Para além disso, o AOLP (1990) presta valiosos serviços para o crescente número de pessoas que querem adquirir o português como língua estrangeira, já que a simplificação conseguida graças ao acordo veio a eliminar um número significativo de problemas com os quais os alunos de português como língua estrangeira (PLE – variante europeia) tinham que lidar.

Por tudo isso, somos mesmo da opinião que os alvos declarados de uma cada vez maior *unificação* e *simplificação* do sistema ortográfico da língua galego-portuguesa podem ser atingidos mesmo na ausência (nalguma fase deste processo) quer de Angola quer de Moçambique, quer mesmo de qualquer outro país-membro da CPLP.

Julgamos que dificilmente pode ser contestado que as grandes batalhas históricas em matéria ortográfica (pelo menos desde 1911 até 1990) costumavam ser travadas (sobretudo) entre académicos portugueses e brasileiros. Deve-se, por isso, considerar que um entendimento destes antigos 'rivais ortográficos' é tão importante como é histórico – desde que o sistema seja viável e diga respeito às necessidades das partes envolvidas.

É precisamente por isso que depositamos as nossas esperanças no AOLP (1990), uma vez que este documento conseguiu terminar a secular contenda ortográfica luso-brasileira ao fornecer, simultaneamente, uma grafia única (excetuando os casos em que realidades fonéticas diferentes implicam duplas grafias, claro) para toda a lusofonia, assim como também a simplificação desejada pelas partes contratantes.

Perante esta panorâmica, a implementação da Lei Valentim Paz-Andrade, uma inclusão da Galiza na CPLP e uma aplicação do AOLP (1990) para uma reprodução gráfica da variante galega do galego-português faz para nós todo o sentido, pois logrará reforçar a unidade linguística da língua galego-portuguesa na sua diversidade, permitindo aos falantes da variante galega a comunicação, através de uma mesma ortografia, com mais de duas centenas de milhões de falantes do galego-português a nível mundial.

Referências

- Carvalho, Cláudia / Coutinho, Isabel (2012), « Faculdade de Letras de Lisboa sem posição sobre o acordo », em *Público* (8 de fevereiro de 2012), pág. 5.
- DAN (2013) = «Sessão Plenária de 3 de Janeiro de 2013», em: *Diário da Assembleia Nacional: I Série 7* (Segunda-feira, 7 de janeiro de 2013), págs. 69-111.
- Decreto 7875/2012 = «Decreto n.º 7.875, de 27 de dezembro de 2012: Altera o Decreto n.º 6.583, de 29 de setembro de 2008, que promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», em: *Diário Oficial da União: Seção 1 250* (28 de dezembro de 2012), pág. 9.
- Declaração conjunta (2013) = «Declaração conjunta por ocasião da XI Cimeira Brasil-Portugal: Lisboa, 10 de junho de 2013», em: <http://www.portugal.gov.pt/media/1111793/20130610%20declaracao%20xi%20cimeira%20oportugal%20brasil.pdf> (último acesso: 12 de junho de 2015).
- Kemmler, Rolf (2001): “Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911”, em: *Lusorama* 47-48 (Oktober) ISSN 0931-9484, págs. 128-319.
- Kemmler, Rolf (2009): “Para a história da ortografia simplificada”, em: Silva, Maurício (Org.) (2009): *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*, São Paulo: Editora Contexto, págs. 53-94.
- Kemmler, Rolf (2011a): “Uma querela lusófona com final feliz: a entrada em vigor do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990”, em: Associação Internacional dos Colóquios da

- Lusofonia (2011): *15.º Colóquio da Lusofonia, Macau: quatro séculos de Lusofonia - Passado, Presente e Futuro (11-15 abril 2011)*, CD-ROM (ISBN 978-989-95891-7-9), ficheiro CD AtasEncontros 2011 Macau/ATAS2011.pdf, págs. 287-298.
- Kemmler, Rolf (2011b): "O destino de um projeto linguístico da República Portuguesa no mundo lusófono: a questão da ortografia simplificada desde 1910 até 2010", em: *Cadernos Eboresenses: Revista Internacional de Tradução, Linguística e Literatura 2* (2010) ISSN 1646-7132, págs. 9-45.
- Kemmler, Rolf (2011c): «Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) – eine 'endlose Que-rele' mit Happy End!», em: *Lusorama* 83-84 (November 2010), ISSN 0931-9484, págs. 6-30.
- Kemmler, Rolf (2014a): «Afinal, quem são os donos da ortografia da língua portuguesa», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2014b): *Atas / Anais do XXII Colóquio da Lusofonia: Seia setembro 25-29, 2014*, CD-ROM (ISBN 978-989-8607-04-1), ficheiro 'atas anais 2014 seia.pdf', págs. 190-202.
- Kemmler, Rolf (2014b): «Código da escrita: o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) na sociedade portuguesa atual», em: *Cadernos MateusDOC 6* (Código / Code) ISSN 2182-1569, págs. 123-134.
- LUSA (2013): «Angola financia trabalhos do Vocabulário Comum da Língua Portuguesa», em: *Notícias Sapo.pt* (21 de julho de 2013), em: http://noticias.sapo.pt/nacional/artigo/angola-financia-trabalhos-do-vocabulario-comum-da-lingua-portuguesa_16431983.html (última consulta: 12 de junho de 2015).
- LUSA (2015a): «Período experimental do Acordo Ortográfico em Cabo Verde só termina em outubro», em: *Notícias Sapo.pt* (10 de maio de 2015), em: www.sapo.pt/noticias/periodo-experimental-do-acordo-ortografico-em_554f2677f8b2ba18450a9fce (última consulta: 12 de junho de 2015).
- LUSA (2015b): «Acordo Ortográfico em Cabo Verde não está em causa - ministro», em: *Notícias Sapo.pt* (13 de maio de 2015), em: http://www.sapo.pt/noticias/acordo-ortografico-em-cabo-verde-nao-esta-em_55539654c87c4b1f45aae1d9 (última consulta: 12 de junho de 2015).
- MEC/DGIDC (2011) = Ministério da Educação e Ciência / Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (s.d.), "Aplicação do Acordo Ortográfico na avaliação externa dos alunos", em <http://www.dgicd.min-edu.pt/index.php?s=noticias¬icia=137> (última consulta: 14 de dezembro de 2013).
- Resolução 8/2011 = «Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011», em: *Diário da República: 1.ª Série* 17 (25 de janeiro de 2011), págs. 488-489.
- A Semana* (2009) = «Cabo Verde adota Acordo Ortográfico no 2º Semestre de 2009», em: *A Semana* (23 de janeiro de 2009), em: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article38558> (última consulta: 12 de junho de 2015).
- Silva, José Pereira da (2010): «Uma avaliação do primeiro ano de implantação do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», em: *Solettras* 10/19 (janeiro/junho de 2010) ISSN 1519-7778, págs. 136-148, em: <http://www.filologia.org.br/solettras/19/12.pdf> (última consulta: 12 de junho de 2015).
- tvi24 (2009) = «Guiné-Bissau aprova acordo ortográfico: Deputados foram unânimes. Dos oito países de língua portuguesa, o acordo só ainda não foi ratificado por Angola e Moçambique», em: *tvi24: Internacional*, em: <http://www.tvi24.iol.pt/internacional/tvi24/guine-bissau-aprova-acordo-ortografico> (última consulta: 12 de junho de 2015).

ROLF KEMMLER

Natural de Reutlingen (Alemanha), é formador da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), sendo membro permanente do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP, Porto) e investigador integrado do Centro de Estudos em Letras (CEL).

Agregado em Ciências da Linguagem pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em 9 de abril de 2014 é Doutorado em Filologia Românica (Dr. phil.) pela Universidade de Bremen em 2005 (Alemanha), com a tese intitulada «A *Academia Orthográfica Portuguesa* na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e atividades de

João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)», publicada em 2007. Mestre (M.A.) em Filologia Românica desde 1997 com uma tese intitulada «Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa» (publicada em 2001 como artigo na revista Lusorama sob o título «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911»).

Com vasto número de publicações pertencentes sobretudo à historiografia linguística desde 1996, é especialista nas áreas da história da ortografia da língua portuguesa desde o século XVI e da história da gramaticografia portuguesa e latino-portuguesa dos séculos XVI-XIX, tendo-se dedicado mais recentemente ao estudo de alguns aspetos da literatura de viagens anglófona novecentista sobre os Açores e à análise do papel da Galiza dentro da Lusofonia, sendo sócio do Instituto Cultural de Ponta Delgada (Ponta Delgada, São Miguel, Açores), Instituto Açoriano de Cultura (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores) e da Associação Cultural Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa (Galiza).

Ainda Penélope no poeta Díaz Castro

Joaquim Campo Freire

Resumo

Como pôde ver-se no volume 7 do BAGLP, o autor, sendo conterrâneo e quase coetâneo do poeta X. M.^a Díaz Castro, a quem a RAG dedicou o Dia das Letras Galegas de 2014, forneceu-nos e fornece-nos informações preciosas e precisas da pessoa e obra do citado Díaz Castro. Joaquim Campo Freire comenta livremente, na primeira parte, o texto mais citado do poemário diazcastrano “Penélope”, enquanto na segunda, reflete genericamente sobre os rios da comarca e, em geral, sobre as águas abundantes na zona de Guitiriz; contudo, não repara tanto na realidade física, mas nas considerações expostas nos poemas de *Nimbos* (1961), único poemário publicado em vida do X. M.^a Díaz Castro. Os versos e poemas são citados segundo a versão portuguesa de António G. Hernández, ainda inédita.

Palavras-chave

Penélope, Galiza, boi, rio, água.

Abstract

As it can be seen already in his article of issue 7 of BAGLP, the author (hailing from the same region in Galicia as, and being an almost contemporary of Xosé María Díaz Castro, the poet honoured by the Royal Galician Academy in the 2014 Galician Literature Day) provided and provides us with valuable and precise information regarding Díaz Castro’s life and work. Joaquim Campo Freire freely comments, in the first part, on the most quoted of Díaz Castro’s poems, “Penelope”, whilst in the second he meditates upon the rivers of their common homeland and, more generally, upon the water springs that abound in the area of Guitiriz. However, the author does not focus as much on physical reality as on the considerations developed in *Nimbos* (1961), the only poetry collection published by X. M. Díaz Castro. Lines and poems are quoted following the, as yet unpublished, Portuguese version of the book prepared by António Gil Hernández.

Key words

Penelope, Galicia, ox, river, water.

Ponto de partida

Sexta, 21 de fevereiro de 2014

Cem anos. 19 de fevereiro de 1914. Nasce o poeta.

*Foi o começo do tempo um berro de sede desde a luz.
O fim supremo do tempo é um estalido de glória na luz.¹*

O Tempo, assim em maiúsculo, é a categoria. A categoria existencial. Na mente e coração do poeta que ele escreve, neste caso, sempre em maiúsculo.

O Tempo, era, como para Penélope, como para Rosália (*Teci só a minha teia*), algo essencial para ele e para a Galiza.

*O rio está deitado como um boi remoendo
e o Tempo não sei que anda rente del remexendo².*

Ganhar tempo ao Tempo para não perder o objetivo. Resistir para esperar. Tecer pelo dia e destecer durante a noite. E os tempos serão chegados, como diz o nosso hino, nos que *as nossas vaguidades cumprido fim terão*.

Com este alento, eu lhe darei ás cousas o drama cheio que lhes nega a vida: *dar-lhes-ei rostos, para que se conheçam, palavras lhes darei para que se entendam,...*

O Tempo, categoria, vai medido e tecido pelo tempo anedótico das festas:

A Páscoa nos Vilares. O *San Alberte* e a *Pastoriça*. São João em Guitiriz. São Roque em Parga. O *Quinze de Agosto* em Básucas. O *Carmo* no Buriz. O *Rosário* em Baamonde. E as feiras de Parga.

Isso eram os medidores e marcadores do tempo no Tempo para aquela sociedade que era igual de pobre e sofredora para todos naquela pós-guerra miserenta.

E estariam também o Nadal e o Entrudo.

E as tascas e as fias do linho. E as esfolhas e os magustos.

*Um passo adiante e outro atrás, Galiza!*³ Para medirem os tempos, para

¹ São os vv. 1 e 6 do poema “Alfa e Ômega” de *Nimbos* (1961, Vigo, Galáxia): vale salientar a relação entre o nascimento do poeta e a eclosão da luz. [AGH]

² Os versos fazem parte do poema “Vésperas” (vv. 5-6). [AGH]

³ O verso inicia o poema “Penélope”, de que se transcrevem os versos iniciais e os finais [AGH]:

*Um passo adiante e outro atrás, Galiza,
e a teia dos teus sonos não se move.
A esp'rança nos teus olhos se espreguiça.
Aram os bois e chove.*

*

Desorvalhando os prados como sono,
o Tempo vai de Parga a Pastoriça.
Vai-se enterrando, sulco a sulco, o Outono.
Um passo adiante e outro atrás, Galiza!

encherem os tempos, para criarem vida nos tempos e com os tempos e assim celebrar a resistência e para não perder o sentido do nós.

Porque justamente na desgraça é que mais falta fazem as festas do coletivo e para o coletivo. Que quando o Tempo chegue nos pilhe em condições de sair adiante dos tempos já cumpridos.

O Tempo também vai medido pelos orvalhos. E a terra também.

*Ei, Terra Verde e Mar de Orvalho,
polpa dorida se as há!⁴*

Aguardar que o tempo desorvalhe pelo verão para fazerem a seitura, ou, já segadas, as searas e os prados para os labores da terra e para fazerem nas leiras as diversas lavradias. Ou o monte, para cavar, queimar e sementar. E também para as merendas das festas.

Aram os bois, pela outonia.

*Terra sulcada, poema
de cem versos na outonia!
Orvalha na cal, no escuro
caminho de tantas vidas ...⁵
Vai-se enterrando sulco a sulco o Outono.⁶
Os bois volveram a pascer
e trás o arado as pegas a brincar...⁷*

E chove. Metidos já no inverno, reduzidos ao doméstico.

*Chora a terra desterrada,
terra arada, mai perdida.⁸*

⁴ São os versos com que começa o poema “Polpa dorida” [AGH]:

*Ei, Terra Verde e Mar de Orvalho,
polpa dorida se as há!
As tuas portas perdi todo
cheiro alheio de terra ou mar
e agora, ao cair no teu colo,
ouço pascer a quanto há!*

⁵ Intitula-se o poema “Terra sulcada”, que começa pela quadra transcrita [AGH] e acaba:

*Ferve o grão, pulo enterrado
da esp'rança, nena dormida.
Terra do céu arrincada!
Chora a terra desterrada,
terra arada, mãe perdida.*

⁶ O verso é o penúltimo do poema “Penélope” [AGH].

⁷ Dous últimos versos do poema “Cortina”, que começa [AGH]:

*Ante ele uma mulher, doce feita,
e um filho criado, única vitória.
Trás dele fragas zoando, paus, loucura,
e moças como rosas, longa história.*

⁸ Dous últimos versos do poema “Terra sulcada” [AGH].

E começa e volve a primavera. E sai, Galiza, a teia dos teus olhos se espreguiça. passando e consumindo-se na espera: Jesús María!

Numa espera duma esperança de que mudarão os tempos e que tem um dobre objetivo:

1.º Que não nos destruam levando-nos a onde nós não queremos nem devemos ir, nem como pessoas nem como colectivo. E, assim,

2.º resistirmos ata que o Tempo alumie tempos melhores.

*Terra do tempo, minha escada escura,
rocha de sombra onde o mencez aninha.*⁹

Por isso, para nós, mundo pequeno, da bisbarra pequena, como Penélope, resistimos percorrendo o tempo, *perdendo o tempo* aparentemente, no tecer e destecer das festas e romarias.

Dos orvalhos e desorvalhos. Chora o ameneiro em sonhos (Que bem se ouvem os moinhos!) e chora pelo tempo perdido nos caminhos.

Como o Tempo *que vai de Parga e à Pastoriça do Santo Alberte.*

O mesmo que toda Galiza. O mesmo que Rosália.

E o 3 de outubro de 1990 o poeta bota a andar na procura do Tempo definitivo. O seu viver o tempo sempre foi nu desacougo existencial face ao Além, pessoal e coletivo, como Penélope, como Rosália, como a Galiza.

*Desfaz-se o tempo, faz-se a luz, e quase,
quase baixar te vejo pela escada
de luz para acabar juntos esta historia
que, por um erro interrompe a morte.*¹⁰
*Adeus ao amigo que não teve tempo
de me enganar, pra sempre já querido.*¹¹
*Quero morrer de música numa tarde de pinhos.*¹²
*Trarão os caminhos algum dia a gente que levaram.*¹³

Que o sol siga o seu rego até ao mesmo cadulho, a derradeira relha do tempo em carne viva, que os pássaros não calem no oco quente da tarde, que não parem os bois de remoer. Porque,

*desorvalhando os prados como sono,
o Tempo vai de Parga à Pastoriça.*¹⁴

*

*Uma viagem senlheira*¹⁵ *pelos rios de Díaz Castro.*

⁹ São os dous primeiros versos da segunda estrofe do poema “Terra do tempo” [AGH].

¹⁰ É a quadra com que finaliza o poema “Como uma escada” [AGH].

¹¹ Os versos pertencem ao poema “Monumento à ausência” [AGH].

¹² É o primeiro verso do poema “No resplendor do dia” [AGH].

¹³ Versos citados do poema “Penélope” [AGH].

¹⁴ Versos citados do poema “Penélope” [AGH].

Terça, 04 de março de 2014

Andam a falar de fazerem rotas pelos andares de Xosé María Díaz Castro. Seguindo lugares e fontes, caminhos e carreiros, ínsuas, caneiros, souts, fragas e mesmo penedos ou pontes. E de segurinho que ficaremos prendidos e namorados das paisagens. E mirando pelos seus olhos, também a nós, a *beleza nos ferirá para sempre*.¹⁶

Díaz Castro não tem ao seu carão um rio grande, caudal. São rios mais bem curtos e estreitos. Por isso é muito doado observá-los de perto, meter-se neles e jogar nas suas águas os mil jogares dum neno, onde todos fixemos presas, moinhos e rodízios em cadeia, pilhávamos trutas a mão ou púnhamos a correr aos cabeçolos. Para ele um rio já grande foi o da Ponte-Gafim e sobre tudo o que olhava quando ia à feira: o que vai *de Parga à Pastoriça*, que, medrado pelas águas do Rio Roca, contemplava na romagem desde a Ponte do Sant'Alberte, arredor da Capela e dos moinhos de Sagérico. E o rio grande grande, por suposto, o pai Minho, nas suas poucas viagens á capital de Lugo.

Mas a olhada do poeta é mais transcendente e na procura dela ando eu também a viajar em meditação pessoal, lenta e pausada. Quero dialogar com ele e ao meu ritmo. Por isso quero ir em solitário fazendo uma viagem ao meu ar, ao meu jeito. Da mão do poeta quero chegar-me paseninamente aos seus pequenos rios para fazê-los meus porque, como faz ele com tudo, desde a pequenez, esculca e escruta a fundura existencial.

Não volveirei á casa sem deixar que a sua voz ressoe no fundo da minha alma. Uma viagem á vida agachada nos diversos rios deste nosso bardo. E velaqui a minha viagem.

¹⁵ Emprega-se *senlleira* com o significado de 'só', 'em solitário', 'sem companhia'.

¹⁶ Citação livre do último verso de cada estrofe no poema "Como uma espada" [AGH]:

Todos os rios passam pela minha
alma, cheios de Deus, música e lapas.
Todas as pombas fazem meu amor.
A beleza feriu-me para sempre.
Através da escura teia da aranha
deste mundo uma estrela cai no rio
da minha vida e fica-me chamando.
A beleza feriu-me para sempre.
Em cada voz eu ouço uma chamada
c'um longo eco de adeus que não entendo,
mas que me fere como espada ardendo.
A beleza feriu-me para sempre.
E as falopas dos anos vão caindo
sobre a sede imortal e os olhos tristes,
mas não enterram a boca da ferida!
A beleza feriu-me para sempre.

*À beira do largo rio
da minha vida nova,
matei aquel' recordo
que ao coração se me enroscava vivo,
na noite horrível: Tive que afogá-lo
em báguas. Mas os seus berros
chegaram até ao mesmo mencer,
chapuzaduras do seu sangue
velho no novo céu!¹⁷*

Trata-se aqui do recordo recorrente, da sua fractura interior por unha guerra sem sentido que, como o lado escuro da alma, a *sombra* de Carl Gustav Jung¹⁸, ficou ensarilhada na sua alma e não conseguia ser liberada, por muito que tentasse afogá-la em báguas? Os desses tempos também estamos nesse rio.

E *nesse recordo* ficam lembranças agarimosas de neno: A festa e o rio nas vésperas:

*Pelas festas [dias] do Carmo a festa chega ao rio.
Uma música ardente vem no ar como um rio
de recordos. Foguetes longínquos caem no rio.
Este é o Porto-Moinho, todo em lapas, o rio.*

Ha como uma festa cósmica no recordo.

*Nas pontinhas dos pés a festa chega ao rio,
e enesga-se, larmeira, á beirinha do rio.
Depois volve-se tola: brinca o rio berrando,*

¹⁷ Do poema “No novo céu”, que começa [AGH]:

Até ao mencer chegaram os seus berros,
— e até as estrelas se estremeceram —
chapuzaduras ainda do seu sangue
velho no novo céu.

¹⁸ Em <http://psi-imaginacao.blogspot.com.es/2009/07/sobre-o-arquetipo-da-sombra.html> acha-se uma sucinta explicação da sombra jungiana. [AGH] Renato Santiago explica nesse sítio:

Achei brilhante a explicação que nos dá Stein [...] quando diz que: *A Sombra é a imagem de nós próprios que desliza em nossa esteira quando caminhamos em direção a luz*. Isso afirma o pressuposto paradoxal de que só caminhamos em direção a uma luz a partir da perspectiva de seu oposto, a sombra. Logo, é necessária tal experiência, já que esta tem muitas vezes a função de colocar-nos em *nosso lugar*, e mostrar que não somos deuses, e que temos nosso aspecto negativo, caso contrário pode ocorrer uma inflação egoica ou até mesmo uma psicose.

Jung entendia a psique simbolicamente como uma esfera, onde nossas fronteiras conscientes são delimitadas, mas nosso mundo interior é como um labirinto que possui muitas armadilhas, mas também onde se encontram os maiores tesouros traçando um paralelo na mitologia com a trajetória do herói. Logo, se a pessoa é a casca, a máscara, a sombra é um complexo opositor que se encontra mais a fundo, mas ainda sim na periferia.

*e perde-se nos vímbios e as giesteiras bailando,
e acende-se nos vidros da aldeia cheia de anos,
e ergue a muito meiga as pálpebras de animais e cristãos.*

As festas do seu *rus* nativo alcançam ás contornas. Tudo se detém para juntos celebrarmos tudo em todos. Mas essa festa, foi. Já não é. Volveu-se pranto. Ficou em sonhos.

*Chora o ameneiro em sonhos. (Que bem se ouvem os moinhos!),
e chora pelo tempo perdido nos caminhos.
Ai como está de bágua de nenos feito o rio!
Este é o Porto-Moinho, todo em sombras, o rio...¹⁹*

Da guerra incivil de España, como ele, ou da de Europa, vinham muitos deles miserentos, tolheitos, eivados e mutilados, tolinhos da cabeça, e rompidos nas febras da alma, botados ao mundo, atorantes. Perdidos nos rios duma vida já sem sentido para sempre sem outro possível restauro que não fosse o esmorecer.

Este rio ainda ressoa em mim como aquele neno que fui, e que vivi isso como testemunha direta da pós-guerra.

Ele soube envolvê-lo nessa linguagem poética duma peregrinação a Compostela para superar a férrea censura duma ditadura imisericorde. O poeta sabia bem, como todos nós, das matanças da Ponte da Castelhana e de outras mais cercanas. Eu conheci a de Fontrexe, em Roca. Todas elas em rios. Assim:

*O berro das pedras,
... torres de igrejas como a sombra afiada de duas mãos juntas que rezam,
mentres os homens sonham ou juram e as mulheres rezam ou choram,
lousados de Fé, ínsuas de vida que morre cada hora,
testemunhas manchadas de sangue no atordeante júizo da Historia.
Esborrece pela noite um rio de cabaças e vieiras
da grande Europa, esborrece como bágua pelas meixelas ...
Daí casa coberta ao larchão, abrigo ao bom Tempo Perdido,
ao que deixou a meio fazer o eixo dum carro e um neno dormindo.²⁰*

Também ha um laio contra das desfeitas da natureza, onde prisioneiros penam e esmorecem em trabalhos forçados:

¹⁹ Joaquim cita o poema “Vésperas” quase completo, salvo a quadra segunda, que será citada imediatamente.

O rio está deitado como um boi remoendo,
e o Tempo não sei que anda rente dele mexendo.
As bágua do amieiro caem pela noite abaixo,
e fazem céus pequenos de estrelas alô embaixo.
e o último verso: *A Virgem passa a mão pelo lombo do rio...* [AGH]

²⁰ Versos da segunda parte (b) do poema “O berro das pedras”. [AGH]

*Brincam da canteira ossos de pedra virgem, e ouvem-se os alentos,
nenos e galos axotados arredam-se e deixam passar um rio de pedras,
toleiam os martelos em dias eternos e noites cegas.*²¹

O poeta teve o seu rio ideal. Aquele que devera ser na sua vida e já nunca foi. Na sua delicadeza vivencial não quer luxar nada. Não quer adulterar nem corromper nada. Precisamos duma pureza essencial. Hoje também. E eu quero remansar uns intres nesse mesmo rio. Sossegar, acalmar, acougar:

*E eu como um fundo rio de recendos,
de vozes e de luzes: como o ar,
que beija tudo e não se apousa em nada
mais que no sangue, na raiz do sangue ...
Como um rio quisera eu ser: Cantar
com estrelas no lombo face ao mar,
deixando uma chorima em cada pedra,
e uma bágua de Deus em cada erva.*²²

E abalou ele. E com ele abalou a sua fé tranquila, aquela que de neno e de estudante de crego recebera. Entrou em crise profunda e remoendo desde dentro, o poeta tem de aprender a transcender-se.

*O rio está deitado como um boi remoendo,
e o Tempo não sei que anda rente del remexendo.
Chora o ameneiro em sonhos (iQue bem se ouvem os moinhos!),
e chora pelo tempo perdido nos caminhos.*²³

Há todo um mundo a refazer dos mais fundos alicerces. Analisar e superar as contradições e abrir de novo as portas à vida e à esperança.

*Aí estão, como brasas contra a noite,
as velhas cousas cheias de destinos.
Com este alento, eu lhes darei às cousas
o drama cheio que lhe nega a vida:
dar-lhes-ei rostos, para que se conheçam,
palavras lhes darei para que se entendam.*²⁴

E como ele também abalamos nós por mais que as nossas palavras ficassem mudas ou afogadas:

*Através da escura teia da aranha
deste mundo uma estrela cai no rio*

²¹ *Ibídem* [AGH]

²² Duas quadras do poema “Como um rio”, respetivamente a última e a primeira. [AGH]

²³ Versos tomados do poema “Vésperas”, respetivamente da segunda quadra e quarta. [AGH]

²⁴ O dous versos primeiros pertencem à segunda quadra, enquanto os quatro seguintes conformam a quarta estrofe do poema “Como brasas”. [AGH]

da minha vida e fica-me chamando.

*

*En cada véu eu ouço uma chamada
c'um longo eco de adeus que não entendo,
mas que me fere como espada ardendo.*

*

*E as falopas dos anos vão caindo
sobre a sede imortal e os olhos tristes.
Mas não enterram a boca da ferida!²⁵*

Ai como está de báguas de nenos feito o rio! E, apesar de tudo, por um mistério que eu também não entendo,

*A beleza feriu-me para sempre.
Todos os rios passam pela minha
alma, cheios de Deus, música e lapas.²⁶*

E no *Carmo* e na *Pastoriça*:

A Virgem passa a mau pelo lombo do rio ...²⁷

Obrigado, poeta, pelos teus rios. Hoje também já são meus.

JOAQUIM CAMPO FREIRE

Joaquim Orlando Campo Freire (pseudónimo, *Xaquín de Roca*), Graduado Social pela USC e ATS-DUE por essa universidade e pela UNED, é licenciado em Estudos Eclesiásticos pela UP de Salamanca e em Teologia Pastoral Sanitária pela Universidad “Camillianum” de Roma (2003-05). Autor de *A viuvez na Pastoral da Saúde, Paulino, un médico solidario, ...Y tu otro hermano?* - *Está en la cárcel*, tese de Posgrado Universitario en Humanización, bem como de livros em colaboração; colabora em diversos média e participa em congressos. Colaborou na criação da AGAL, lá por maio de 1981.

²⁵ Transcrevem-se os três primeiros versos das quadras segunda, terceira e quarta do poema “Como uma espada”. Omite-se o quarto que funciona como *ritornello* ou estribilho: *A beleza feriu-me para sempre*. [AGH]

²⁶ São os dois primeiros versos do poema “Como uma espada”. [AGH]

²⁷ De novo o autor volta ao poema “Vésperas”, em particular, ao último verso. [AGH]

Saudade: habitação suspenso

Luís G. Soto

Resumo

O objetivo deste trabalho é reflexionar sobre a saudade por meio da exploração de uma das suas causas: o desterro. Tomaremos como base da nossa reflexão a análise de uma escultura que simboliza a saudade: “O Desterrado” de Soares dos Reis (Vila Nova de Gaia, 1847-1889). Examinando as suas possíveis significações, encontramos quatro destertos: o da juventude, o da beleza, o da natureza, o do pensamento. Em nossa opinião, a saudade é uma resposta a esses destertos. Explicamos isto por meio de dois conceitos filosóficos cunhados por Deleuze e Guattari: desterritorialização e reterritorialização.

Palavras-chave

Saudade, desterro, desterritorialização, reterritorialização, filosofia..

Abstract

The aim of this text is to reflect on Saudade by means of exploring one of its causes: the experience of exile. The basis of our reflection will be the analysis of a sculpture that symbolizes Saudade: “The Exile” by Soares dos Reis (Vila Nova de Gaia, 1847-1889). Examining its possible meanings, we find in it four different exiled realities: youth, beauty, nature, thought. In our opinion, Saudade is a response to this exile. We explain it by means of two philosophical concepts introduced by Deleuze and Guattari: deterritorialization and reterritorialization.

Key words

Saudade, exile, deterritorialization, reterritorialization, philosophy.

Desterritorialização

As duas formas mais comuns da saudade, aquelas que fazem parte da vida e a cultura correntes, são a saudade da terra e a saudade do amor. Uma e outra podemos vincula-las com a experiência da emigração. E com outras experiências aflitivas do afastamento, a separação, o encerro (Sérgio 1988: 98-99). A saudade viria a ser uma reação, uma resposta: uma contestação à segregação, ao desterro, à desterritorialização (Haesbaert & Bruce 2002: 7-22).

Desterritorialização: tenho em mente duas noções características, e popularizadas, da filosofia de Deleuze e Guattari, desterritorialização e reterritorialização (Deleuze & Guattari 1972). Esta última operação poderia ser assimilada à saudade. A seguir, vou tratar de explorar esse momento e espaço de passagem da desterritorialização (de uma desterritorialização negativa) à reterritorialização (a uma reterritorialização positiva)¹. E, em consequência, quereria apontar a força (a capacidade, a potência) da saudade para armar um habitáculo, pondo o sujeito, os sujeitos, num ponto intermédio, que denominarei, seguindo Félix Casal (2001: 233-248) e Manuel Castela (2010: 297-314)², o habitáculo suspenso.

Nestas páginas, então, vou incidir e aprofundar no desterro, como experiência aflitiva, mas também como germe e fermento de reterritorialização. A saudade aparecerá como chamada, empresa, trabalho, labor, de reterritorialização. O que se torna possível, pelo menos idealmente, ao partilhar um habitáculo, ele mesmo suspenso.

Um museu no Porto³

Foi talvez em começos da segunda metade da década de 90 do século passado, quando pela insistência de um amigo nosso, Alfredo Ribeiro dos Santos, e acompanhados por ele, visitamos o museu Soares dos Reis⁴. Naquela altura estava em obras, com algumas salas cerradas. Durante alguns anos, até 2001 em que foi concluída a reforma, visitamo-lo assim. Ora, no fundamental variou pouco: só em detalhes indiferentes numa primeira visita.

Nas obras expostas houve mudanças, mas as próprias da vida de um museu. Por exemplo, uma escultura que nos deu nas vistas desde a primeira ou

¹ Anoto entre parênteses, mas sublinho, essas valorizações: negativa e positiva. Porque a desterritorialização e a reterritorialização são ambivalentes. Ambas podem ser nocivas ou benéficas, segundo como afetem os sujeitos, individuais e coletivos. Há territorializações que devem ser removidas, como há outras intensamente procuradas. Inclusive, o que uns procuram e adoram, outros detestam e combatem. É uma realidade muito complexa. Cfr. Deleuze & Guattari 1980.

² Sob o título “Excursão: O espaço e o lugar de Galiza”, Castela prossegue as indagações de Félix Casal (2001: 233-248).

³ Retomamos o nosso trabalho Soto 2015: 57-59 e 61-66.

⁴ Visita virtual em: http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/museus_palacios/ContentDetail.aspx?id=1118

as primeiras das visitas, durante uns anos, desapareceu. Tínhamo-la num postal, varias vezes perguntamos por ela: estava no armazém (ou algo assim), em suma, não exposta. Em 2010 ou 2011, ou quiçá algo antes, reapareceu: “A infância de Caim”, do escultor Teixeira Lopes, datada em 1890.

O que mais há no museu é pintura, sobretudo do século XIX, desde o “romantismo” e algo do XX. Fomos levados ali para ver pintura, a chamada “Escola do Porto”, de corte naturalista, em especial, Henrique Pousão, que já não o é e está vizinho do impressionismo.

Pinturas, esculturas

Aí passamos às esculturas de Soares dos Reis (Vila Nova de Gaia, 1847-1889), que estão num corredor —por detrás dos cristais das janelas vemos o jardim do pátio— e em alguma pequena sala. Aí encontramos, pela primeira vez, as primeiras vezes, “A infância de Caim”, de Teixeira Lopes (Vila Nova de Gaia, 1866-Alijó, 1942): uma criança nua, sentada, apoiada no braço e a mão esquerda, o cotovelo direito nas pernas, a mão direita na cara, levemente inclinada, levemente ladeada, um olhar um pouco avesso, pensativo. Impressionou-nos mais, talvez, do que as esculturas de Soares dos Reis. Achamo-lo a faltar, notamos a sua ausência, quando desapareceu, em visitas posteriores.

Não nos detivemos muito com Soares dos Reis, algo sim na sala grande que contém peças verdadeiramente admiráveis. Mas, o nosso amigo estava mais interessado em nos mostrar os quadros do Pousão, que estão a seguir dos espaços consagrados ao escultor. Das obras deste, fixei-me numa “O Desterrado”, porque algo me soava. Perguntei ao amigo, excelente conhecedor da Renascença Portuguesa⁵, se aquela estatueta não tinha algo a ver com a saudade e disse-me que sim. Parecia-me lembrar que lera em algum sítio — muito provavelmente algures em Teixeira de Pascoaes— que “O Desterrado” era um símbolo ou uma personificação da saudade. Reparei na beleza da escultura, num dos extremos de uma sala retangular, tendo enfrente, no outro extremo, uma figura “oficial”, um militar, alguém fardado de militar. Nos lados, outras figuras oficiais: santos, esculturas —alguns bustos— de personagens históricas ou contemporâneas do escultor, estátuas alegóricas, como a riqueza.

“O Desterrado”: forma, ideia

De soslaio vejo “A infância de Caim”, entre pintura ainda do século XIX. Antes não estava aí. Para mim fora mais sugeridora do que “O Desterrado”.

⁵ Além de conhecedor, estudioso: entre outros trabalhos, autor do ensaio *A Renascença Portuguesa. Um Movimento Cultural Portuense* (Ribeiro dos Santos 1990).

Ou porventura não. Na escultura de Soares dos Reis via —erroneamente— a perfeição clássica, a forma. Na de Teixeira Lopes, “A infância de Caim”, via além da forma, a ideia. Estava equivocado, quiçá o que sucedera é que, pelo impacto —um impacto imperceptível—, não vira n’ “O Desterrado” a ideia. O impacto deixara-me só a forma, a forma vácuca. Visitando a sala, ficara impressionado pelo conjunto das esculturas... Delas, a mais clássica, era “O Desterrado”. O classicismo atenuava a sua beleza, deixava-a em formosura, perfeição de forma.

Apesar de o ligar com a saudade, ou acaso precisamente por isso, o Desterrado não me dizia nada. Eis a saudade, pensava, mas aí acabava tudo. No entanto, mesmo se me fazia estranha a ligação com a saudade, além do facto de que um “desterrado” pensa na pátria, tem saudade da terra. Que podia ter visto Pascoas nesta estátua? Não me ocorria nada, além disso, além de esta escultura ser uma representação de um “desterrado”. Mas, para mim, até isso não funcionava: era-me difícil fazer-me essa ideia, quiçá porque não via no Desterrado a imagem, a representação, de um desterrado do século XIX, similar às outras figuras esculpidas, às personagens, que povoavam a sala.

Nomes

Devem ter passado anos —tiveram de passar— até que cai na singularidade do Desterrado. Ajudado por mais visitas em que percorria a sala mais rapidamente, ou me demorava um pouco... fixava-me em alguma outra peça, e também no seu título, de Soares dos Reis.

Também quiçá o facto de que faltasse durante anos “A infância de Caim”, de achá-la a faltar, de ficar a sua ausência reduzida a uma lembrança e uma ideia: um nome e uma imagem, que podia rever, pois tinha por algures um postal. Sem o seu nome, esta escultura seria mais ou menos banal: uma boa execução, a representação sugestiva de um rapaz malicioso, com um olhar algo torvo. No entanto, com o nome, caía-lhe em cima toda a fábula de Caim, com a sua enorme projeção histórica, com todo o seu peso fantasmagórico na infância de tantas e tantas gerações.

Passaram anos até que me dei conta de que com o Desterrado acontecia o mesmo: aquela figura talhada em mármore mudava por chamar-se “O Desterrado”. A forma seria a mesma, mas já não a veria igual, se se chamasse Apolo ou qualquer nome mitológico, por exemplo. Teria então não só uma outra história, mas, mesmo, uma outra presença. Acaso era isso o que eu buscava e não encontrava: uma história e uma presença. Por isso, quisera ver nele a figura de um desterrado,... alguém caracterizado e vestido de exilado, uma personagem tipo —português, espanhol, europeu, americano— do século XIX. No entanto, o Desterrado estava desprovido de história... não diria que de presença,... mas era como uma aparência sem atributos.

Jovem, nu

O Desterrado é um jovem, terá uns vinte anos, sentado, nu, o braço esquerdo apóia na perna direita, a mão esquerda colhida —cruzados os dedos— pela direita, o pé direito detrás da barriga da perna esquerda, o pé esquerdo, mais adiantado, pendurado. Tem a cabeça —leva uma melena curta— ligeiramente inclinada, olha para baixo e/ou, mais exatamente, para dentro: pensa. A escultura —um nu, não o dissera?— é quase de tamanho natural, algo maior.

Ora, que é que há de desterrado nesta imagem? Pois, precisamente, o que venho de assinalar e que tardei anos a perceber, provavelmente porque procurava um tópico ético-político, a figura de um desterrado —um exilado— cuja aparência seguramente ocultaria o que esta estatua mostra à primeira vista.

Não marcado

Não quero dizer que “O Desterrado” não seja algo ético-político. Não. Só pretendo assinalar que para perceber esse desterro é necessário —foi-me a mim necessário— perder de vista, primeiro, e olhar de soslaio, depois, o ético-político.

Um exilado —em geral, uma vítima do poder— leva a marca do poder e, em certa medida, é uma caricatura do poder que o marcou. É preciso um exercício de distanciamento para descobrir aquilo que o poder quis esmagar. Ora, no Desterrado não há marca do poder: desse jovem nu diria que é um sujeito pre-político, anterior à política, que não conheceu ainda a política... e, por isso, como é que ele vai estar desterrado?

E diria, outrossim, que é um sujeito pre-ético, anterior a qualquer ética, por fora ou à margem da moral? Isto não o diria, apenas o diria de uma criança pequena —e o Desterrado é claramente adulto— e mesmo numa criança, salvo muito infante, há já sinais de moral. No entanto, sem querer, situei antes também o Desterrado por fora e à margem não da moral, mas sim daquela moral que lhe tocara em Portugal em 1872. Não disse se o seu nome fosse Apolo? Inconscientemente estava a levá-lo para outro mundo, talvez não o da mitologia (por isso dizia “se fosse”, descartando ao mesmo tempo que o fosse), mas sim o da ética clássica, greco-latina. O conhecedor da ética grega veria, por contraste com a moral imperante no XIX português (e, em geral, europeu, ocidental), o desterro. Mas esse não é um caminho adequado para percebermos o que está desterrado, entre outras cousas, porque a moral secular ocidental cristã é herdeira da ética greco-latina, contém muitos dos seus elementos, embora transmutados⁶. Por exemplo, resulta impossível falar de virtude ou de alma — mesmo

⁶ Nietzsche apontou essa inversão-mutação. Cfr. Nietzsche 2009.

lembrando os termos gregos de excelência e de psique— sem introduzir grandes equívocos.

Quatro desterros: juventude, beleza, natureza...

No entanto, o que está desterrado —oh surpresa— é o que se vê à primeira vista, o que salientei quase sem dar por isso ao falar da imagem: a juventude, a beleza (dissera a formosura), a natureza, o pensamento. Quiçá não reparei nisso porque os três primeiros (juventude, beleza, natureza) são valores admitidos, mesmo muito promocionados, desde a segunda metade do século XX.

Em grande medida, no ocidente contemporâneo, a imagem do ser humano é a da juventude e a beleza: a juventude como época da vida privilegiada, a beleza como expressão e cuidado da juventude⁷. Claro é que esta imagem é, em boa parte, uma máscara, que serve para ocultar a fragilidade e a vulnerabilidade, a inexorabilidade mesmo, da vida humana.

A juventude é privilegiada, difundida e imposta por toda a parte e em todo o momento, como imagem —expressão, signo— da potencialidade, que também é maleabilidade e disponibilidade: o eterno presente em que tudo é possível, por estar desligado do passado e, sobretudo, indefinida e infinitamente aberto ao futuro.

Junto a isto, a beleza é a boa forma —a forma boa— da juventude, que deve manter-se e cuidar-se. Beleza é manter-se em forma e cuidar da forma, mas atendendo —se não quase em exclusivo, sobretudo— ao aspecto exterior e não ao interior do corpo, à estética e não à saúde. Trata-se de cuidados que cada um deve procurar-se, e muitos podem fazê-lo.

Cuidar a saúde, no entanto, requer um sistema social organizado complexo. Certamente estes, os sistemas sanitários, também conheceram desde a segunda metade do século XX um notabilíssimo desenvolvimento... e aí temos a atenção á natureza, a começar pelo corpo humano. Este, com certeza, não era tratado assim, e estava mesmo maltratado, na época e lugar do Desterrado.

Os desterros da juventude e da beleza

Mas, basta com contemplar a existência com perspectiva e em reparar na fragilidade e vulnerabilidade humanas, para detectar, mesmo hoje, o desterro da juventude e da beleza. Inclusive, temos de considerar a inexorabilidade, nos nossos dias, da existência: os poderes tentam —e em boa medida alcançam— impor uns trilhos, pautar a vida das pessoas e as coletividades. Um desses trilhos é, por exemplo, essa imagem universal —uma espécie de imperativo

⁷ Cfr. Lipovetsky 2014. Oferece uma versão, predominantemente, apologética e/ou eufórica.

categorico: de mandato ou, mais exatamente, de obriga sem discussão e sem alternativa— da juventude e da beleza, estéticas, cosméticas. E, porém, a juventude e a beleza são fugazes,... a saúde precisa da luta constante e conjunta, além dos indivíduos, das sociedades⁸.

Com todas estas precauções, salvados estes obstáculos, o Desterrado põe-nos diante do desterro —o exílio em relação à existência— da juventude e da beleza, das quais ao longo da vida desfrutamos fugazmente, por momentos e por espaços,... que apenas conseguimos reter e cultivar ao preço de um grande esforço, antes do que individual, coletivo. Se voltarmos os olhos para a data e lugar do Desterrado, situemo-nos nesse mesmo palácio em Porto em 1872, esse desterro da beleza e da juventude parece-nos —imaginamo-lo— autenticamente insuportável, insofrível. Só pensar na quantidade e qualidade de vida então ali: doenças devastadoras, condições sociais horríveis, esperança de vida quiçá menor de cinquenta anos, opressão e violência morais e políticas.... talvez algo menos que noutras partes, pois Portugal é um dos primeiros países do mundo a abolir a pena de morte, desde começos do século XIX já sem efeito e a meados desse século abolida.

O desterro da natureza

Também mencionei a rejeição da natureza: um corpo nu é, quase, natureza sem cultura. Digo quase, porque as formas com que aparece já indicam uma cultura. Ao ver “O Desterrado” resulta inevitável pensar na escultura clássica, numa recriação da cultura greco-latina. Mas, além desse invólucro, trata-se de um corpo nu. O que põe diante dos olhos é, pois, a natureza. Neste caso, a natureza humana... masculina. O que nos fala doutras repressões: porque um desterrado e não uma desterrada?

Não representaria uma mulher, ainda melhor, o desterro, todos esses desterrados? O facto desta escultura não ser uma mulher também fala doutras repressões: que as mulheres outrora e ali estavam confinadas na natureza, sem lugar —ou com escasso e pautado espaço— na história, na cultura, incluída a arte⁹. Talvez o Desterrado seja um homem porque não havia —estavam proibidos— os modelos femininos (o corpo das escolas de arte e dos estúdios dos artistas era o corpo masculino), porque era tabu — estava censurada — a representação do nu feminino, etc.

Se o Desterrado fosse uma jovem, a imagem hoje e aqui habitual da mulher-objeto, não nos deixaria —ou nos tornaria difícil— perceber o exílio da juventude e a beleza. Mas, se a estátua em feminino fosse tal como é, teria algo —o olhar para si própria: o pensamento— que, apesar do cliché da mulher-

⁸ Vid. Beauvoir 1970 (em resumo: 646-650).

⁹ Cfr. Beauvoir 2008, 2010.

objeto, nos faria perceber uma mulher-sujeito. O exílio da natureza, da saúde, é também o da sexualidade,... na mulher não apenas reprimida, mas negada, mesmo na mulher-objeto, ao serviço do sexo masculino.

Poder-se-ia puxar muito por esse fio, a sexualidade (também, a homossexualidade, designadamente a masculina, já que se trata de um modelo), objeto de perseguição,... outrora em vida do Desterrado para impedir que aparecesse,... agora para fazer com que surja por toda a parte e em todo momento¹⁰, convertida num imperativo para o indivíduo como elemento basilar e imprescindível da felicidade¹¹.

Outro desterro: o pensamento

O pensamento. Quiçá resida aí a chave de todos os demais exílios e o que faz aparecer essa estátua, esse jovem nu, como um desterrado. O gesto da cabeça, a cara e os olhos sugerem um recolhimento no próprio interior. O Desterrado pensa em si mesmo ou talvez noutra cousa.

Das duas maneiras faz aparecer, junto com a sua presença, uma ausência. Seja porque parece que pensa em algo ou em alguém que não está, seja porque parece que pensa em si mesmo e esse si mesmo se acha além — dentro?— do seu próprio corpo. Captando a presença dessa ausência (de algo, de alguém), demo-nos conta, enfim e com nitidez, de que esse jovem está desterrado. E tocamos a saudade. Caímos na conta de que o Desterrado está só e de que lhe falta algo ou alguém, ou ambas as cousas que não estão com ele,... e por isso é que é um desterrado.

Porém, não devemos esquecer o outro aspecto, unido a este, à presença da ausência: o Desterrado pensa em si mesmo,... o que o converte numa presença em fuga, fugidia e fugitiva. Ele mesmo, na sua presença, se ausenta. A sua presença pensante, o seu corpo a pensar, remete para uma interioridade, uma psique. Uma psique: alma que habita no mármore? Talvez. Mas quiçá é apenas que o Desterrado —ao pensar, ao voltar sobre si— não se dá por completo, retém no seu interior algo que não deixa ver, mas que deixa adivinhar: algo assim como uma consciência e uma vontade próprias, o que em termos de ação e em relação aos outros —incluída, em geral, a sociedade— significa uma liberdade.

O Desterrado, ao pensar, apropria-se de si e oferece-se —mostra-se— aos outros como liberdade. Podemos dizer que tem alma, que tem espírito,... que desaparecem se desfazermos —se deformarmos, se destruírmos— a escultura.

¹⁰ Sexualidade, outrora e agora: Foucault 2009.

¹¹ Cfr. Pasolini 2014: 93 e 123-127.

Não poder estar na terra

Desterro da alma, exílio do espírito? Uma alma expulsada de um paraíso perdido, um espírito na procura de uma sociedade para construir? Haverá quem veja isto. Eu, não. Vê-lo-ia se o corpo estivesse coberto por uma leve túnica. Então “O Desterrado” poderia ser uma escultura funerária, como tantas que ornaram mausoléus e sepulturas (salvo a qualidade da execução, a mestria, a perfeição). O véu da túnica —um simples lenço finíssimo— espiritualizaria o corpo e, nesse corpo ausente, o pensamento —o olhar interior— voaria às alturas. O desterro seria —como para os mortos nas sepulturas— precisamente ter estado na terra. Mas, retiremos a túnica: eis o Desterrado, uma presença pungente, que me inquieta. Mostra-me o seu desterro, o de tantos: não poder estar na terra. O que fica: um rastro de juventude, de beleza, da natureza e do pensamento, retidos pela arte, conservados em mármore, numa peça, numa obra.

Reterritorialização

Uma última consideração: tudo isto vemo-lo num museu, pensamos-lo contemplando uma estátua. Não temos perante os nossos olhos um sujeito desterrado, mas um objeto artístico. Não encontramos o Desterrado, um desterrado, na rua, mas na sala de um museu, rodeado doutras obras de arte.

Que significa todo isso? Que o desterro, os quatro desterrados do Desterrado, foi submetido, primeiro por Soares dos Reis a talhar a escultura e depois pelo público que o valorizou e o povo que o inseriu na sua cultura e o estado que o colocou num museu, a um imenso trabalho de reterritorialização. Uma obra individual e, sobretudo, coletiva de luta contra o desterro e de afirmação da beleza, a juventude, a natureza e o pensamento. Um labor que nos ajuda a viver na terra, a todos aqueles que visitamos o Desterrado no seu museu e que, em geral, nos consideramos partícipes da cultura portuguesa.

Habitáculo suspenso

Ora, nesse espaço da comunicação é que se constrói uma habitação passageira, como um quarto de passagem ou uma tenda de campismo, que suspende, eleva, o lugar que habitamos, que o transforma no lugar que queremos: eis o habitáculo suspenso¹².

¹² De propósito, fico por aqui e não entro mais, não avanço, na reterritorialização. Pensemos que a inversão, o reverso, do desterro tem sido, muitas vezes, a colonização. Cfr. ““Nautilus” et “Bateau ivre”” (Barthes 2002: I, 732-734) e “Par où commencer?” (Barthes 2002: IV, 86-94). No entanto, nem sempre, nem tudo, é assim.

Referências

- Barthes, Roland (2002), *Oeuvres complètes*, ed. Éric Marty, Seuil, Paris.
- Beauvoir, Simone de (1970), *La vejez*, Editorial Sudamericana, Buenos Aires.
- Beauvoir, Simone de (2008, 2010), *O segundo sexo*, Xerais, Vigo.
- Casal, Félix (2001), “O habitáculo suspenso. “De catro a catro”: literatura galega e modernidade”, *Nova Renascença* 72/73, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2001, pp. 233-248.
- Castelao, Manuel (2010), *Manoel-Antonio De Catro a Catro*, Liaovento, Santiago de Compostela.
- Deleuze, Gilles e Guattari, Félix (1972), *L'Anti-Oedipe*. Minuit, Paris.
- Deleuze, Gilles e Guattari, Félix (1980), *Mille plateaux*, Minuit, Paris.
- Foucault, Michel (2009), *História da sexualidade 1. A vontade de saber*, Graal, Rio de Janeiro.
- Haesbaert, Rogério e Bruce, Glauco (2002), “A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari”, *GEOgraphia*, Vol. 4, No 7 (2002), Universidade Federal Fluminense, 2002, pp. 7-22.
- Lipovetsky, Gilles (2014), *A era do vazio. Ensaios sobre o individualismo contemporâneo*, Edições 70, Lisboa.
- Nietzsche, Friedrich (2009), *Genealogia da moral: uma polémica*, Companhia das Letras, São Paulo.
- Pasolini, Pier Paolo (2014), *Demasiada libertad sexual os convertirá en terroristas*, errata naturae, Madrid.
- Ribeiro dos Santos, Alfredo (1990), *A Renascença Portuguesa. Um Movimento Cultural Portuense*, Fundação Eng. António de Almeida, Porto.
- Sérgio, António (1988), “Epístolas aos Saudosistas”, in Teixeira de Pascoaes, *A saudade e o saudosismo*, ed. Pinharanda Gomes, Assírio & Alvim, Lisboa, 1988, pp. 97-103.
- Soto, Luís G. (2005), *Meditação sobre a Saudade*, Zéfiro, Sintra.

LUÍS GARCIA SOTO

Membro do grupo de investigação *G.I. 1676 Ethos* da Universidade de Santiago de Compostela (USC), é Professor Titular de Filosofia Moral no Departamento de Filosofia e Antropologia da Faculdade de Filosofia da USC (Galiza). Tem publicado: *O espírito da letra. Nove ensaios filosóficos sobre textos literários*, Espiral Maior, A Corunha, 2008; *O labirinto da saudade*, Liaovento, Santiago de Compostela, 2012; *Meditação sobre a Saudade*, Zéfiro, Sintra, 2015; *Barthes filósofo*, Galaxia, Vigo, 2015.

***Novas da Galiza,*
jornalismo independente
em galego-português na
Galiza do século XXI**

Passado, presente e futuro

Raul Rios Rodríguez

Resumo

O presente artigo faz um percurso pela história do jornal *Novas da Galiza*, desde o seu nascimento até a atualidade, atendendo às particularidades próprias dum meio de comunicação popular e alternativo e que emprega como veículo de expressão a normativa do galego convergente com o português. O objetivo é analisar as oportunidades e dificuldades concretas com as que se enfrenta a publicação pela sua dupla condição de jornal independente e reintegracionista, tratando de esclarecer quais são as fórmulas mais efetivas para uma exitosa evolução futura do projeto. Aliás, o trabalho visa ser um exercício de transparência e fazer partícipe o público de uma série de reflexões que raras vezes ultrapassam as paredes da redação.

Palavras-chave

Novas da Galiza, reintegracionismo, lusofonia, media, comunicação comunitária.

Abstract

This article takes a journey through the history of *Novas da Galiza* newspaper, from birth to the present, taking into account the own characteristics of a popular and alternative media that uses as a vehicle of expression to rules of convergent Galician with Portuguese. The aim is to analyze the specific opportunities and challenges which face the publication due to his double condition of independent and reintegrationism newspaper, trying to clarify what are the most effective formulas for a successful future development of the project. Incidentally, the work aims to be an exercise of transparency and make the public participate in a series of reflections that rarely go beyond the walls of the newsroom.

Key words

Novas da Galiza, reintegrationism, Lusophony, media, community communication.

Introdução

Se bem o tópico relativo às relações entre o galego e o português esteve presente nos debates filológicos - e políticos - das elites intelectuais galegas já desde antes do Ressurgimento¹, com maior ou menor intensidade em cada período histórico; o certo é que esta discussão não ultrapassaria os muros da academia e dos pequenos círculos da *intelligentsia* até finais do século XX. Na sua *Breve história do reintegracionismo*, Tiago Peres (2014) estuda o processo de socialização da proposta reintegracionista a partir da década de 80 colocando como motores principais do mesmo as organizações reintegracionistas de base e, mais adiante, os agentes políticos do espectro ideológico soberanista. Durante as décadas seguintes o movimento social reintegracionista não deixaria de se expandir, sendo cada vez mais as organizações político-sociais que adotariam a normativa convergente com o português para desenvolver a sua comunicação pública –embora o reintegracionismo, tal e como o entendemos hoje, ficasse longe de ser maioritário no campo nacionalista. De maneira paralela, independentemente da norma ortográfica empregada por cada coletivo concreto, movimentos sociais da esquerda emancipadora, tais como o feminismo ou o ecologismo, não deixaram de crescer e ganhar adesões até a atualidade.

É neste contexto histórico e social que cumpre entender o *Novas da Galiza*. O jornal nasce com a vontade de servir comonexo comunicativo entre os diferentes movimentos políticos e sociais existentes ao longo de toda a geografia galega, que no ano 2002 já reuniam uma massa crítica suficiente como para sustentar um projeto jornalístico deste tipo. Aliás, o *Novas da Galiza* optaria por empregar a norma ortográfica reintegracionista para exercer esta labor, sendo um dos principais traços definidores do jornal.

O objetivo do presente artigo é fazer partícipe ao público -quer ao que já conhece o jornal quer ao que ainda não- de uma série de análises que se costumam fazer dentro do jornal mas que poucas vezes ultrapassam as paredes da redação. Assim, em primeiro lugar, realizar-se-á um breve percurso pela história do *Novas da Galiza*, pondo especial interesse nas mudanças vividas pelo projeto ao longo da sua trajetória. Em segundo lugar, dedicar-se-á um apartado a refletir na peculiar realidade de um meio de comunicação galego escrito na normativa reintegracionista. Em terceiro lugar, atender-se-á à situação do jornal na atualidade, pondo o foco no seu papel na sociedade galega e nas dificuldades e oportunidades próprias dum jornal comunitário. A seguir, refletir-se-á no novo contexto aberto pela irrupção da Internet e as

¹ O Padre Feijoo, destacado vulto da ilustração galega, defendeu sem ambiguidades a língua galega como realidade “indistinta” da portuguesa na sua coleção de ensaios *Theatro Crítico Universal*, publicada entre 1726 e 1740.

redes sociais e o lugar que, como imprensa em papel, deve ocupar o *Novas da Galiza*. Por último, no apartado de conclusões faz-se um pequeno balanço do trabalho realizado nestes últimos 13 anos e nas perspetivas de futuro do projeto jornalístico do *Novas da Galiza*.

Para levar adiante este cometido, parte-se fundamentalmente de conversas mantidas com pessoas que fizeram ou fazem parte da equipa humana que sustenta o jornal, da consulta da hemeroteca do mesmo e, por último, da própria experiência pessoal do autor como membro do Conselho de Redação da publicação.

Uma aposta no jornalismo independente: nascimento e consolidação do *Novas da Galiza*

O primeiro número do *Novas da Galiza* sai do prelo em fevereiro de 2002. Os seis primeiros números mantiveram uma periodicidade bimensal até que, após uma parada de cinco meses, o jornal começa a sair cada mês desde junho de 2003.

Naquele momento, o panorama mediático em galego estava constituído essencialmente polo portal digital *Vieiros.com*, o semanário *A Nosa Terra* e a revista mensal *Tempos Novos* -a única destas publicações que continua a existir na atualidade. Aliás, em 2003 a Editorial Compostela começaria a editar o diário *Galicia Hoxe*, que tomaria o relevo de *O Correo Galego*. Naquela altura, o único projeto comunicativo de linha editorial soberanista ou independentista era o portal *Galizalivre.org*, sustentado de maneira puramente militante.

Antes de mais é necessário fazer uma aclaração a respeito de categorias políticas como independentista, soberanista ou nacionalista. Não é o objetivo deste artigo entrar no debate arredor das implicações políticas desta terminologia, nem muito menos tentar estabelecer que forças ou correntes políticas organizadas podem ser alcunhadas com uma ou outra destas etiquetas. Porém, na tradição política do nacionalismo (entendido de forma ampla) daqueles anos, existia a convenção de categorizar o BNG como nacionalismo, sendo as categorias independentismo ou soberanismo empregadas para identificar àquelas organizações políticas do nacionalismo alheias ao BNG ou mesmo também a certas correntes críticas integradas no seio do Bloque². Basicamente, estas categorias eram assignadas a cada organização concreta atendendo à forma que cada uma tinha de se denominar a si própria. Logicamente, estas classificações não operavam apenas nas organizações polí-

² Estas fronteiras terminológicas iriam mudando mais adiante. Após a assembleia de Ámio do BNG, em 2012, que deu passo a um período de reconfiguração do nacionalismo, esta organização política começaria a fazer do 'soberanismo' parte fundamental da sua estratégia discursiva.

ticas, mas no conjunto de organizações setoriais e bases sociais –com filiação partidária ou não– próximas aos postulados de cada corrente. É neste sentido que estes termos serão empregues neste artigo.

Esta aclaração poderia parecer desnecessária mas, em realidade, é fundamental para compreender o nascimento do jornal. O *Novas da Galiza* nasce em boa medida impulsionado pela pretensão de ser o meio de comunicação daqueles setores sociais e políticos que não se viam suficientemente representados no espetro mediático do momento. Não nascia com vontade de ser o jornal de partido de nenhuma organização, mas com o objetivo de fazer um jornalismo independente e de qualidade, isso sim, desde uma linha editorial própria. A existência do *Galizalivre.org*, o projeto comunicativo com uma tendência política mais próxima à que seria a do *Novas da Galiza* –e que aliás empregava a normativa reintegracionista–, não fazia desnecessário o nascimento do novo meio. O primeiro era um portal essencialmente propagandista –termo que embora tenha conotações negativas não tem porquê sê-lo em absoluto–, dedicado a dar voz a setores silenciados em outros meios e a fazer denúncia política e social. No entanto, além de partilhar estes fins, o *Novas da Galiza* nascia com vontade de ser um projeto essencialmente jornalístico, seguindo uma metodologia de trabalho determinada e mantendo rigorosamente a independência informativa.

A vontade do *Novas da Galiza* de fazer um jornalismo independente ficou explicitada em vários dos oito princípios fundacionais publicados no primeiro número do jornal, que cumpre recuperar aqui:

1. Nasce este periódico ao serviço da liberdade de expressom, para defender o direito da cidadania à informação plural e veraz.

[...]

3. *Novas da Galiza* é um periódico *apartidista*. Informará do jeito mais rigoroso possível e a partir da *independência dos partidos políticos*, procurando reflectir a pluralidade da sociedade.

[...]

6. Nasce o jornal para fornecer à cidadania (de) informação veraz, objetiva e *independente*. Nasce também co fim de cumprir umha função essencial do jornalismo: o exercício do contrapoder.

[...]

8. As pessoas que conformamos este projecto comprometemo-nos com um jornalismo impulsionador do galego-português, nacional, *aberto*, unificador, *independente de organizações políticas e de instituições*, progressista, militante. Profissional, positivo e actual. (*Novas da Galiza*, 2002: 3, itálicos meus)

A abundante ênfase feita sobre o seu caráter independente explica-se pelo contexto político e comunicativo da época, contexto que no essencial ainda se mantém. As divisões e confrontos existentes no campo do nacionalismo galego traduziam-se em desconfiança cara certos projetos comuni-

cativos por parte dos seus públicos potenciais, posto que podiam ser considerados mais ou menos próximos (ou mesmo diretamente dependentes) de organizações políticas concretas -uma desconfiança, cumpre dizer, fundamentada em alguns casos. As pessoas impulsionadoras do *Novas da Galiza* julgavam que a sociedade galega não precisava de um meio de partido, mas de uma publicação que fizesse jornalismo independente, crítico e de qualidade. Em definitiva, um meio de país que ultrapassar as fronteiras partidárias. Essa linha mestra manteria-se até a atualidade.

De resto, o *Novas da Galiza* definia-se como um jornal soberanista e de esquerdas, comprometendo-se a dedicar especial atenção aos “movimentos sociais que com os seus atos e propostas conformam a Galiza do século XXI” (*Novas da Galiza*, 2002). Com efeito, a diferença do que vinha sendo comum, o *Novas da Galiza* colocaria sempre como protagonistas os movimentos sociais de base, entendendo-os como os principais atores da mudança política do país.

Esta vontade de independência poderia contrastar, aparentemente, com o facto de que vários dos membros da primeira equipa foram destacados militantes de organizações políticas soberanistas. A realidade é que esse perfil de ativista foi o que se necessitava no momento para pôr a funcionar a partir de zero um projeto comunicativo tão ambicioso. Com o tempo e a consolidação do projeto, os ativistas mais ligados à política e sem formação jornalística foram cedendo-lhe o espaço àquelas pessoas de perfil jornalístico, na maioria dos casos formadas academicamente em essa disciplina. Assim foi evoluindo o meio até o modelo atual, em que a prática totalidade do Conselho de Redação está composto por jornalistas e àquelas pessoas procedentes doutras disciplinas académicas se lhes fornece uma série de pautas metodológicas básicas na matéria.

Um meio de comunicação reintegracionista na Galiza

Um dos principais traços definidores do *Novas da Galiza* desde o seu nascimento foi a escolha da normativa ortográfica reintegracionista como código comunicativo. Os únicos precedentes de publicações em papel similares eram *Gralha* e *Já*. A primeira nasceu em 1994 como boletim cultural bimensal para passar mais adiante a servir de porta-voz do espaço político soberanista. *Gralha* é considerado o precedente do *Novas da Galiza*, sendo o impulsor do primeiro, José Manuel Aldeia, o primeiro diretor do segundo. Por sua parte, *Já* apresentou-se como continuador da *Gralha* mas apenas conseguiria tirar dois números. O *Novas da Galiza* é, até a data, o jornal reintegracionista com mais anos de percorrido. A principal diferença entre estas experiências e o *Novas da Galiza* é que enquanto as primeiras funcionaram como jornais do movimento social reintegracionista, o segundo teve a pretensão de ser o meio de comunicação dos movimentos sociais em geral, isso sim, empregando a normativa

reintegracionista. Neste apartado trataremos as motivações do *Novas da Galiza* para adotar a normativa reintegracionista e as implicações, positivas e negativas, que esta escolha teve e tem para o funcionamento e desenvolvimento do jornal.

A adoção da norma reintegracionista foi mais do que uma escolha: foi uma das razões pelas que o *Novas da Galiza* julgou necessária a sua existência. Não houve nenhum momento no processo de fundação do jornal no que a equipa de pessoas impulsionadoras tivesse que decidir se o meio, uma vez criado, empregaria a normativa isolacionista ou a reintegracionista; foi uma equipa que já era reintegracionista à partida que decidiu criar um jornal para, entre outros objetivos, ter um meio com o que socializar a opção ortográfica em que apostava. Neste sentido, ao partilhar objetivos e estratégias, é fundado considerar que o jornal forma parte do movimento social reintegracionista. As motivações da escolha da normativa reintegracionista som muito amplas e de sobra conhecidas: desde a simples coerência filológica até a certeza de que a única maneira de manter vivo o galego no país em que nasceu passa por aproveitar todas as suas potencialidades comunicativas com o resto de comunidades lusófonas.

Constituir um meio de comunicação de massas reintegracionista na Galiza não deixa de suscitar uma importante contradição de partida. O papel do jornalismo é comunicar, explicar ao público uma realidade complexa através de relatos inteligíveis. Para tal cometido, entre outras coisas, o jornalista deve valer-se duma série de ferramentas linguísticas e de redação que facilitem essa comunicação, procurando uma escrita transparente que centrar a atenção do leitor não no próprio texto, mas nos factos que nele se relatam. Porém, a realidade é que na Galiza a grandíssima parte da população desconhece a normativa ortográfica reintegracionista ou do português padrão. As gerações mais velhas foram alfabetizadas exclusivamente em castelhano –e nem toda a gente teve acesso à alfabetização– e às mais novas, as primeiras alfabetizadas em galego, aprendeu-se-lhes um modelo de língua baseado no castelhano e, em consequência, afastado das variedades internacionais do galego. Aliás, o ensino em galego nunca foi completo, senão que ficou reduzido a um grupo de matérias que não abrangia o conjunto do currículo escolar, dando as mais das vezes numa formação insuficiente por parte do estudantado.

A contradição de partida consiste em que ao adotar a normativa reintegracionista o *Novas da Galiza* está a renunciar a essa escrita transparente e sem interferências que dificultarem a compreensão do público que se lhe

pressupõe ao texto jornalístico³. Cada vez que a leitora ou leitor encontrar uma grafia que desconhecer ou uma forma léxica com a que não estiver familiarizada – caso que também pode acontecer com textos redigidos na normativa isolacionista –, produzir-se-á uma interferência comunicativa entre o meio e o público. Quê fazer, renunciar a chegar a um público mais amplo ou renunciar ao modelo de língua em que apostamos?⁴

Seria um erro apresentar esta questão como uma dicotomia. O *Novas da Galiza* nasce como jornal reintegracionista e com vontade de ser um meio de comunicação de massas que transcender os limites do próprio movimento reintegracionista, superando essa contradição de partida. Neste sentido, podemos afirmar que a função que a publicação cumpre a respeito da língua é em boa medida de carácter pedagógico. Um dos sucessos do *Novas da Galiza* é conseguir que um público à partida não reintegracionista acabe lendo textos escritos nesta normativa sem se importar e que se familiarize progressivamente com esta escolha ortográfica. De facto, existe constância de uma multidão de casos em que o *Novas da Galiza* foi o primeiro contacto com o reintegracionismo para uma pessoa.

Para explicar como se conseguiu ir rompendo esta barreira inicial resultam totalmente ajeitadas as palavras expressadas pelo ex-presidente da Associação Galega da Língua Valentim R. Fagim ao falar da estratégia seguida pela Através Editora: “[Tentamos] editar livros marcantes, livros que os galegos e galegas com interesse pola Galiza e as suas realidades, nom possam contornar” (Portal Galego da Língua, 2015). Da mesma maneira, o *Novas da Galiza* sempre dedicou atenção nas suas páginas a um conjunto de temáticas muito variado, tentando publicar informações de qualidade e interesse que os setores mais ativos da sociedade não pudessem contornar. O interesse pelos conteúdos devia (deve) ser maior do que as primeiras reticências das leitoras e leitores frente a uma normativa ainda desconhecida.

Este desconhecimento inicial de parte do público potencial da normativa empregue pelo meio é, se calhar, a principal dificuldade com a que se enfrenta o *Novas da Galiza* por razão da sua opção ortográfica, mas não é a

³ Esta contradição é extensível a qualquer meio de comunicação escrito em galego, também na normativa isolacionista, na medida em que a insuficiente alfabetização em galego pode dificultar a compreensão do público de um texto escrito nessa língua embora estiver redigido na normativa aprendida no ensino regrado. Neste sentido, nas análises que se perguntam por quê os meios de comunicação em galego escrito não chegam a um público mais amplo enquanto os seus homólogos audiovisuais têm mesmo melhores audiências do que os que estão em castelhano, uma conclusão comum é que um dos problemas centrais é a falta de competências em compreensão escrita por parte do público.

⁴ Este dilema é assim concebido por numerosas leitoras e leitores. Em atos públicos como debates ou palestras dos que participa o *Novas da Galiza*, um das questões mais frequentemente exprimidas pelo público é se “não julgam que teriam uma maior audiência caso publicarem o seu jornal na normativa oficial?”.

única. No outro lado do esquema comunicativo, por parte dos membros do Conselho de Redação e dos e das colaboradoras externas que redigem textos para o jornal também existem dificuldades relacionadas com o correto uso da língua escrita.

Cumprir ter em conta que, ao não estar ainda implementado o português no sistema galego de ensino e ser a normativa isolacionista a única empregue na matéria de língua galega, as pessoas que na Galiza escrevem na normativa reintegracionista tiveram que aprender a fazê-lo fora dos canais do ensino regrado. As formas da aprendizagem vão desde as técnicas autodidatas, os cursos organizados por centros sociais ou coletivos como a AGAL ou, no melhor dos casos, as Escolas Oficiais de Idiomas ou os cursos universitários. Apenas a gente que teve uma formação deste último tipo pode contar com um correto domínio da língua, enquanto nos textos do resto de pessoas é comum encontrar erros em maior ou menor medida.

A dificuldade consiste em que tanto os membros do Conselho de Redação como a grande maioria dos e das colaboradoras externas não têm um completo domínio do galego-português escrito e são suscetíveis de cometerem erros na escrita. Aliás, boa parte das colaborações externas do *Novas da Galiza* são originalmente escritas em normativa isolacionista –mesmo alguns membros do Conselho de Redação, como o que escreve este artigo, começaram a colaborar no jornal usando esta normativa.

Para assegurar que os textos são publicados sem erros, o *Novas da Galiza* dotou-se desde um primeiro momento de uma equipa de correção ortográfica formada por pessoas com extensos conhecimentos filológicos. Esta equipa de correção encarrega-se tanto de revisar os textos redigidos na normativa reintegracionista (ou padrão) como de mudar a norma daqueles redigidos em ILG-RAG.

Se bem esta forma de funcionar se rebelou altamente eficaz para manter a qualidade ortográfica do jornal; também tem os seus inconvenientes, dos que poderíamos destacar dois. Primeiro, o facto de incluir um novo elo na cadeia de produção do jornal dá em uma coordenação mais complexa. Por uma parte, quem escreve textos tem menos tempo para fazê-lo, pois antes de se publicarem devem passar a peneira corretora. Por outra parte, as pessoas encarregadas da maquetação do jornal não podem começar a trabalhar enquanto não tiverem os conteúdos corrigidos. Se um elo da cadeia se atrasa, os elos a seguir ver-se-ão afetados.

O segundo inconveniente, quase insignificante de o compararmos com o anterior, tem a ver com as questões de estilo. Os livros de estilo dos jornais sempre foram um lugar de conflito entre filólogos e jornalistas. Enquanto os primeiros se esforçam por manter o maior rigor linguístico, os segundos centram-se nas denotações e conotações de cada palavra e na melhor maneira

de comunicar com o público. Aliás, o texto jornalístico é eminentemente autoral, não é por acaso que vaia assinado, e certas modificações podem resultar incómodas para quem o escreve. Pode acontecer que o filólogo achar mais correto em termos linguísticos um determinado termo no sítio de outro, mas que o jornalista tenha razões específicas para preferir o escolhido por ele em um primeiro momento. Dotar o *Novas da Galiza* dum livro de estilo próprio poderia ser uma boa solução para estes casos não se produzirem mas, por falta de tempo e pela relativa pouca frequência com a que se dão estes casos, esta é uma tarefa que ainda fica pendente.

Em qualquer caso, todas as dificuldades de coordenação que entranha contar com um processo de correção ficam pequenas se as compararmos com as dificuldades com as que se encontraria o *Novas da Galiza* na ausência de dita equipa. Ciente da sua responsabilidade como agente socializador da normativa reintegracionista, o jornal decide apostar na qualidade linguística embora isso lhe puder restar agilidade ao processo produtivo de cada número.

Por último, de entre as dificuldades que teve e tem o *Novas da Galiza* pela sua escolha normativa cumpre salientar a ausência quase total de ajudas por parte das administrações públicas. Antes de mais, cumpre fazer uma precisão: o dinheiro público que desde as administrações é repartido aos meios divide-se em dois conceitos fundamentais: as subvenções (a meios escritos exclusivamente em galego, que seria o caso do jornal em questão) e os convénios. Enquanto as primeiras se outorgam seguindo um procedimento público de concorrência, os segundos são assinados diretamente entre a administração e os meios de maneira individual e com critérios muito opacos. Desde o 2002 e até a data de publicação deste artigo, o *Novas da Galiza* não recebeu nem um euro em conceito de subvenção por parte de nenhuma administração, uma decisão baseada no critério empregue pela Junta de Galiza segundo o qual, ao escrever na normativa reintegracionista, não é um meio em galego. É ilustrativo como a Secretaria Geral de Meios dedica um apartado na resolução de convocatória destas ajudas para deixar claro que nenhum jornal reintegracionista poderá ser beneficiário das mesmas, uma exceção que, de todos os meios em galego, apenas afeta o *Novas da Galiza*:

[Quedan excluídas da concesión de axudas] (a)quelas publicacións que durante o ano anterior ao da correspondente convocatoria non se publicasen en galego normativizado (...), de acordo co establecido no Decreto 173/1982, do 17 de novembro, de normativización da lingua galega (...) e na disposición adicional da Lei 3/1983, do 15 de xuño, de normalización lingüística (...) (DOG, 2014a).

A justificação empregue pela Junta para excluir o *Novas da Galiza* das ajudas públicas fica desacreditada ao atender ao acontecido com os convénios dos últimos anos. No passado, a única etapa na que o jornal recebeu publicidade institucional por convénio, de forma esporádica, foi durante o governo bipartido PSOE-BNG, procedendo os convénios de conselharias governadas pelo BNG. Com o retorno do Partido Popular à Junta em 2009 os convénios cessaram. Não foi até o ano 2014 que o *Novas da Galiza* contou, por primeira vez, com publicidade institucional com motivo do Dia das Letras Galegas e do Dia da Pátria. Esta mudança de atitude só se pode explicar pela participação do jornal na Asociación de Medios en Galego (Amega), que tem feito pressão para que nenhum dos meios em galego fique marginado nestes convénios e, aliás, tem-se pronunciado publicamente de maneira explícita contra a exclusão que sofre o *Novas da Galiza* a causa da sua normativa ortográfica.

Se bem esta falta de apoio público impede que o *Novas da Galiza* faça investimentos de capital (compra de computadores, câmaras fotográficas, etc.) ou mesmo contrate mão-de-obra que permitisse dedicar mais horas de trabalho ao jornal e, portanto, produzir um melhor produto jornalístico; também é verdade que esta discriminação é positiva para o projeto na medida em que o força a manter a sua independência económica e, consequentemente, a sua independência jornalística.

Um pequeno apontamento ao respeito: o *Novas da Galiza* nunca foi contra as subvenções públicas aos meios de comunicação, na medida em que acredita que as administrações devem velar pelo direito da cidadania a uma informação plural e veraz. No entanto, sim que é em contra do modelo atual de reparto de subvenções, que prima àqueles meios que já contam à partida com maior capacidade económica e com maiores audiências. Aliás, também é radicalmente em contra dos convénios institucionais, outorgados sem concurso público pelas diversas conselharias da Junta de Galiza aos jornais que a administração considerar. Oficialmente, o serviço contratado pela administração são espaços publicitários nos meios ou, diretamente, informações relativas a um tema determinado e elaboradas pelo próprio meio (muitas vezes sem serem identificadas como publicidade nos jornais). Na prática, e assim o tem denunciado reiteradas vezes a *Asociación de Medios en Galego*, é um exercício através do qual o Governo de turno compra aos jornais informações favoráveis para os seus próprios interesses. A arbitrariedade com a que se concedem estes convénios permite que, se a linha editorial de um meio determinado não resultar acorde com os interesses do Governo, este pode cortar a bilha de dinheiro público sem problema.

Muitos meios de comunicação com linhas editoriais desfavoráveis para o Partido Popular (atualmente no Governo galego) viram como as subvenções

e convénios que recebiam na época do bipartido PSOE-BNG desapareciam em 2009 com a ascensão da direita ao poder, com o que muitos deles seriam inviáveis e deixariam de existir. No entanto, o *Novas da Galiza* nunca fiou o seu futuro aos convénios que nalgum momento pontual pudera receber. Nunca cresceu mais do que o próprio número de assinantes lhe permitiu, pois o público leitor sempre foi o principal sustento económico do meio. Visto de esta perspetiva, o facto de permanecer alheio aos circuitos de dinheiro institucional tal e como estão configurados acabou rebelando-se algo positivo, especialmente para um projeto jornalístico como o *Novas da Galiza*.

Por último, cumpre destacar um aspeto positivo a respeito da condição reintegracionista da publicação: a alta fidelidade da audiência. Com o movimento social reintegracionista acontece o mesmo que com o *Novas da Galiza*, nunca entrou nos canais da cultura oficial e teve que aprender, por força ou por vontade, a desenvolver a sua atividade sem nenhum apoio das instituições. Costumadas como estão à autogestão, as pessoas que fazem parte deste movimento entendem que também são em boa parte responsáveis do sucesso dum meio de comunicação como o *Novas da Galiza*, razão pela que decidem apoiá-lo. Com isto não se quer subestimar outros incentivos do público como, principalmente, ter acesso aos conteúdos publicados pelo jornal. Para além da questão linguística, esta reflexão sobre a fidelidade do público é extensível para aquelas pessoas que fazem parte dos movimentos sociais e políticos enquadrados no campo do soberanismo e da esquerda entendido em sentido muito amplo.

Não queremos fechar este ponto sem fazer alusão a um possível reto de futuro do jornal: ultrapassar as fronteiras nacionais. Um dos argumentos força do reintegracionismo é aproveitar toda a potencialidade da língua galego-portuguesa, o que além doutras questões implica o intercâmbio cultural com outros países que partilham o mesmo idioma. Os meios de comunicação, como parte fundamental do sistema cultural de um país, estão chamados a ter um papel protagonista nesse intercâmbio -não por acaso um dos pilares principais da chamada Lei Valentim Paz-Andrade é favorecer a “reciprocidade das emissões televisivas e radiofónicas” entre a Galiza e Portugal (DOG, 2014b). Diferente é o caso da imprensa em papel, pois precisa de distribuição física para chegar às suas audiências. Ao não existir tradição de publicações transfronteirizas e, portanto, não existirem empresas de distribuição a operar em ambos espaços administrativos (em todo momento estamos a falar de Portugal), resulta impossível para o *Novas da Galiza* estar presente nas livrarias e quiosques portugueses. Uma eventual edição *on-line* do jornal poderia servir de ponte para cruzar as barreiras físicas. Na atualidade, isso sim, o jornal já conta com vários assinantes no país vizinho que recebem o número de cada mês nas suas caixas de correios.

Outro dos impedimentos que existem à hora de expandir geograficamente um projeto comunicativo é de natureza essencialmente jornalística: entre os fatores que influem no grau de interesse que uma informação pode suscitar em uma leitora ou leitor (os chamados valores-notícia), um dos principais é a proximidade geográfica ou de contexto. Dito de maneira muito simples, é claro que a um público galego lhe vai suscitar muito mais interesse um determinado acontecimento que tiver lugar na Galiza do que o mesmo acontecimento se tiver lugar na região espanhola de Múrcia. Isto não há que entendê-lo como um desinteresse total cara tudo aquilo que vier de fora, mas sim que cumpre relativizar a importância que às informações relativas a um contexto nacional concreto se lhe pode dar em um outro país, embora partilhar a mesma língua.

Uma forma diferente de fazer jornalismo: barreiras e oportunidades dum meio de comunicação popular e alternativo

Se calhar, tão ou mais interessante do que a aposta reintegracionista do *Novas da Galiza* é a sua condição de meio de comunicação popular e alternativo. A respeito destas duas categorias, resulta interessante para o caso que nos ocupa a caracterização teórica proposta por Peruzzo (2009), estabelecendo uma série de diferenças entre ambos conceitos. Assim, enquanto a comunicação popular envolveria àqueles projetos constituídos no âmbito dos movimentos sociais e que tratam de ativar a participação ativa horizontal da cidadania, “tornando-se um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social”; no caso da imprensa alternativa a autora põe o acento no seu caráter jornalístico -o que faz referência, nas nossas palavras, àquela produção informativa elaborada seguindo os parâmetros deontológicos e metodológicos próprios do jornalismo. Simplificando, poder-se-ia dizer que a chamada imprensa alternativa é produzida seguindo um esquema profissional. Obviamente, qualquer uma destas classificações teóricas inscreve-se no conceito mais genérico de comunicação alternativa, quer dizer, aquela que opera à margem da grande media comercial ou pública (dependente do estado) e que se diferencia de esta tanto pelos conteúdos tratados como pelo enfoque crítico, as estratégias de produção ou, seguindo à autora citada, a vontade explícita de contribuir para a transformação social.

Este tipo de caracterizações teóricas não costumam dar-se na prática, quanto menos de maneira fechada, mas resultam interessantes como ponto de partida para abordar o nosso objeto de estudo, neste caso o *Novas da Galiza*. A publicação é um meio de comunicação comunitário na medida em que o seu principal sustento é esse grupo de pessoas com interesses e valores afins que costumamos denominar comunidade. E não são o seu sustento apenas porque o mantenham economicamente através das subscrições, senão -

e isto é fundamental- pela sua participação ativa no meio, quer como colaboradoras e colaboradores que redigem conteúdos, quer como fontes jornalísticas, quer como público ativo e produtor constante de *feed-back*.

Mas o *Novas da Galiza* não é apenas um meio de comunicação comunitário; também é imprensa, alternativa neste caso. O Conselho de Redação está composto essencialmente por jornalistas, que são quem se encarrega de desenvolver as funções de *gatekeeper* e de elaborar os conteúdos jornalísticos da publicação, que são a grande maioria. Deste modo, o jornal segue um modelo híbrido que conjuga a profissionalidade jornalística com a participação cidadã direta. Este esquema resulta frutífero na medida em que permite obter um produto jornalístico -com investigação, contraste de fontes, imparcialidade, independência, atenção ao socialmente relevante, etc.- no que também têm cabida vozes não jornalísticas que, pela sua experiência profissional ou militante, estão em disposição de partilhar os seus conhecimentos, experiências ou opiniões com a comunidade leitora.

Uma vez esclarecido este ponto, cumpre refletir brevemente sobre as implicações que como meio de comunicação alternativo tem o *Novas da Galiza*. O lado positivo deste modelo é de sobra conhecido e uma aprovação no mesmo resulta desnecessária: democratização da informação no sentido de que abre um canal de expressão aos grupos subalternos, independência informativa e olhar crítico, vontade de contribuir para a transformação social, independência económica a respeito de empresas, administrações ou organizações doutro tipo, etc. Mas, por outro lado, um meio comunitário e alternativo tem por diante uma série de barreiras que impedem ou dificultam a evolução e melhora ou mesmo a simples sobrevivência do projeto. Resulta mais interessante centrar-se nesta parte negativa do que na positiva na medida em que o conhecimento e a compreensão destas barreiras contribuirá para a formulação de soluções que permitam superá-las.

Assim, centrar-nos-emos nas duas dificuldades principais que devem superar este tipo de projetos, que são a falta de meios materiais e humanos, duas barreiras que operam de maneira interligada. A primeira tem a sua origem na independência da banca, dos grandes acionistas ou grupos empresariais e dos grandes anunciantes. Ao jornal não lhe interessa ser dependente economicamente deste tipo de agentes na medida em que tal condição seria um impedimento para cumprir os fins sociais que tem como objetivo -pois estes fins atentam diretamente contra os interesses particulares desses agentes. Apesar de o jornal ter ingressos publicitários, basicamente de pequenas empresas anunciantes, o seu principal sustento económico é a comunidade de assinantes. Estes ingressos permitem cobrir despesas de funcionamento que são, principalmente, as de imprensa e distribuição. Fica

uma margem muito estreita para investimentos de capital como, ponhamos por caso, a compra de novos computadores ou câmaras fotográficas.

Mas mais importante ainda é a falta de meios humanos que, a diferença do que noutros setores, no jornalismo são o fundamental –quanto menos no jornalismo que não se limita a copiar e colar notas de agência. A qualidade do produto jornalístico sempre será diretamente proporcional ao trabalho humano investido no processo. Assim, para incrementar ambos fatores apresentam-se nos duas vias não excludentes: aumentar o número de pessoas a fazer parte da equipa do jornal e aumentar o trabalho individual realizado por cada membro.

A respeito da primeira via, o *Novas da Galiza* tem integrado nos últimos meses novas jornalistas no Conselho de Redação, sendo visível a melhora qualitativa tanto na maior variedade de temas abordados como na maior aprofundação nos mesmos. A procura de novas plumas segue presente na listagem de tarefas do jornal, pois a equipa é ciente de que, quantas mais pessoas participarem do projeto, melhores resultados jornalísticos se obterão.

Mais difícil resulta incrementar o trabalho dedicado por cada indivíduo ao projeto. O jornalismo é uma tarefa criativa e estimulante, mas também requer muito trabalho que às vezes é difícil de levar a cabo de maneira puramente militante. Pensemos, por exemplo, no jornalismo de investigação, que requer uma grande busca e contraste de dados, entrevistas com muitas fontes, possivelmente vários deslocamentos, etc. É um trabalho de grande magnitude que, ademais, sempre pode ficar em águas de bacalhau. Como acontece com a investigação científica, o investigador não pode saber *a priori* quais vão ser os resultados da sua investigação e, no caso do jornalismo, se vão ser suscetíveis de publicar. Uma grande parte das investigações que se começam nunca chegam a ver a luz nas páginas dum jornal. Ademais, este tipo de trabalhos requerem de uma grande implicação por parte duma ou várias pessoas, não sendo possível dividir as tarefas entre muita gente e prescindir assim da figura de pessoa responsável de todo o processo. Este tipo de exigências deram em que, infelizmente, a investigação fora tendo cada vez menos peso no *Novas da Galiza*.

Apontávamos antes que existe uma interligação entre a falta de recursos materiais e humanos e é que, se o jornal contasse com maiores meios económicos, poderia estudar a possibilidade de remunerar jornalistas para que se pudessem dedicar à investigação ou que dedicassem mais tempo a outras tarefas do jornal, obtendo em todos os casos um produto de maior qualidade jornalística. Um modelo híbrido que combinasse trabalho militante e trabalho remunerado poderia resultar interessante na medida em que permitisse aproveitar as vantagens da comunicação popular e da imprensa alternativa tal e como as definimos mais arriba.

Seja como for, as duas barreiras também guardam uma interligação no que respeita à sua superação constante: quanto maior for a qualidade e interesse do jornal, mais público se chegará ao mesmo e com mais recursos económicos contará a publicação. No sentido inverso, com quantos mais recursos económicos contar a publicação, mais facilidades terá para fazer um produto jornalístico de maior qualidade e interesse, chegando assim a um público mais amplo. A única maneira de melhorar em qualidade jornalística da publicação sem incorrer em novas despesas é aumentar a equipa jornalística e militante que sustenta o jornal, tarefa na que está centrada o *Novas da Galiza* no momento de redigir estas linhas.

As oportunidades de futuro do jornalismo em papel no tempo da Internet

A eclosão da Internet tem revolucionado o panorama mediático mundial até o ponto de que, como acontecera com o nascimento da televisão, várias vozes anteciparam a morte da imprensa em papel como formato. Porém, o que de facto está a acontecer -como já aconteceu com a irrupção da TV- é que a imprensa em papel está a redefinir o seu papel no panorama mediático. As mudanças a acometer pelos jornais que se quiserem ressituar com sucesso no novo contexto não são simples e estão a requerer dum processo de ensaio-erro que ainda está longe de se fechar. Por agora ninguém deu com a fórmula perfeita.

Seja como for, o que é claro é que a supervivência da imprensa em papel passa por aproveitar as vantagens que esta tem com respeito a outros suportes. Estas vantagens são de sobra conhecidas, mesmo intuitivas para aquelas pessoas não versadas nas ciências da comunicação ou na semiótica mas que costumam ler imprensa, pelo que não nos estenderemos mais sobre este ponto. Apenas citaremos algumas das mais relevantes, como a possibilidade de abordar conteúdos com maior profundidade do que no formato digital, o facto de facilitar uma leitura mais sossegada dos relatos ou o maior valor paralelo à permanência física do texto impresso. Do outro lado, também o suporte digital tem as suas vantagens frente à imprensa em papel. Se calhar, a mais evidente é a imediatez com a que Internet permite fazer chegar a informação ao leitor. A conclusão lógica, pois, é que a imprensa em papel deveria aproveitar as vantagens próprias do seu formato e diferenciar o seu produto no sítio de tentar competir com outros suportes em base a parâmetros, como a imediatez ou o texto curto de leitura rápida, nos que tem todas as de perder.

O *Novas da Galiza* tem dado passos neste sentido nos últimos anos, mas sendo auto-críticos é justo dizer que ainda tem que seguir caminhando nessa direção. No passado, quando quase não existiam portais digitais com linhas

editoriais similares à do *Novas da Galiza*, tinha sentido que o jornal noticiara certas informações que, com certeza, não iam ser difundidas através doutros canais. Hoje em dia, essas notícias mais simples e que quase não requerem elaboração por parte do jornalista já são publicadas em vários meios digitais ou difundidas através da rede pelos próprios coletivos que estão trás o facto noticioso. Na nossa opinião, isto deve ver-se como uma oportunidade: o jornal fica libertado de ter que atender a esses temas de estrita atualidade ignorados pela grande media mas que, agora sim, têm o seu lugar em certa imprensa digital. No novo contexto, livre desta carga, o *Novas da Galiza* pode centrar a sua atenção nos grandes temas de fundo e abordá-los com a extensão que merecem, revalorizando o formato da imprensa papel.

Conclusões

Um meio de comunicação, como qualquer expressão cultural, é produto da comunidade humana em que assenta. O *Novas da Galiza* e a sua trajetória são reflexo da vitalidade de todos esses movimentos sociais e políticos galegos que fazem seu o projeto comunicativo. O jornal é, aliás, o único meio de comunicação em papel escrito na normativa reintegracionista, sendo assim um dos projetos mais ambiciosos no seio deste movimento desde a publicação do seu primeiro número. O futuro do projeto estará intimamente ligado ao futuro destes movimentos sociais galegos e à capacidade do próprio jornal para seguir servindo como meio de comunicação social dos mesmos, atendendo corretamente às suas demandas e necessidades. No momento em que esta condição não se cumprir, o *Novas da Galiza* deixará de ser uma ferramenta útil para a transformação social no país e a sua existência não teria sentido.

As dificuldades que deve superar um meio de comunicação popular e alternativo não são poucas, mais quando se expressa em uma normativa ortográfica proscrita das instâncias da cultura oficial. Desde o seu nascimento, o *Novas da Galiza* foi consolidando o seu projeto jornalístico pouco a pouco, apoiando-se no corpo de assinantes, sendo sempre consciente das suas capacidades e limitações em cada momento e evitando crescer apoiando-se em ingressos publicitários ou ajudas públicas passageiras, um extremo que poria em risco a viabilidade do jornal a meio ou longo prazo.

Hoje em dia, atendendo ao passado e ao presente da publicação, podem-se detetar multidão de erros cometidos e de aspetos melhoráveis. O compromisso da equipa humana do *Novas da Galiza* é aprender destes erros e melhorar todo o possível dentro das suas capacidades. Mas também é justo dizer que, após 13 anos de vida, o jornal tem no seu haver uma série de sucessos que cumpre pôr em valor para ser cientes das enormes capacidades que pode ter

um meio de comunicação independente. O *Novas da Galiza* conseguiu servir como vínculo aglutinador duma extensa rede de ativistas sociais e políticos⁵, publicou em exclusiva trabalhos de investigação que não saíram nos grandes meios⁶, converteu-se em praça de debate livre e plural, contribuiu para introduzir na agenda de coletivos e partidos algumas das problemáticas a *priori* mais dessatendidas por estes e, no aspeto linguístico, revelou-se como ator fundamental à hora de socializar a aposta internacional para a língua entre os setores mais ativos da sociedade galega.

Referências

- Diario Oficial de Galicia* [DOG] (2014a) 'Resolución do 5 de Fevereiro de 2014, da Secretaría Xeral de Medios, pola que se establecen as bases reguladoras para a concesión das axudas económicas, en réxime de concorrència non competitiva, dirixidas a empresas que realicen publicacións periódicas escritas integramente en galego e se procede á súa convocatoria para o ano 2014'. *DOG*, 30 (13 de fevereiro de 2014), p. 5989.
- Diario Oficial de Galicia* [DOG] (2014b) 'LEI 1/2014, do 24 de marzo, para o aproveitamento da lingua portuguesa e vínculos coa lusofonia'. *DOG*, 69 (8 de abril de 2014), p. 15608
- Novas da Galiza* (2002). 'Princípios Fundacionais', *Novas da Galiza*, N.º1, (Fevereiro – Março), p. 2. Disponível em: Peres Gonçalves, Tiago (2014). *Breve História Do Reintegracionismo*. Através Editora. <http://novasgz.com/pdf/ngz1.pdf>
- Peruzzo M. Krohling , Cicília (2009). 'Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço'. *Revista Galáxia*, N.º 17 (Junho), pp. 131 – 146.
- Portal Galego da Língua (2015) 'O 'Atlas das Nações sem Estado da Europa' «pode ser para muitas pessoas a primeira leitura aprofundada em galego internacional»'. Portal Galego Da Língua (13 de maio 2015). Disponível em: <http://ppl.gal/atlas-das-nacoes-sem-estado-da-europa-pode-muitas-pessoas-primeira-leitura-aprofundada-galego-internacional/>
- Rosa, Salvador (2013). 'Sectores do PP filtráron as imagens de Feijóo e Dorado'. *Novas Da Galiza*, N.º 125 (Abril), pp. 1, 8 – 9. Disponível em: <http://novasgz.com/pdf/ngz125.pdf>
- Seco, Carlos (2012). 'Futebol gaélico: orgulho e história'. *Novas Da Galiza*, N.º 117 (Agosto), p. 24. Disponível em: <http://novasgz.com/pdf/ngz117.pdf>

RAUL RIOS RODRÍGUEZ

Nado na Corunha em 1990, é membro do Conselho de Redação do *Novas da Galiza* e responsável da sua secção de Economia. É licenciado em Jornalismo (USC) e mestre em Desenvolvimento Económico e Inovação (USC). Na atualidade desenvolve a sua tese de doutoramento na mesma universidade.

⁵ Neste sentido, é ilustrativo como o futebol gaélico, um desporto que apenas contava com uma equipa na Galiza, foi espalhando-se ao longo do país após a publicação no *Novas da Galiza* duma entrevista com Carlos Seco, o treinador dos Fillos de Breogán da Corunha. Ele próprio explicava meses depois como o *Novas* servira como canal de contacto entre os coletivos que organizaram o primeiro jogo internacional de Galiza (contra a Bretanha) neste desporto e que foi, aliás, o primeiro jogo onde uma seleção desportiva galega foi reconhecida oficialmente (Seco 2012).

⁶ Por exemplo, por citar um dos mais recentes, o que desvendava que a filtração das fotografias do presidente da Junta Alberto Núñez Feijóo com o narcotraficante Marcial Dorado procedera do próprio Partido Popular (Rosa 2013).

Disciplina é liberdade

Sobre a necessidade vital para
superar os regimes de servidão

Evandro Vieira Ouriques

Resumo

Os sistemas de transdução de sinais que permitem a estabilidade morfogênica dos organismos, portanto como tratados na semiótica de René Thom por exemplo, apontam alta incidência de semelhança biosemiótica com os processos, esses já inequívocos, da constituição fundacional do ser humano como ser de linguagem; e, por tanto, constituído pela experiência uterina e envaginada que define a nossa origem e destino como seres de solidariedade com a vida e com a morte, com os “semelhantes” (pois assim os “diferentes” se apresentam no exercício da empatia), a não ser que se queira insistir em uma inútil negação da comunicação como a teleologia humana, reificando então paradoxalmente, pois tratar-se-ia também de uma teleologia, o sofrimento ptolomaico do qual não se poderia escapar.

Palavras-chave

Teoria psicopolítica, efeitos de percepção, território mental.

Abstract

The systems for transducing signals, allowing the morphogenic stability of organisms, as dealt with in the semiophysics of René Thom for example, point to a high incidence of bio-semiotic similarity with the processes, which are unequivocal, of the foundational constitution of the human being as a subject of language; and therefore constituted by the uterine and invaginated experience that defines our origin and destiny as beings in sympathy with life and death, with the “fellow men” (thus the “different ones” appear in the exercise of empathy), unless we want to insist on a useless denial of communication with human teleology, thus paradoxically reifying, as it would also be a teleology, the ptolemaic suffering which we could not escape.

Key words

Psycho-political theory, perceptual effects, mental territory.

Dedicado a António Gil Hernández
*Nada disso é para sugerir, no entanto,
que a situação é desesperançosa.
Pelo contrário. Os tempos em que vivemos oferecem uma
tremenda oportunidade para expor as falhas da teoria
e até mesmo removê-las.
Eu estou dizendo simplesmente que se isso vai acontecer não
será por conta própria. Vai levar algum tempo e um grande
compromisso de esforço.
Mais uma razão para começar agora.*

Vivek Chibber, 2013

Introdução

Esta Introdução é a conversa entre um artigo anterior (Ouriques, 2016b) e a decisão do sociolinguista António Gil Hernández de publicá-lo neste *Boletim* de nossa amada ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA. A análise de que trato em tal artigo original, e que se seguirá a esta conversa, dá continuidade à demonstração que venho fazendo com a teoria psicopolítica de que a esfinge que desafia as teorias da teoria social e da filosofia, e portanto as metodologias usadas pelos movimentos de mudança, é a recusa de compreender que o processo civilizatório tem não apenas simultaneamente uma sociogênese e uma psicogênese, como deixou claro Norbert Elias, mas também uma biogênese.

Os sistemas de transdução de sinais que permitem a estabilidade morfo-gênica dos organismos, portanto como tratados na semiofísica de René Thom por exemplo, apontam alta incidência de semelhança biosemiótica com os processos, esses já inequívocos, da constituição fundacional do ser humano como ser de linguagem; e, por tanto, constituído pela experiência uterina e envaginada que define a nossa origem e destino como seres de solidariedade com a vida e com a morte, com os “semelhantes” (pois assim os “diferentes” se apresentam no exercício da empatia), a não ser que se queira insistir em uma inútil negação da comunicação como a teleologia humana, reificando então paradoxalmente, pois tratar-se-ia também de uma teleologia, o sofrimento ptolomaico do qual não se poderia escapar.

No entanto, é dado ao fato da comunicação estar na base de toda experiência, e assim na base de toda ciência e de toda arte, que o ser humano está sempre criando em rede figuras de felicidade que falam da experiência da escuta intra-uterina e pós-uterina da “voz da mãe” e seus indispensáveis conexos, como as vozes da “função-pai” e da “função-fraterna”. Vale dizer, da segurança e da proteção, exatamente os estados mentais que ignorados pelo perspectivismo ontológico são simulados no gozo perverso dos regimes de

servidão que se sincronizam no psiquismo e nas instituições, através das operações de efeitos de percepção.

É nesse sentido que analiso na Seção seguinte a expressão da sociedade do espetáculo que emergiu no Brasil na posse do presidente Michel Temer. Agora, reitero a necessidade de aprofundarmos a teoria psicopolítica em redes, como compartilhar o temos feito, conhecidas e compreendidas a um só tempo como:

1. transdisciplinares, portanto que sabem, afetam e são afetadas pelo fato de que a verdade (sim, a verdade, que abandonada pós-modernamente pelo referido perspectivismo ontológico alimentou a irracionalidade dos fundamentalismos, inclusive a dos rendimentos) é o referido sentido constituinte da comunicação para os humanos e para a vida. E que, assim, a verdade está “entre” as culturas;
2. e, desta maneira, também como redes transculturais, por saberem a lição não-dualista de que, por exemplo, o ofício da tradução se realiza justamente no encontrar o “semelhante”, na língua destinatária, do que para ela é o “diferente”; a língua que endereça: Portanto, a experiência gozosa da tradução é justamente encontrar o que é “comum” aos “diferentes”; o que prova a origem e o destino humanos do encontro: construir o encontro do que está entre, e que une, pelo conhecimento (cognitivo, afetivo, intuitivo) o que se pensava estar separado eternamente.

A revisão efetiva da relação entre o território mental (Ouriques, 2009c), uma vez que a dominação ocorre através das igualmente referidas operações de efeitos de percepção, e as teorias da teoria social e da filosofia é que permite superar a barbárie tragicamente caricatural a que chegamos neste século XXI, do qual já se gastou quase 20% com repetições do terrorismo dos sujeitos em rede contra eles mesmos, contra suas famílias, contra suas relações, contra suas instituições, articulados em suas instituições como o Estado contra os “inimigos internos e externos”, e contra sua condição de “modo da natureza”, reafirmando que para a violência ser superada precisaríamos de supostos “super-homens” e “super-mulheres.

Quando o fato é que é a capacidade de julgar que nos define como humanos. Resgatas esta capacidade demanda conhecer e compreender em rede o território mental e assim a arqueologia (e daí a centralidade da educação como conhecimento e, portanto como o que nos define como humanos) ontológica, epistemológica, teórica, metodológica e vivencial de cada um dos estados mentais que o constituem ao nele fluírem, de maneira a que estejamos conscientes (não no sentido metafísico mas operacional) da qualidade libertadora ou não de cada estado mental que aprendemos a legitimar como se fora “nosso”, ou seja, a possibilidade de sermos “livres”.

A barbárie com a qual estamos de alguma forma comprometidos, já por estarmos respirando o mesmo ar, que se apresenta como civilização, e que oferece como garantia de sua validade eterna o avanço tecnológico tantas vezes insustentável e excludente, e que sujeita criminalmente o produzido “outro” como “essencialmente mal”, o “inimigo interno”, como mapeado por Michel Misse e Carlos del Valle Rojas, re-apresenta praticamente as mesmas questões que no início do século XX acreditava-se poder eliminar através da aceitação da autoridade da moral.

É claro que muitas coisas mudaram e melhoraram. Mas as promessas feitas pelo melhor do pensamento humano, sintetizadas talvez talvez na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e na Carta da Terra, de 1987, não lograram atingir o que disseram garantir e o que garantiram em grande parte foi perdido nas décadas que se seguiram aquele ano de 1976. Ideais de comunicação com “outro” que permaneceram platonicamente desencarnados e hobbesianamente impossibilitados pela recusa teórica da compreensão de que a mente, como consciência incorporada, é que determina a ação e que portanto os afetos precisam do resgate de nossa capacidade de julgar a verdade deles.

Pensava-se mesmo naquele século que se iniciava, por exemplo na Europa, que havia uma lei moral e que era evidente a necessidade de obedecê-la. Como bem lembrou Jonathan Glover, em sua análise da história moral do século XX, para Kant apenas duas coisas preenchiam sua mente de admiração e veneração: o céu estrelado sobre sua cabeça e a lei moral dentro dele. No entanto o século que passou resultou no contrário do que tais teorias prometeram ser capazes de realizar, como disse, e mesmo as grandes conquistas do trabalho ou foram completamente perdidas ou estão sob uma qualidade de ataque diante da qual não se verifica capacidade sequer de resistência eficaz, quanto mais de superação.

Retornar ao lugar de responsabilizar *in totum* por esta situação um “outro”, vale dizer as “elites”, a “classe dominante”, o “Estado”, o “Governo”, os “fascistas”, enfim, um tipo de “eles”, com todo o respeito, já foi feito no passado e o que verificou-se empiricamente é que tais críticos ao assumirem o poder institucional repetiram o mesmo padrão de opressão. Como tratamos no 1º Seminário Internacional de Psicopolítica e Consciência, realizado no Rio de Janeiro em 2014 em um convênio entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade do Porto e a Universidad de La Frontera, Chile, resultante de mobilidade acadêmica conferida pelo Programa Erasmus Mundus em 2013, a questão é de fato conhecer e compreender, para assim gradativamente superar, o festival de crueldade reincidente que contradiz a solidariedade que nos constitui e constitui como seres de linguagem.

Há quem pense, desde os anos 70, como Terry Eagleton, Frederic Jameson, Eduardo Grüner, Jacques Rancière, Alain Badiou, Antonio Negri e Slavoj Žižek, em re-inventar o marxismo, que teria sido derrotado politicamente e não como projeto. O problema é que isso teria que envolver o trabalho inaugurado por Freud e aprofundado por Wilhelm Reich e tantos outros, sintetizados por exemplo nos trabalhos de Joel Birman, a respeito dos regimes de servidão. Liberar-se da opressão implica necessariamente em conhecer e compreender, de maneira incorporada, que os regimes de opressão oprimem tanto os oprimidos quanto os opressores. E que portanto os inimigos não são “eles”. Mas os estados mentais da servidão, que fazem sofrer a quem a todos que os sustentam pois contradizem a base comunicacional de toda experiência. É isso que dizem epistemes na diáspora, como algumas dos povos originários e, em especial, a do Yoga Integral, de Sri Aurobindo, e o budismo tibetano, este como ciência da mente.

É assim que trata-se de uma luta não contra modos de produção econômica. Mas contra modelos de produção mental, que determinam os modelos realisticamente percebidos como “materiais”. É necessário entender para isso a “mente” de maneira não-platônica. Portanto como consciência incorporada. É isso que ensinam, pois gerados por efeitos de percepção, daí golpes jurídico-mediáticos, os “golpes brandos” e nem por isso menos violentos. Como o que ocorreu no Brasil e o que movia os acontecimentos imediatamente posteriores a eleição do Donald Trump, com a CIA anunciando que a Rússia havia favorecido através de hackers a eleição norte-americana, quando escrevia esta Introdução. E que fez emergir um título diferenciado em relação ao artigo original: apenas a disciplina mental é capaz de gerar liberdade -“Disciplina é Liberdade”, como bem compuseram Dado Villa-Lobos, Renato Russo e Marcelo Bonfá- pois apenas este exercício garante evitar emergir de processos de subjugação subjugando outros.

Esta é a questão central que as esquerdas e os movimentos de libertação em geral precisa enfrentar, isso já desde a Revolução Francesa, seguida emblematicamente pelo Terror, ou Revolução Russa de 1917, produtora de Stalin e de Mao, ou os Governos da Coalização no Brasil, que alimentaram o golpe. O mesmo desafio e oportunidade que se apresentam, por exemplo, para os “espiritualistas”, os “naturistas”, os da “cultura distribuída” (Ouriques, 2012) e os da “democracia direta” e que precisa ser enfrentado, de maneira a que toda possibilidade de que “podemos” mudar o mundo deixe que reger-se pelo decepcionante “podíamos” (Caballero, 2015). Quando sabemos que a decepção é o estado mental que se quer obter de maneira central pelos efeitos de percepção. Para que sejam oferecidos às predisposições dos sujeitos simulacros de comunicação.

Por isso a aplicação da Teoria Psicopolítica à Economia Política é a Economia Psicopolítica (Ouriques e Veiga, 2008; Ouriques, 2014).

O conceito emancipação

Antes de prosseguir, é necessário esclarecer o que chamo de “qualificação emancipatória”. O conceito ‘emancipação’ é um dos muitos que, por terem sido apresentados por teorias e escolas filosóficas como sendo o que seria obtido ao usá-las – o que em geral não ocorreu –, acabaram contaminados por essa história.

Portanto, de que emancipação falamos? Trata-se aqui do processo psicopolítico no qual o sujeito, a rede, o movimento, a organização e a instituição libertam-se gradativa e cumulativamente, com o exercício da força da ‘vontade’ (no sentido usado, por exemplo, pelas forças militares norte-americanas¹ e pelas agências de inteligência), dos estados mentais (esses conjuntos de pensamentos e afetos; portanto, o fluxo de informações que é a ‘mente’, entendida aqui como incorporada, ou seja, desejo, corpo e razão) que caracterizam o ‘regime de servidão’ (Birman, 2006) e a ‘servidão voluntária’ (La Boétie, 1922), quando um sujeito transfere para outro o seu poder. Como a situação brasileira ao aceitar o governo Temer, o que examino aqui.

Choque e pavor

Quando alguém percebe estar assujeitado à determinada situação indesejada e não prevista pelos quadros cognitivos e afetivos que até então usava como fonte de referência para sua capacidade de julgar (esse encontro de afeto e razão que nos define), a saída dessa situação em que se foi colocado pela história é emancipar-se das informações equivocadas que geraram tal situação. Isso é difícil, sem dúvida. Mas muito mais fácil do que suportar o insuportável.

Emancipar-se, libertar-se, desassujeitar-se implica que o sujeito decida assumir, em rede, ou seja, na interlocução com os outros, a crítica contínua

¹ As operações psicológicas (PSYOP) são operações planejadas para transmitir informações e indicadores selecionados para audiências estrangeiras com o objetivo de influenciar as emoções, motivações, o raciocínio objetivo, e, em última instância, o comportamento de governos estrangeiros, organizações, grupos e indivíduos. PSYOP são caracteristicamente informações entregues para gerar efeitos, usadas durante tempos de paz e conflito, para informar e influenciar. PSYOP são uma parte vital da ampla gama de atividades diplomáticas, informacionais, militares e econômicas dos Estados Unidos. Quando adequadamente aplicada, as PSYOP podem salvar vidas de forças amigas e/ou adversárias reduzindo a vontade dos adversários de lutar. Ao baixar a moral do adversário e reduzir sua eficiência, PSYOP também podem desencorajar ações agressivas e criar a dissidência e o mal-estar dentro das fileiras do adversário, induzindo, em última análise, à rendição” (Joint Chiefs of Staff, 2003, p. ix, tradução e grifo do autor).

dos fundamentos ontológicos, epistemológicos, teóricos e vivenciais que determinam a qualidade emancipatória ou não do acervo de informações que compõem, de maneira *embedded & embodied*, o seu ‘território mental’ (Ouriques, 2009c). Pois é a tal acervo, a este “museu interno”, como tratei em outro lugar, que ele recorre – quase sempre de maneira inconsciente – para exercer a sua capacidade de julgar, o que nos funda como humanos.

Este é, assim, o desafio e a oportunidade de construir uma interlocução com o próprio acervo “interno”, o que determina e sustenta, através da continuidade dessa prática, a qualidade da inovação na conversa com os “públicos externos”.

Ao analisar em profundidade o trabalho de Jerome Bruner, Curto (2005) lembra que:

[...] tudo parece indicar, do ponto de vista psíquico, que somos mais propensos a nos comportar mais como teimosos “ontólogos” do que como ‘epistemólogos críticos’, isto é, que costumamos assumir nossas ‘realidades’ [...] como se fossem as únicas certas e possíveis e negamos as dos “outros” por considerá-las no mínimo “suspeitas”. Portanto, alcançar o entendimento mútuo e avançar na direção da construção comum de projetos socioculturais que sejam capazes de dar sentido a um futuro hoje incerto é uma tarefa que está, sem dúvida, minada de não poucos obstáculos a superar. É preciso mais do que apenas a perseverança na igualdade e tolerância, requer, acima de tudo, um exercício constante de autocrítica cultural. (CURTO, 2005, p. 422-423, tradução do autor)²

Nesse sentido, minha análise aqui parte do fato de que, no blog Vio-mundo, Ernesto de Carvalho sublinhou que o “[...] número de medidas absurdas tomadas de imediato pelo governo [...]” interino de Michel Temer,³

² [...] *todo parece indicar, desde el punto de vista psíquico, somos más propensos a comportarnos como porfiados ‘ontólogos’ que como ‘críticos epistemólogos’, es decir, que solemos tomar nuestras ‘realidades’ [...] como si fueran las únicas ciertas y posibles, y negamos [...] las de los ‘otros’, por considerar-las punto menos que ficticias y sospechosas. Por tanto, lograr la comprensión mutua y avanzar hacia la construcción común de proyectos socioculturales, que sean realmente capaces de dar sentido a un futuro hoy incierto, es una tarea que sin duda está minada de no pocos obstáculos a superar. Se necesita algo más que la perseverancia en la igualdad y la tolerancia, se requiere sobre todo de un constante ejercicio de autocrítica cultural.* (Curto, 2005, p. 422-423)

³ Na íntegra da delação premiada do ex-presidente da Transpetro José Sérgio de Oliveira Machado, ele afirma “que no cargo de direção administrava com duas diretrizes: extrair o máximo possível de eficiência das empresas contratadas pela estatal, tanto em qualidade quanto em preço, e extrair o máximo possível de recursos ilícitos para repassar aos políticos que o garantiam no cargo”. “Machado afirmou [...] que o então vice-presidente da República Michel Temer pediu a ele que obtivesse doações oficiais para Gabriel Chalista, então candidato a prefeito de São Paulo. Depois, em outra conversa, Temer teria ajustado com Machado que este solicitasse recursos ilícitos das empresas que tinham contratos com a Transpetro na forma de doação oficial para a campanha de

que classifica de “golpista” e que também visa à obstrução da Operação Lava Jato,⁴ é outra aplicação de uma doutrina de guerra, a ‘choque e pavor’, “[...] muito explicitada e comentada na época da invasão americana do Iraque em 2003 [...]” (Carvalho, 2016, *on-line*).

Olhe ao seu redor. O que mais se escuta “é absurdo demais o que está acontecendo”, “meu deus eu não consigo nem mexer direito, é tanta destruição”, “como podem tão rápido terem feito tantos absurdos?”, e gente perguntando quando é a próxima manifestação, sem obter resposta. Pois eles sabem exatamente o que estão fazendo. Estão em guerra contra uma boa parte da população. A resposta adequada é não se surpreender (já escrevi sobre isso antes, a importância de não se surpreender) e manter o foco, não desesperar. O objetivo do golpe agora é deixar as pessoas paralisadas durante este período de impeachment para justamente evitar ao máximo as manifestações. Os golpistas planejaram isso por meses, se não anos, por isso o ar de confiança que sempre exibiram. Colocaram todas as peças no tabuleiro: chocar a população mais à esquerda diante de uma verdadeira hecatombe institucional, blindar os resultados desastrosos do processo com uma mídia completamente e explicitamente investida no golpe [...] e abertamente posicionar os mecanismos de repressão mais eficazes e truculentos para conter qualquer resposta organizada (Carvalho, 2016, *on-line*).

Concebida ante a “[...] modificação radical da situação geopolítica, o avanço da tecnologia e as restrições orçamentárias [...]” (Ullman e Wade, 1996, p. v, tradução do autor⁵) – restrições orçamentárias destinadas à reconcentração de renda, como veremos adiante – a *Shock & Awe: achieving rapid dominance* foi apresentada no livro com esse título em 1996, de autoria de Harlan K. Ullman, do Center for Strategic and International Studies (CSIS),⁶ e James P. Wade, presidente do Defense Group Inc.,⁷ por

Chalita. O valor acertado ficou em R\$ 1,5 milhão, doação feita pela empreiteira Queiroz Galvão” (disponível em: <http://jota.uol.com.br/leia-integra-da-delacao-premiada-de-sergio-machado>).

⁴ Lê-se no termo de colaboração (delação premiada) 10 do referido José Sérgio de Oliveira Machado, ex-presidente da Transpetro, “relativo à obstrução da Operação Lava Jato” (fl. 4), tornado público pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavaski: “Esse termo conjugado com as conversas gravadas mantidas com o colaborador nos dias 23 e 24 de fevereiro e 10 e 11 de março com os senadores Renan Calheiros e Romero Jucá e com o ex-presidente José Sarney, mostra com nitidez que está em execução um plano, com aspectos táticos e estratégicos, para, no plano judicial, articular atuação com viés político junto ao Supremo Tribunal Federal em aspecto específico da Operação Lava Jato e, no plano legislativo, retirar do sistema da justiça criminal os instrumentos que estão na base do êxito do complexo investigatório. Os efeitos desse estratagema estão programados para serem implementados com a assunção da Presidência da República pelo vice-presidente Michel Temer e deverão ser sentidos em breve, caso o Pode[r] Judiciário não intervenha” (disponível em: http://publicador.jota.info/wp-content/uploads/2016/06/peca_3_Pet_6138.pdf).

⁵ “[...] radically altered geopolitical situation, an evolving information-oriented society, advancing technology, and budgetary constraints [...]” (Ullman e Wade, 1996, p. v).

⁶ Online <https://www.csis.org/>

⁷ Online <https://defensegroupinc.com/>

encomenda da The National Defense University – Institute for National Strategic Studies dos Estados Unidos.

Essa doutrina faz parte das estratégias de *perceptual effects* que tenho investigado, uma vez que o regime de servidão é instaurado através de operações psicológicas com fins políticos, portanto de atos de enunciação multidimensionais, imersivos de maneira quase total ou absoluta (como no *branding*, quando as marcas são ‘habitação’), que são articulados e operados, de maneira transdisciplinar e convergente, por especialistas nos campos da informação e comunicação movidos pela vontade de eliminar aquele que consideram “inimigo”.

[...] as tecnologias de informação utilizadas pelas [...] agências de inteligência são de tal complexidade, importância e despesas que são referidas como “bens nacionais” e desenvolvidas e geridas por organizações grandes e específicas. Mesmo neste campo, as empresas comerciais estão rapidamente invadindo o que antes parecia ser uma posição de mercado incontestável em sistemas de observação da Terra (Ullman e Wade, 1996, p. 68, tradução do autor).⁸

Tais especialistas dedicam-se, portanto, a esta ação de “[...] comunicação de verdade com a natureza externa do mundo e com a natureza interna dos homens [que] é conduzida e concebida de maneira exclusivamente pragmática [...]” (Poulain, 1991, p. 3, tradução do autor).⁹ Efetivada, portanto, por “autista[s] pragmático[s]”, teoria e prática criticadas em profundidade por Jacques Poulain desde os anos 1990 por enunciar atos de fala sem que tenham referência alguma à sua verdade. E que, por serem assim mera instrumentalização, persuasão, sedução, levam “[...] à morte total do estímulo, a ataraxia e apatia afetivas [...]” (Poulain, 1991, p. 33, tradução do autor).¹⁰

Por isso, a doutrina de *shock & awe*, destinada à referida rapid dominance, é “[...] paralisar, chocar, enervar, negar, destruir [...]” (Ullman e Wade, 1996, p. xxix, tradução do autor).¹¹ E ela se anuncia como uma nova etapa da teoria da gestão, pois anuncia que supera o “modelo fordista”:

Conseguir choque e pavor é central para a dominação rápida e, portanto, deve servir como o princípio fundamental de organização para qualquer exame rigoroso e exploração de sistemas de conceitos e tecnologias que a

⁸ [...] *the information technologies used by [...] intelligence agencies are of such complexity, importance, and expense that they are referred to as “national assets” and are developed and managed by large, dedicated organizations. Even here, commercial companies are rapidly encroaching on what once seemed to be an unassailable market position in Earth observation systems.* (Ullman e Wade, 1996, p. 68)

⁹ [...] *communication de vérité avec la nature externe du monde et avec la nature interne des hommes [que] est menée et conçue de façon exclusivement pragmatique [...]* (Poulain, 1991, p. 3).

¹⁰ [...] *la mort totale du stimulus, à l'ataraxie et à la apathie affectives [...]* (Poulain, 1991, p. 33)

¹¹ [...] *paralyze, shock, unnerve, deny, destroy [...]* (Ullman e Wade, 1996, p. xxix).

querem. Compreender a interação entre tecnologia e doutrina não é somente, ou apenas simplesmente, uma questão de estabelecer requisitos operacionais e, em seguida, obtê-los de maneira direta através da invenção e do design. É um processo complexo e interativo de experimentação e descoberta no qual o intelecto, o trabalho duro, a perseverança e a inovação devem impulsionar o uso da tecnologia. Mais do que fazer mudanças, de qualquer maneira significativas, para modificar capacidades atuais ou construir novas, e similares, a dominação rápida busca identificar sistemas de campo projetados especificamente para produzir choque e pavor – sistemas que podem quebrar o padrão mais do que o modelo Ford T o fez há anos (Ullman e Wade, 1996, p. 65-66, tradução do autor).¹²

Emanipação psicopolítica

É nesse sentido que sustento a psicopolítica da teoria social e da filosofia (Ouriques, 2001, 2008, 2009a, 2009b, 2009c, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d, 2013, 2014, 2015, 2016a, 2016b), nelas incluída, claro, a teoria da comunicação e da cultura e a teoria da gestão, pois sabemos que a dinâmica da informação e comunicação está na base de toda experiência. Como insisto em lembrar, pois bem mostra D’Amaral (1995):

[...] há comunicação, isto sim, no núcleo mesmo da estruturação da ciência, vista numa perspectiva transdisciplinar – que não é uma aventura do espírito, mas uma radical exigência da crise. O modelo do trabalho transdisciplinar é um modelo-comunicação. [...] cada ciência particular, como parte modernamente reprodutora do paradigma Ciência, se organiza a partir de uma questão-comunicação: um tema, um problema, uma estratégia, um método – que faz presente a multiplicidade complexa do real, ainda que sob a forma redutora própria da especialidade. Seria possível indicá-lo com alguns exemplos: a verdade como questão-comunicação da filosofia; a informação e o código genético como questão-comunicação da biologia; a cultura como questão-comunicação da antropologia; a relação social como a questão-comunicação da sociologia; a troca como questão-comunicação da economia (D’Amaral, 1995, p. 92).

Portanto, a via de emancipação é necessariamente psicopolítica.

¹² *Achieving Shock and Awe is central to Rapid Dominance, and therefore must serve as the key organizing principle for any rigorous examination and exploitation of system concepts and technologies for Rapid Dominance. Understanding the interplay between technology and doctrine is not only or simply a straightforward matter of establishing operational requirements and then seeking to attain them through invention and design. It is a complex and interactive process of experimentation and discovery wherein intellect, hard work, endurance, and innovation must drive the use of technology. Rather than make changes, however significant, to modify current capabilities or build newer, similar ones, Rapid Dominance seeks to identify and field systems specifically designed to achieve Shock and Awe -systems that may break the mold much as the Model T Ford once did years ago.* (Ullman e Wade, 1996, p. 65-66)

A revisão em especial da bibliografia de órgãos que concebem e operam a *shock & awe*, quanto de especialistas e consultores articulados na iniciativa, como venho fazendo nos anos mais recentes, sabe-se que ela pertence à quarta geração da ciência da guerra, a conhecida guerra psicológica, sob a sigla PSYOP, no quadro geral dos estudos de percepção.

Portanto, a via de emancipação é construída por operações de resiliência efetivadas de maneira congruente com esse ambiente, quando:

Vivemos em uma época de monstros e de pânico que eles excitam no corpo. A crise econômica global que quebrou o mundo todo em 2008-9 certamente foi marca incisiva dessa provocação, com a revista *Time* declarando o zumbi como ‘o monstro oficial da recessão’, ao mesmo tempo que [o livro] *Pride and Prejudice and Zombies* disparou nas listas de best-sellers e uma lista, aparentemente interminável, de filmes de vampiro – e zumbis – e outros romances inundaram o mercado. Como os bancos entraram em colapso e as corporações globais cambalearam, e milhões foram demitidos de seus trabalhos, os especialistas passaram a falar de ‘bancos zumbis’, ‘economia zumbi’, ‘capitalismo zumbi’ e mesmo uma nova ‘política zumbi’, na qual os ricos devoraram os pobres. Mas enquanto os zumbis tomaram o centro do palco, os vampiros também fizeram a sua marca, por assim dizer, em particular na declaração amplamente citada de um jornalista americano de que Goldman Sachs, o mais poderoso banco de investimentos dos Estados Unidos, se assemelhava a ‘um grande calamar-vampiro grudado no rosto da humanidade, a atolar implacavelmente seu aspirador de sangue em qualquer coisa que cheira a dinheiro’. Tendo colonizado grande parte da cultura de massa, os monstros também se infiltraram no discurso de líderes mundiais. ‘Sabemos muito bem contra quem estamos, monstros reais’, declarou o presidente do Equador no final de 2008 em um ataque veemente aos bancos internacionais e aos bondholders que detêm a dívida do seu país. Apenas alguns dias antes, o presidente da Alemanha disse a jornalistas que ‘os mercados financeiros globais são um monstro que deve ser domesticado’. Tão convincente quanto tais declarações é o risco de banalizar o que é verdadeiramente monstruoso nas estruturas existenciais da vida moderna. [...] em outras palavras, as formas nas quais a monstruosidade torna-se normalizada e naturalizada através da colonização do tecido essencial da vida cotidiana, começando com a própria textura da experiência corporal no mundo moderno (McNally, 2011, p. 1-2, tradução do autor).¹³

¹³ *We live in an age of monsters and of the body-panics they excite. The global economic crisis that broke over the world in 2008-9 certainly gave an exclamation – mark to this claim, with Time magazine declaring the zombie ‘the oficial monster of the recession’, while Pride and Prejudice and Zombies rocketed up bestseller-lists, and seemingly endless numbers of vampire – and zombie – films and novels flooded the market. As banks collapsed and global corporations wobbled, and millions were thrown out of work, pundits talked of ‘zombie banks’, ‘zombie economics’, ‘zombie capitalism’, even a new ‘zombie politics’ in which the rich devoured the poor. But while zombies took centre-stage, vampires too made their mark, so to speak, particularly in one American journalist’s widely-cited declaration that Goldman Sachs, America’s most powerful*

Os especialistas em gestão nos campos da informação e comunicação têm, então, a opção de continuar a contribuir para a concentração de renda, tomando decisões com base em seu referido acervo documental interno (macro-orientado pelo padrão aristocrático insustentável – pois não existem recursos naturais para produzi-los para todos – que sobreviveu à Revolução Francesa graças ao território mental da burguesia), ou, indignados com a irracionalidade social e ambiental (Godbout, 1999) de tal argumento, verificar com sinceridade (Ouriques, 2010) o que é necessário para que as teorias e metodologias de gestão sejam capazes de reverter tal tendência, cristalinamente identificável, por exemplo, quando examinamos os relatórios de 2010 a 2015 do *Crédit Suisse*:

Quando somamos o 0,5% da população adulta mundial que ganhou em 2010 mais de \$ 1 milhão e concentrou 35,6% da riqueza mundial aos 7,5% (upper-middle-class people) dos quais o 0,5% depende para realizar a concentração-exclusão (e que por isso ganharam entre \$ 100 mil e \$ 1 milhão e concentraram 43,7% da riqueza mundial), encontramos o total de 8% da população que controlou 79,5% da riqueza mundial. E quando somamos os 23,6% que, ao ganharem entre apenas \$ 10 mil anuais (cerca de 833 dólares/mês) e \$ 100 mil (uma vez que destes dependem, pelas mesmas razões e propósitos, os anteriormente citados 0,5% e 7,5%) e que concentraram 43,7% da riqueza mundial, temos o ‘coletivo’ formado por 31,6% da população adulta mundial que controlou, naquele ano, 95,8% da riqueza mundial. Tais 31,6% formaram um ‘coletivo’ de indivíduos, portanto uma ‘rede social’ formada por todos aqueles que ganharam mais de 833 dólares/mês – no caso, “a” rede social das redes sociais, pois hegemônica (e a qual me dedico a estudar para que redes com outros objetivos, inclusive acadêmicas, possam funcionar) – em pleno exercício da “capacidade coletiva de realização” que gostaríamos que os movimentos de mudança, inclusive organizacional, tivessem. Agora, se compararmos 2010 com 2015, veremos em síntese que tal ‘coletivo’ tornou-se ainda mais eficaz, pois o topo passou de 0,5% para 0,7% da população, expandindo-se e concentrando não mais “apenas” 35,6% da riqueza, mas sim 45,2%, ao passo que a upper-middle-class – em 2010, formada, como vimos, por 7,5% da população – diminuiu para 7,4% e concentrou não

investment bank, resembled ‘a great vampire squid wrapped around the face of humanity, relentlessly jamming its blood funnel into anything that smells like money’. Having colonised much of massculture, monsters also infiltrated the discourse of world-leaders. ‘We know very well who we are up against, real monsters’, proclaimed the president of Ecuador in late 2008 in a stinging attack on the international drasticabanks and bondholders who hold his country’s debt. Only a few days earlier, Germany’s president told interviewers that ‘global financial markets are a monster that must be tamed’. Compelling as such proclamations are they also risk trivialising what is genuinely monstrous about the existential structures of modern life. [...] in other words, the ways in which monstrosity becomes normalised and naturalised via its colonisation of the essential fabric of everyday-life, beginning with the very texture of corporeal experience in the modern world. (McNally, 2011, p. 1-2).

mais 43,7% da riqueza, confirmando, portanto, a eficácia de sua dedicação ao estamento superior (e ao qual pretendem chegar...), mas 39,4%; enquanto o terceiro segmento, que começa pelos que ganham a partir dos referidos 833 dólares/mês igualmente encolheu, apesar da dedicação, neste caso de 23,6% para 21% da população. Porém, reduzindo drasticamente sua capacidade de concentração, que caiu praticamente pela metade: de 43,7% para 12,5% da riqueza mundial (Ouriques, 2015, p. 41-42).

Portanto, se, em 2010, esse ‘coletivo’ de 31,6% da população adulta controlou 95,8% da riqueza mundial, em 2015, tal ‘coletivo’, reduzido de maneira gerencialmente “eficaz” a 29,1% da população, concentrou ainda mais riqueza: 97% da riqueza mundial, restando para 71% da população apenas 3% da riqueza global.

Isso só foi e é possível pela qualidade dos estados mentais que circulam no território mental, este, repito, acervo de informações que se usa como fonte de referência para a capacidade de julgar, desde a mais “íntima” do cotidiano até a mais “pública” atitude. É como um bibliotecário que desconhece o acervo com o qual trabalha e que, assim, não pode dar as respostas congruentes com seus interlocutores e ambiente.

Nesta constelação histórica de industrialização, Iluminismo, cultura protestante de prestar contas, qualificação e competência profissional, economia baseada em crédito, formaram-se as mentalidades e as identidades que marcam profundamente nossa percepção de nós mesmos e do mundo, nossos padrões de interpretação e os objetivos de vida. Ao introjetarmos aquilo que podemos e deveríamos ser, naturalmente, não apenas nos libertamos de obrigações externas, mas nos são impostos novos fardos e novas necessidades de orientação até então desconhecidos: categorias como responsabilidade própria, disciplina e vontade tornam-se significativas para o indivíduo em formação a partir do momento em que ele não apenas pode como também deve “tornar-se alguém” na vida. Assim como o trabalhador está livre para vender sua força de trabalho – para além das coerções feudalistas – onde é mais vantajoso, como diz Marx. Ele também está livre para “se vender no mercado”, ou seja, foi libertado das seguranças de orientação e de abastecimento da existência não livre. Nessa perspectiva, o processo histórico da individualização significa que o indivíduo não se constitui mais através da posição social que ocupa ou do fato de ser membro de um agregado social, e sim através de um programa de vida autônomo (Welzer, 2012, p. 16).

Essa é a base do sinistro “sucesso” das teorias hegemônicas de gestão que orientam a referida e mais eficaz rede social do planeta. Pois abduzida em autorizar como fonte de referência para seu ato de julgamento a articulação entre o axioma hobbesiano (a crença de que o mundo seria uma guerra de todos contra todos, o que nega o princípio da autonomia e da criatividade que fundou o Ocidente e, por definição, as próprias definições de informação

e comunicação) e a vontade de gerar a *accumulation by despossession* a qual se refere David Harvey. E que resulta em um círculo perverso de pobreza para o qual contribuem, de maneira consciente ou não e mais ou menos profunda, todos aqueles que ganharam, como dito, mais de 833 dólares/mês em 2015:

A evidência indica que a pobreza causa estresse e estados afetivos negativos que, por sua vez, podem levar à percepção deficiente e à aversão ao risco na tomada de decisão, possivelmente limitando a atenção e favorecendo comportamentos habituais em detrimento de comportamentos goal-directed. Juntas, essas atitudes podem constituir um ciclo de feedback que contribui para a perpetuação da pobreza (Haushofer e Fehr, 2014, p. 826, tradução do autor).¹⁴

É essa a mentalidade que venceu no Brasil após o segundo turno das eleições presidenciais de 2014 e, em especial, com a referida posse do governo Temer, que assumiu em nome do fim da corrupção, mas que, comprovadamente, está sistematicamente envolvido com ela e a serviço da implantação, no Brasil, da barbárie neoliberal dentro do retorno à geopolítica de interesse do Império.

Como confirma *The Wall Street Journal*, “[...] o sr. Temer foi diretamente implicado na bem-sucedida investigação de corrupção conhecida como Operação Lava Jato, que tem enredado dezenas de figuras empresariais e políticas de alto perfil, incluindo membros líderes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do sr. Temer, ou PMDB” (*The Wall Street Journal, on-line*, tradução do autor).¹⁵ Por sua parte, o insuspeito *New York Times* dedicou ao Brasil de Temer, com menos de um mês de governo, a *Brazil’s Gold Medal for Corruption*.¹⁶ E a BBC mostra como a imprensa brasileira distorce as informações sobre a realidade:

Muitos grupos midiáticos estão se concentrando na escalada de acusações feitas pelo delator Sergio Machado e não no próprio presidente Temer. A manchete do G1 (Globo), de tendência de direita, lê a situação da seguinte maneira: “Sergio Machado diz ter dado propinas a mais de 20 políticos”. O nome do sr. Temer não é mencionado até o quinto parágrafo. O jornal de

¹⁴ *The evidence indicates that poverty causes stress and negative affective states which in turn may lead to short-sighted and risk-averse decision-making, possibly by limiting attention and favoring habitual behaviors at the expense of goal-directed ones. Together, these relationships may constitute a feedback loop that contributes to the perpetuation of poverty.* (Haushofer e Fehr, 2014, p. 826).

¹⁵ *Mr. Temer has been directly implicated in the blockbuster corruption investigation known as Operation Car Wash, which has ensnared dozens of high-profile business and political figures, including leading members of Mr. Temer’s Brazilian Democratic Movement Party, or PMDB.* (*The Wall Street Journal, on-line*).

¹⁶ Editorial do *New York Times* de 6 de junho de 2016. Disponível em: http://www.nytimes.com/2016/06/06/opinion/brazils-gold-medal-for-corruption.html?_r=0.

centro-direita Correio Braziliense destaca o fato de que oito partidos políticos estão implicados, mas que o partido PMDB do sr. Temer “lidera o *ranking* de suborno”. O portal de notícias de centro-esquerda *Carta Capital* é um dos poucos veículos que se concentra no alegado envolvimento do presidente interino. Ele cita a afirmação de J. Machado de que o sr. Temer estava ciente de que as contribuições de campanha eram “ilícitas”. [...] Ele [Sérgio Machado] disse que, naquela ocasião, deixou claro para o sr. Temer que os recursos solicitados viriam de “recursos ilícitos”. [...] O sr. Temer assumiu o cargo há um mês, depois que seu partido desempenhou um papel de liderança no afastamento da presidente Dilma Rousseff para enfrentar um processo de impeachment. Desde então, perdeu dois ministros por suposta corrupção encoberta no escândalo da Petrobras (BBC BRASIL, *on-line*, tradução do autor).¹⁷

Qual o papel, então, dos profissionais de informação e comunicação para ajudar a alterar esse estado? Trata-se, portanto, da responsabilidade cidadã e acadêmica em relação a uma outra teoria da gestão (Ouriques, 2009b, 2011a, 2012b, 2015), estabelecida a partir de outro fundamento ontológico e epistemológico (Ouriques, 2011b) capaz de eliminar teórica, metodológica e vivencialmente o que está enraizado na ‘mente’ (este ‘órgão biocultural’, ‘consciência incorporada’, como constata parte robusta das neurociências) e que faz com que as intenções de boa vontade acabem com frequência – como é o caso emblemático e trágico, reitero, do Brasil de Temer – produzindo o contrário do que anunciam ser capazes.

O fato é que os mundos vividos (*Lebenswelten*) são, claro, intensamente influenciados pelas infraestruturas materiais e institucionais, mas em primeiro lugar são determinados pelas infraestruturas mentais (epistemológicas, teóricas, metodológicas e vivenciais; portanto, informacionais). Sobretudo desde a referida pragmática no final do século XIX, que é articulada com a teoria da comunicação e suas relações com a publicidade, o marketing (inclusive aquele que originou a atual “comunicação política”) e as relações públicas (que muitos creditam a Edward Bernays, sobrinho de Sigmund

¹⁷ *Many outlets are focusing on the scale of accusations by whistleblower Sergio Machado, and not on President Temer himself. The headline of right-leaning news outlet G1 (Globo) reads: ‘Sergio Machado says he handed over bribes to more than 20 politicians.’ Mr Temer’s name is not mentioned until the fifth paragraph. Centre-right daily Correio Braziliense highlights the fact that eight political parties are implicated, but that Mr Temer’s PMDB party ‘leads the ranking in bribery’. Centre-left news portal Carta Capital is one of the few outlets to focus on the interim president’s alleged involvement. They quote Mr Machado’s claim that Mr Temer was aware that campaign contributions were ‘illicit’. [...] He [Sergio Machado] said that at the time he had made it clear to Mr Temer that the funds requested would come from ‘illicit resources’. [...] Mr Temer took office a month ago after his party played a leading part in getting President Dilma Rousseff suspended to face an impeachment trial. Since then he has lost two cabinet members over an alleged corruption cover-up related to the Petrobras scandal. (BBC BRASIL, on-line. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-36545331>)*

Freud, ter sido o criador, nos EUA) da primeira metade do século passado, quando os movimentos conservadores exponenciaram o entendimento que já tinham de que o regime de servidão é instaurado através de operações psicológicas com fins políticos, amplo processo que acaba sendo consolidado pela quarta geração da ciência da guerra, a partir da guerra da Argélia, a guerra psicológica (Ouriques, 2015, p. 43).

Em 2012, a Fundação Heinrich Böll, através de Barbara Unmüßig e Tilman Santarius, reconheceu que:

[...] há que integrar outro nível, mais profundo, de autorreflexão [OURIQUES, 2014], para que a grande transformação tenha êxito. Temos que ser capazes de compreender os mecanismos e os princípios em que se baseiam os nossos ideais e desejos, nossas fantasias e percepções de satisfação (Welzer, 2012, p. 8).

Ao contrário do que se pensa, o fato é que apenas na presença de predisposições à manipulação é que a manipulação prospera (Serpa, 2013; Bernays, 2010 [1947]; Ouriques, 2015). Tudo depende, portanto, de que o sujeito supere suas predisposições.

O quadro de predisposições se organiza, sob minha perspectiva, em predisposições sistêmicas e conjunturais. As sistêmicas são os estados mentais destrutivos característicos do referido ‘axioma hobbesiano’ cristalizado em 1651 e que está fundamentado na incorporação, após Platão, das características dos deuses politeístas ao desejo e ao corpo como inimigos da razão, o que fez com que quase todos acreditem que as emoções são constituídas pela irracionalidade e que a racionalidade é constituída pela insensibilidade: daí a irracionalidade que atravessa novamente o mundo.

Dentre as predisposições conjunturais, no caso brasileiro, por exemplo, temos o fato de termos sido formados e criados na mentalidade do exercício do saque generalizado e não na mentalidade da criação de um país, o que gerou um sentimento profundo de “culpa” que precisa ser exorcizado periodicamente, como foi feito ao lançar às chamas inquisitoriais a presidenta Dilma Rousseff. A qual, apesar de minhas profundas divergências em relação a sua maneira de se conduzir e de conduzir o país (Ouriques e Silva, 2010a; Ouriques, 2012a), foi constitucionalmente eleita e não teve nenhum crime de responsabilidade provado. Por outro lado, o brasileiro tem um profundo sentimento de menos-valia, organizando-se a partir da fala do outro europeu e norte-americano, desde que identificado com a mentalidade insustentável, como dito, do “crescimento ilimitado”.

Entre as principais predisposições sistêmicas estão, por exemplo:

1. a ‘ignorância’ (de que a vida é informação, comunicação, troca; auto-poiética, amorosa, esse estado que procuramos recompor com os nomes de direito à Informação, comunicação e psicopolítica 73 comunicação,

- solidariedade, justiça social, equidade econômica, segurança ambiental, direitos humanos, direitos da Terra etc.);
2. o ‘ódio’ (resultante da recusa da amorosidade da vida como descrita sumariamente acima, que constitui, inclusive, a mônada do aparelho psíquico);
 3. a ‘ganância’ (com a qual o indivíduo interpõe “objetos” entre ele e a “lacuna sinistra” que se abre por sua recusa à vida, com seu ciclo em fluxo contínuo de aparecimento e desaparecimento).

Se, na era pré-moderna, a vida era em larga medida um caminho de tempo sem grandes variações que antecedia a morte, depois da qual pelo menos existia a perspectiva positiva de uma felicidade no além, com a liberdade da configuração da própria vida veio a obrigatoriedade de ter que “deixar uma obra de vida na Terra”. Com isso surge uma demanda permanente por orientação e autoconfiança. A necessidade – real e percebida – de “absorver dentro de si o máximo possível do mundo”, como disse Wilhelm Von Humboldt, produz uma crescente pressão de “economicizar” a nós mesmos e nossas vidas. Isso também pode ser feito de forma mais ou menos bem-sucedida. Essa tal condução de vida exige controle, medida e observação. Em resumo: um alto grau de autocorção, de coerção interna (Welzer, 2012, p. 16).

Ora, se tal coerção tem servido à incapacidade de se ter um país que possa resgatar o caminho de seu amadurecimento pela via constitucional, esse treinamento é o que usamos na psicopolítica para superar em rede o “inimigo interno” (Nandy, 2011) que surge diante de nós como esfinge a ser decifrada. O fascismo que se vê “externamente”, na escala dos macropoderes, foi e é sustentado pelo fascismo cotidiano, na escala dos micropoderes. Walter Benjamin, como se sabe, afirmou, faz tempo, que cada ascensão do fascismo é testemunha do fracasso de uma revolução.¹⁸

A urgência da perspectiva psicopolítica para a informação e a comunicação é assim inequívoca quando sabemos que a doutrina do ‘choque & pavor’ tem apenas quatro princípios estratégicos, sendo o primeiro, justamente, construir e sustentar “[...] quase total ou absoluto conhecimento e compreensão do self, do adversário e do meio ambiente [...]” (Ullman e Wade, 1996, p. xii, tradução do autor)¹⁹ para eliminar a “vontade” dele (Joint Chiefs of Staff, 2003, p. ix).

É por isso que a via de emancipação é psicopolítica. Tratamos, com a vontade, do conhecimento e compreensão quase totais e absolutos do self, do (em nosso caso) interlocutor e do ambiente.

¹⁸ Lembrado por Zizek (2015).

¹⁹ [...] *near total or absolute knowledge and understanding of self, adversary, and environment* [...] (Ullman e Wade, 1996, p. xii)

Referências

- BERNAYS, E. L. The engineering of consent. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, EUA, v. 250, n. 1, p. 113-120, 2010.
- BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 418p.
- CABALLERO, Francisco Sierra. *Podíamos*. 2015.
<http://www.franciscosieracaballero.com/comunicacion-podemos-y-el-capital/>
- CARVALHO, Ernesto de. O golpe e a doutrina do choque. *Viomundo*, 2016. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/temer-adtou-o-choque-e-espanto.html>. Acesso em: 16 maio 2016.
- CHIBBER, V. *Postcolonial theory and the specter of capital*. Londres: Verso, 2013. 320p.
- CURTO, Josep Maria Domingo. La cultura en el laberinto de la mente: aproximación filosófica a la “psicología cultural” de Jerome Bruner. Argentina: Miño y Dávila, 2005. 448p.
- D'AMARAL, Márcio Tavares de. O homem sem fundamentos: sobre linguagem, sujeito e tempo. Rio de Janeiro: UFRJ: Tempo Brasileiro, 1995. 95p.
- DEL VALLE, Carlos. Prensa y movimientos de trabajadores: continuidades y cambios en la subversión contra oligarquías y dictaduras. In: MARRONES, Javiera Olivares; ORTIZ, Patricio Segura (Orgs.). *Voces del periodismo: reflexiones sobre un quehacer en permanente construcción*. Santiago: Los Ediciones, 2016.
- GLOVER, Jonathan (2013). *Humanidad e inhumanidad: una historia moral del siglo XX*. Cátedra: España.
- GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- HAUSHOFER, Johannes; FEHR, Ernst. On the psychology of poverty. *Science*, v. 344, n. 6.186, 2014.
- JOINT CHIEFS OF STAFF. *Doctrine for joint psychological operations*. Washington: US Government Printing Office, 2003.
- LA BOÉTIE. Le discours de la servitude volontaire suivi de Mémoire touchant l'Édit de Janvier 1562 [inédit] et d'une Lettre de M. Le Conseiller de Montaigne. Paris: Editions Bossard, 1922.
- MCNALLY, David. *Monsters of the market: zombies, vampires and global capitalism*. Boston: Haymarket Books, 2011.
- NANDY, Ashis. *The intimate enemy: loss and recovery of Self under colonialism*. Nova Deli: Oxford India Paperbacks, 2011.
- OURIQUES, Evandro Vieira. *Psicopolítica como renovação da teoria social frente às crises geradas pelas operações de “perceptual-effects” através dos golpes jurídico-mediáticos*. In: DEL VALLE, Carlos; ECHETO, Víctor Silva (Eds.). *Crisis, comunicación y crítica política*. Equador: Ciespal, 2016b.
- OURIQUES, Evandro Vieira. *A emancipação psicopolítica frente ao trauma epistêmico e à teoria da comunicação*. In: MALDONADO, Claudio (Ed.). *Diálogo de saberes: giro decolonial y comunicación latinoamericana*. Equador: Ciespal, 2016a.
- OURIQUES, Evandro Vieira. *Informação, comunicação e psicopolítica: sobre a estratégia do conhecimento e compreensão quase totais e absolutos do self, do interlocutor e do ambiente*. In: Gustavo H. de Araújo; Assis, Juliana de & Barbosa, Maria de Fátima S. O. (orgs.). *Informação e gestão: teoria e prática*. [Livro Comemorativo dos 10 anos do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro]. eBooks: Rio de Janeiro. 2016b.
- OURIQUES, Evandro Vieira. *A teoria da gestão e a emancipação psicopolítica do sujeito do autocontrole contínuo e dos balanços anuais*. *Ágora de Heterodoxias*, v. 1, n. 2, 2015.
- OURIQUES, Evandro Vieira. *Sobre la economía psicopolítica*. in *Oficios Terrestres*, N° 31, Julio/Diciembre 2014 [Informe Especial Modos de Pensar Latinoamericanos]. Universidad Nacional de La Plata, Argentina, 2014.
- OURIQUES, Evandro Vieira. *Autorreflexão, valor e fato: o silêncio epistêmico que emancipa Ciência, Cultura, Tecnologia e Arte*. *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, v. 6, 2013.

- OURIQUES, Evandro Vieira. Comunicação com o cidadão: qual o rumo a seguir? O rumo é a mudança de atitude mental. In: XII SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL. Anais... [s.l.], 2008.
- OURIQUES, Evandro Vieira. Comunicação, palavra e políticas públicas: a importância do conceito envolvimento para a construção da cidadania sustentável. Revista Z, n. 2, 2009a.
- OURIQUES, Evandro Vieira. Desinsulação de culturas: o caso dos conceitos Juventude e Riqueza nas tradições lusófona e ibero-americana. In: XVIII COLÓQUIOS DA LUSOFONIA. Anais... [s.l.], 2012a.
- OURIQUES, Evandro Vieira. (Org.). Diálogo entre as civilizações: a experiência brasileira. Centro de Informações da ONU no Brasil e Unesco, 2002.
- OURIQUES, Evandro Vieira. Epistemologias pré-hispánicas de América Latina y cambio psico-social: el caso de los conceptos Derecho a la Comunicación y Desarrollo Mediático. Revista Folios, n. 24, 2011b.
- OURIQUES, Evandro Vieira. Gestão da Mente Sustentável, o Extended Bottom Line: o desenvolvimento socioambiental como questão da consciência e da comunicação. In: GUEVARA, Arnoldo José de Hoyos et al. (Orgs.). Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2009b.
- OURIQUES, Evandro Vieira. Psicopolítica e emancipação intercultural: a questão Galiza, Brasil e Lusofonia. Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa, v. 5, 2012d.
- OURIQUES, Evandro Vieira. Psychopolitics and Mind Management: the way for responsible decision-making in a multiactor, multilevel and territorial approach. In: ASHLEY, Patricia; CROWTER, David (Eds.). Territory of Social Responsibility: Opening the Research and Policy Agenda. Reino Unido: Gower Publications, 2012b.
- OURIQUES, Evandro Vieira. Sustentabilidade, democracia e sinceridade: Ideias Gêmeas, no Útero da Mente Sustentável. Revista Fórum de Direito Urbano e Ambiental, n. 49, 2010b.
- OURIQUES, Evandro Vieira. Território Mental: o nó górdio da democracia. Revista Democracia Viva, n. 46, 2009c.
- OURIQUES, Evandro Vieira. The Management of the Sustainable Mind for a new generation of psycho-social changemakers. In: WINDELÖV-LIDZELIUS, Christer; BAUNING, Kirstine Marie (Eds.). The Kaos Pilots in cooperation with Turbine Scandinavian Publishing, 2011a.
- OURIQUES, Evandro Vieira; SILVA, Edinho. Desafios à sustentabilidade. Opinião. Folha de São Paulo, 2010a.
- OURIQUES, Evandro Vieira; VEIGA, Bernardo. Morra como herege, vá para o inferno ou seja feliz: uma análise das três estratégias de comunicação psicopolítica da ICAR para o Diálogo inter-religioso. Anais da 6ª Conferência Mídia, Religião e Cultura, Universidade Metodista de SP, 2008.
- POULAIN, Jacques. L'âge pragmatique ou l'expérimentation totale. Paris: L'Harmattan, 1991.
- ROUSSET, Maurice. La Boétie. Discours de la servitude volontaire, suivi du Mémoire (inédit) touchant l'édit de janvier 1562. Revue d'histoire de l'Église de France, v. 10, n. 47, 1922.
- SERPA, Marcelo. Eleições espetaculares: como Hugo Chávez conquistou a Venezuela. Rio de Janeiro: Contracapa: Faperj, 2013.
- ULLMAN, Harlan K.; WADE, James P. Shock and awe: achieving rapid dominance. Defense Group Inc., 1996.
- WELZER, Harald. Infraestruturas mentais: como o crescimento se instalou no mundo e nas nossas almas. Berlim: Heinrich Boll Stiftung, 2012.
- ZIZEK, Slavoj. Problema no paraíso: do fim da história ao fim do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. 263p.

EVANDRO VIEIRA OURIQUES

É Acadêmico Correspondente da AGLP. Vid. síntese curricular no Vol. 5 (2012) deste Boletim.

Instituição



Delegação galega no II Congresso da Cidadania Lusófona (Lisboa, 16 de abril de 2014).



Ato de inauguração da Casa da Língua Comum (Santiago de Compostela, 25 de abril de 2015).

Atividades da AGLP no ano 2014

Ângelo Cristóvão

Santiago, 4 de janeiro. Reuniões do Patronato da Fundação e Pleno da AGLP.

Santiago de Compostela, 11 de março. Na sequência da aprovação no Parlamento Autónomo da Galiza, da Lei para ao Aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos com a Lusofonia, publica-se o manifesto "Por unanimidade, Lei Valentim Paz-Andrade", conjuntamente com a Associação Galega da Língua, Associação Pró-AGLP, Associação Amigos do Idioma Galego (Argentina), Fundação Meendinho, Instituto Cultural Brasil-Galiza, Instituto Galego de Estudos Célticos, Movimento Internacional Lusofono - Galiza.

Lisboa, 28 março. Comissão da AGLP integrada por Carlos Durão, João Trilho, Maria Dovigo e Ângelo Cristóvão realizam encontros para apresentar a Lei Paz-Andrade e o papel da AGLP nesta nova etapa: 12:00 Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP; 14:00 jantar com Renato Epifânio; 15:30 Missão do Brasil junto da CPLP; 17:00 Observatório da Língua Portuguesa.

Aveiro, 11 de abril. Participação de Maria Dovigo e Ângelo Cristóvão na Conferência "Promoção e Difusão da Língua Portuguesa", organizada pela Comissão Temática de Língua dos Observadores Consultivos da CPLP. Intervenção de Ângelo Cristóvão apresentando a Lei Paz-Andrade. Assistiu também José Morell, porta-voz da Comissão Promotora da ILP Valentim Paz-Andrade.

Lisboa, 16 de abril. O Movimento Internacional Lusófono realiza o II Congresso da Cidadania Lusófona, em que participa Maria Dovigo em representação da Associação Cultural Pró AGLP e Alexandre Banhos, em nome da

Fundação Meendinho. Durante o evento o MIL entrega o prémio Personalidade Lusófona 2013 ao académico Ângelo Cristóvão, que pronuncia o discurso de aceitação.

Moinhos, Açores, 24-27 abril. A académica Maria Dovigo participa em nome da AGLP no XXI Colóquio da Lusofonia, discursando na sessão das Academias e intervindo com leitura de poesia.

Lisboa, 26 de maio. Maria Dovigo organiza, em representação da AGLP e em colaboração com o Centro Nacional de Cultura, entidade com a que mantemos um protocolo de colaboração, o Dia das Irmandades da Fala, em homenagem a Rosalia Castro, com participação de poetas galegos, portugueses e de vários países de África.

Santiago de Compostela, 5 de junho. Lançamento do livro *Tesouro do Monte*, de Ramon Reimunde Noreña, com colaboração da Fundação AGLP.

Lisboa, 24 de junho. Participação da AGLP num Seminário de Capacitação sobre o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira, na sede da CPLP, por convite do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. No mesmo evento participam duas representantes do governo autónomo, da Conselheira de Educação. O convite ao governo galego foi negociado pela AGLP com o Diretor Executivo do IILP, Gilvan Muller de Oliveira.

Santiago de Compostela, 26 junho. Organização do Seminário de Políticas Linguísticas. A lei Paz-Andrade. Edição de vídeo-resumo, divulgado na internet, e vídeo integral do evento, a publicar ou divulgar no Arquivo Digital.

Santiago de Compostela, 28 junho. Reunião do Patronato da Fundação e pleno da AGLP.

Santiago de Compostela, 30 de julho. Reunião de Ângelo Cristóvão (AGLP) e Eugénio Anacoreta Correia (Comissão Temática de Promoção da Língua Portuguesa, da CPLP), com Valentim Garcia Gómez, na sede da Secretaria Geral de Política Linguística.

Santiago de Compostela, 25 agosto. Reuniões de Ângelo Cristóvão e Maria Dovigo (AGLP), e Eugénio Anacoreta Correia (Comissão Temática de Promoção da Língua Portuguesa, da CPLP), com Valentim Garcia Gómez na sede da Secretaria Geral de Política Linguística, e com o Reitor da USC, Juan Viaño Rey, na reitoria da universidade.

Seia (Portugal), 25-30 de setembro. Participação da AGLP com três oradores no XXII Colóquio da Lusofonia: Maria Dovigo, Isaac Alonso Estraviz e Ângelo Cristóvão. A Fundação Meendinho entregou o Prémio Meendinho 2014 à AICL por meio do professor e académico Isaac Alonso Estraviz, vice-presidente da Fundação. Recebeu o prémio o presidente da associação, Chrys Chrystello, num ato realizado o dia 25 às 18 horas, na Casa Municipal da Cultura de Seia. A Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia é parceira da AGLP. Desde a primeira edição, no ano 2002, sempre houve presença galega.

Buenos Aires, 6-9 de outubro. O académico Higinio Martins participa no «Curso de Capacitação para a Elaboração de Materiais: ensino de português para falantes de espanhol» em representação da AGLP. O IILP informa que «O curso visa à capacitação de professores, em pré-serviço e em serviço, bem como de pessoas em formação na área de língua portuguesa, para a elaboração de materiais para o ensino de português para falantes de espanhol, através de discussões e abordagens pedagógicas contemporâneas para o ensino de línguas e sob a orientação da Equipe Assessora Central (EAC), do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna (PPPPE), do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com a organização conjunta da Casa do Brasil – Argentina. Como resultados do curso, serão produzidas Unidades Didáticas para o ensino de português para falantes de espanhol, as quais integrarão, a partir de outubro de 2014, o PPPPE».

Braga, 9 de outubro. Realiza-se a Conferência Perspetivas da Língua Portuguesa na Universidade do Minho, com especial destaque para a Galiza. A AGLP facilitou os contactos entre a organização e o governo autónomo galego. Participam em nome da AGLP a académica Maria Dovigo e os académicos João Trilho e Ângelo Cristóvão. A Junta da Galiza participa pela primeira vez num evento destas características, sendo representada pelo secretário-geral de política linguística, Valentín García Gómez. Esta decisão pode entender-se na sequência da aprovação da Lei Paz-Andrade por unanimidade dos deputados do Parlamento galego em março de 2014, que assinala entre os objetivos principais a integração da Galiza nas organizações internacionais do espaço lusófono.

Santiago de Compostela, 10 de outubro. AGLP recebe Prémio Luís Vaz de Camões, da Associação Literarte, durante um ato realizado no Hostal dos Reis Católicos. Assistem, em nome da AGLP, a académica Concha Rousia. No evento são homenageadas também outras entidades e personalidades galegas, como Uxía Senlle, Leandro Lamas, David Pintor, Teresa Moure, María Reimóndez, Xurxo Nóvoa Martins, Edicións Xerais de Galicia,

Ramón Nicolás, Carme Vidal, Lucia Lopez, Angel Orgaz Lopez, Xosé Antón Pedreira, a Real Academia Galega, Gaudi Galego e Clave de Fado.

Lisboa, 20 outubro. O académico Ângelo Cristóvão mantém encontros com a nova Diretora Executiva do IILP, Marisa Mendonça, às 10 horas, na sede desse organismo na CPLP. Visita às 13.00 a Missão de Angola junto da CPLP. Por último às 15.15 junto de Maria Dovigo, mantém um encontro com Renato Epifânio, na sede do MIL.

Santiago de Compostela, 26 dezembro. Sob a direção do professor António Gil, publica-se o Boletim nº 6 da AGLP com estudos de José-Maria Monterroso Devesa, Celeste Natário, Josep J. Conill, Maria Isabel Morán Cabanas, José Manuel Barbosa, Joaquim Campo Freire, Maria J. Castelo e Maria S. Dovigo, Miguel R. Penas, Chrys Chrystello e Renato Epifânio. Figuram também as habituais secções de Instituição e Publicações.

Santiago de Compostela, 26 de dezembro. Publicação do livro de Jenaro Marínhas del Valle: *Invenção do Mar*. Edição de António Gil.

IV Português Perto. Aqueles Nossas Músicas

Xico Paradelo

IV Português Perto. Aqueles Nossas Músicas. Do 5 ao 15 de maio de 2014

Pessoas e realidades que falam a nossa língua com diferentes musicalidades, cores, sabores e formas. Vamos fazer uma viagem pela língua portuguesa e a sua música. Vem com nós! Redescobre a Galiza através do Brasil, Angola, Portugal...¹

Do 5 ao 15 de maio de 2014 desenvolveu-se na cidade de Ourense a IV edição consecutiva do *PORTUGUÊS PERTO*, festival multidisciplinar de palestras, arte, música e literatura lusófona organizado pela Vicerreitoria do Campus de Ourense - Universidade de Vigo, em colaboração com a Pró-Academia Galega de Língua Portuguesa (Pró-AGLP), Associação Galega da Língua (AGAL) e o Cineclubes Padre Feijoo e coordenado pelas sócias da Pró Noemi Vázquez e Irene Veiga e Filemón Rivas, técnico de cultura do Campus de Ourense da Universidade de Vigo.

Em palavras de Noemi Vázquez: *“Em princípio ia ser um ciclo de atividades lusófonas na faculdade de Empresariais e Turismo, mas desde o Vice-Decanato consideraram mais interessante fazer algo ambicioso, dirigido a toda a comunidade universitária. Por isso, propuseram ir com o projeto à Secretaria de Atividades Culturais da Vice-Reitoria. Filemón Rivas, a pessoa encarregada, gostou do programa e organizámos o festival. (...) O Português Perto nasce para aproximar a cultura lusófona ao público universitário e o de Ourense em geral, para que sintam a Lusofonia como lugar*

¹ <https://www.facebook.com/pages/Portugu%C3%AAs-Perto-Aqueles-nossas-m%C3%BAsicas/334089959987443?sk=info>

próprio da cultura galega. Para mostrar aquele nosso mundo linguístico e cultural por onde nos podemos mover; para mostrar que, como galegas e galegos, podemos aceder à produção artística, musical ou cultural de Brasil, Angola, Portugal, Moçambique, Cabo Verde... de mais de 230 milhões de pessoas. Ainda, para o público ver que, com a sua língua, tem um horizonte cultural e linguístico muito mais amplo, para tentar quebrar os preconceitos e fronteiras que a maioria das pessoas colocam, e conseguir que sejam conscientes do mundo de possibilidades que esta via abre”.

A oferta de atividades desta edição foi muito ampla e de grande qualidade. Eis um resumo:

Segunda-feira, 5 de maio

- *O galego é uma oportunidade*, com José Ramom Pichel e Valentim Fagim. Atelié onde os autores desenvolveram os conteúdos apresentados no livro do mesmo nome²; obra em versão bilingue português-castelhano cujo objetivo é mostrar que a nossa vantagem como galegos e galegas é a língua. A ideia força é que a Galiza é o único país do mundo em que são oficiais dous dos idiomas mais falados, o português —embora sob a normativa ILG-RAG— e o castelhano, e que essa vantagem não está a ser aproveitada pola cidadania ou empresas, e também não potenciada polas administrações públicas. O galego, como parte do diassistema lusófono, é uma oportunidade para a internacionalização das empresas galegas, pois dentro dos principais mercados emergentes, os países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), a Galiza compartilha o idioma com um deles, aliás uma potência económica em continuado crescimento. Isto situa as empresas galegas com uma clara vantagem face a quaisquer outras do Estado espanhol.
- Apresentação da obra *Os contos de Joselín, primeiros documentos sonoros do teatro galego 1929-1949*³, com a participação de Ramom Pinheiro (aCentral Folque). *José Rodríguez de Vicente, Joselín*, é o protagonista dos primeiros documentos sonoros do teatro galego (1929-1954). Valentín Paz-Andrade definiu «Joselín» como um jogral que soube enraizar os seus contos na antiga tradição do escárnio popular de marinheiros e labregos. Um artista capaz, através dos seus discos de contos galegos, de fazer estalar o riso. O seu maior momento de popularidade foi de 1929 a 1932, na Galiza, e já nos anos 30, na

² <http://www.imperdivel.net/523-0-galego-e-uma-oportunidade-el-gallego-es-una-oportunidad.html>

³ <http://artistas.folque.com/os-contos-de-joselin/>

Argentina. Trata-se de um livro-disco que recompila por primeira vez a integral dos Contos Galegos de José Rodríguez de Vicente, 'Joselín'. Para a edição deste volume colaboraram a Conselharia de Cultura, o Concelho de Baiona –do qual o autor foi alcaide- e a *Central Folque*, e que deu ainda origem ao espetáculo *Os contos de Joselín*, em que Quico Cadaval, Celso Fernández Sanmartín e José Luís Gutiérrez, 'Guti', recriam a obra de Rodríguez de Vicente num percurso por diferentes cenários da Galiza no decurso de 2014 e 2015.

- Quico Cadaval com "Nove ilhas ou dez (das Cotovias)": Monólogo do ator, diretor, adaptador teatral e impulsor do movimento de contos na Galiza, que nos transportou às ilhas dos Açores e contou-nos anedotas carregadas de magia que costumam acontecer nestes locais remotos perdidos no oceano.

Quarta-feira 7 de maio

- "CoraSons". Projeção do documentário e mini-concerto com Uxia e irmãs, Sérgio Tannus, Xoán Curiel, Najla Shami, Pablo Vidal, Carlos Blanco, e Paco Abelleira (diretor do filme). Baixo o título de *CoraSons*, o espetáculo reuniu sobre um cenário habilitado para a ocasião na Sala Marie Curie do Edifício Politécnico do Campus de Ourense alguns dos nossos melhores intérpretes, que ofereceram as suas composições ante um público que desfrutou da função⁴. O ator e humorista galego Carlos Blanco foi o encarregado de apresentar e dar continuidade aos distintos artistas que foram passando polo cenário: Pablo Vidal, Sergio Tannus, Uxía Senlle e irmãs, Najla Shami e Xoan Curiel. "Vocês têm coração?", perguntou Carlos Blanco ao público assistente, ao tempo que agradecia ao Português Perto "por acolher os nossos corações". O espetáculo rematou com a projeção do documentário dirigido por Paco Abelleira que conta como se criou e cristalizou este projeto na Ilha de Arousa. Segundo explicou, tudo começou com uma exposição fotográfica sobre corações da cantante e fotógrafa portuguesa Isabel Leal que maravilhou a Uxía Senlle. A cantante galega pôs-se então em contacto com ela e, a partir de aí, distintos autores, criadores e intérpretes foram-se somando a um projeto que agora tem já forma de livro-disco com documentário incluído, uma obra que, segundo os seus protagonistas, "é um tributo ao amor, à amizade e à arte".
- *América, Uma história bem portuguesa* (2010, Portugal). Filme de

⁴ Texto tirado do portal *Tempo de lecer Ourense*. Disponível em http://www.tempodelecerourense.com/novas/consultar/1801/e_vostedes_tenen_coraoon

João Nuno Pinto⁵. O *Cineclube Padre Feijoo*, de Ourense, programou este filme, que narra a história de Liza (Chulpan Khamatova), uma imigrante russa que vive em uma cidade litorânea de Portugal. Casada com um português, Vítor (Fernando Luís), ela tem um filho que parou de falar. Vítor é um malandro que dá golpes em idosas, mas depois resolve começar um negócio de falsificação de passaportes, ao lado de outros comparsas, incluindo sua ex-mulher, uma espanhola⁶.

Terça-feira, 13 de maio

- Concerto de Alberto Mvundi + banda. Alberto Mvundi⁷ (Angola-1970) é autor, compositor, interprete e *multi-instrumentista (*guitarra, harmónicas, percussão). Cresceu em Angola imerso na cultura e música tradicional angolana. Em 1980, fugiu da guerra e chegou a Europa com 18 anos onde começou a se ganhar a vida com a música. Durante 20 anos recorreu Portugal e Espanha, fundou a sua nova família e deu numerosos concertos em salas e festivais, acompanhando músicos como Manu Chao, entre outros. Alberto é um compositor de canções como Manu Chao, entre outros. Alberto é um compositor de canções instintivo, amamentado por ritmos que lembram a sua origem africana. Fala-nos de Angola com letras singelas e diretas. A força do seu discurso nasce da forma inocente com a que ao relatar nos toca o coração. As suas melodias são intuitivas e por trás de uma aparência simples escondem-se ritmos complicados e atrativos de raiz angolana.

Quinta-feira, 15 de maio

- Tasca e literatura 2014 Ed. especial com poetas e a música de Heitor&Bernardo. No café cultural Auriense, com a colaboração da Ass. Cultural AVANTAR d'O Carvalhinho, celebrou-se este recital poético-musical, que contou com a participação de diferentes poetas ourensanos, entre os quais, Belém de Andrade⁸.

Também, nos dias 6, 8 e 15 projetou-se na *Sala Emilia Pardo Bazán, do Edif. de Faculdades do Campus de Ourense*, o ciclo de CLÁSSICOS DO CINEMA PORTUGUÊS DO S.XX. Organizado pelo *Cinclubes Padre Feijoo*, com a seguinte programação:

⁵ <http://cineclubepf.blogspot.com.es/2014/05/America-unha-historia-ben-portuguesa.html>

⁶ <https://c5fe144067dead9ff136972fe63d991458c50c9a.googleusercontent.com/host/oB6GBengloUf2YTNWag2UEpPc3c/Am%C3%A9rica-uma-hist%C3%B3ria-portuguesa.pdf>

⁷ https://www.facebook.com/AlbertoMvundi/info?ref=page_internal

⁸ <https://www.facebook.com/belem.deandrade?fref=ts>

Dia 6 de maio

A vizinha do lado: (1945, Portugal) 115 min. António Lopes Ribeiro.

Dia 8 de maio

Saltimbancos: (1951, Portugal) 82 min. Manuel Guimarães.

Dia 15 de maio

Belarmino: (1964, Portugal) 80 min. Fernando Lopes.

Deveríamos ter Jornadas da Lusofonia e Festivais em todas as Universidades e Centros de ensino, assim como em todas as cidades e vilas. Levamos muito tempo organizando estes festivais e jornadas: o MDL, com as Jornadas da Língua em Compostela, a Galiza Lusófona em Ourense ou a Festa da Língua de Ponte Vedra; os centros sociais, com o Festival Em Movimento com duas edições em Oleiros e Ourense; o Festival de Poesia de Salvaterra; os Cantos na Maré em Ponte Vedra... E ainda estão na moda. Precisamos festivais que reforcem e normalizem a Lusofonia na Galiza, festivais como o «Português Perto. Aquelas nossas músicas» em Ourense ou o éMundial, e outro tipo de atividades como os Ops ou os Cacimbos nos centros de ensino⁹.

Noemi Vazquez

⁹ <http://www.pglingua.org/noticias/entrevistas/4962-entrevista-a-noemi-pinheira-coordenadora-do-ii-portugues-perto>



Simpósio da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE) co-organizado junto da AGLP e a DPG- Associação de Docentes de Português na Galiza (Santiago de Compostela, 16-17 outubro de 2015).



Seminário "Língua, Sociedade Civil e Ação Exterior" na Casa da Língua Comum (Santiago de Compostela, 27 de junho de 2015).

Publicações

***Lembranças da Terra &
outras histórias de um
futuro possível***

Ângelo Brea

Compostela: Através, 2014

Carlos Durão

O nosso autor, (Compostela, 1968) realizou estudos de Filologia Hispânica na Universidade de Santiago de Compostela, e de Filologia Galego-Portuguesa na Universidade da Corunha. Foi secretário das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, e coordenou vários congressos internacionais sobre literaturas lusófonas e língua portuguesa. Na atualidade é membro da Academia Galega da Língua Portuguesa, e professor titular de Língua e Literatura Galega no IES Terra de Soneira (Vimianço).

Publicou *Livro do Caminho* (1989), e foi incluído em várias antologias, como a *Mátria da Palavra* e a *Antologia da Poesia Lusófona*. Posteriormente publicou *O país dos nevoeiros* (2005), na editora Espiral Maior. É autor da edição portuguesa dos *Cantares Galegos*, de Rosalia de Castro, e dos *Queixumes dos Pinhos*, de Eduardo Pondal.

Agora, em *Lembranças*, Ângelo Brea oferece-nos 16 relatos de ficção científica, apresentados pelo escritor brasileiro Paulo Soriano, especialista deste género, quem nos diz:

Existem temas na ficção científica que sempre estão a merecer uma revisita, uma nova abordagem. Quem não se delicia com narrativas sobre explorações extraplanetárias, civilizações alienígenas, guerras interplanetárias, viagens no tempo, robôs? [...] a revisita a temas clássicos, longe de indicar ausência de originalidade, revela-a profundamente, já que se traduz num imenso desafio ao poder criativo do escritor, à sua destreza em abordar, sob um ângulo diferente, os motes tradicionais. E aqui Ângelo Brea se sai muito bem.

E certamente é esse “poder criativo do escritor” o que permanece conosco muito tempo depois de lermos estes formosos relatos. Neles estão presentes aqueles temas de sempre considerados clássicos neste género: as explorações espaciais, os deslocamentos a velocidades ultralumínicas, as viagens no tempo, os robôs com “sentimentos” humanos, e o precário futuro do planeta Terra, devido ao desleixo do ser humano... mas também os temas considerados mais humanistas: as perenes relações humanas, precárias nos seus encontros e desencontros, tratados com fina ironia pelo autor (assim em *O varredor*), ou cujos efeitos podem chegar a ser fatalmente determinantes para civilizações inteiras (por exemplo em *O efeito Smith*), ou enfim o nascimento e a morte no espaço (*Causas naturais*).

Também estão presentes, sobretudo nas colonizações ou explorações mineiras e com fins económicos, a cobiça e os homicídios (*Estação Espacial Alfa*), o constante perigo da tirania, e até da ditadura (*Nas montanhas de Magadar*), ou a falta de precaução ecológica, com catastróficas consequências para a humanidade (*Rosas de Admete*).

Na história que dá título à coletânea, *Lembranças da Terra*, Ângelo resolve com um desfecho surpreendente a curiosidade dum jovem marciano sobre as suas origens, no primeiro centenário da colonização de Marte pelos humanos.

Também *Um pôr do sol vermelho* transcorre em Marte, numa pequena colónia com a obsessão do autoabastecimento, e os desafios do transporte. Igualmente em *Um planeta remoto* e *Doze anos em Titã*, é a exploração dos recursos naturais que determina a vida pioneira dos colonizadores humanos.

Em *Bonsai* é um robô humanizado que descobre a poesia, como em *As grandes vantagens da Neolíngua* é um velho professor quem saudosamente a re-descobre, longe dos píxeis informáticos.

Em *As exploradoras* a continuação da vida de um pequeno grupo de humanos em hibernação durante milhares de anos depende de um encontro casual no espaço. *Perdidos na Lua* põe em destaque a precariedade da existência ultraterrestre, neste caso o implacável contraste entre o dia abrasador e a noite gélida. *O Sol no horizonte* é a estrela que aparece no horizonte de um planeta muito distante, a 60 anos-luz, e medonhamente isolado das outras colónias humanas.

No relato *A máquina da entropia universal* temos o mais parecido com a clássica “viagem no tempo”: vimos a saber que esta é impossível *sensu stricto*, mas sim é possível “...com uma particularidade especial [...] o tempo passado é um espaço tridimensional num mundo bidimensional [...] é como um filme projetado num ecrã de grandes dimensões, que não se pode modificar, mas ao entrar nele a realidade tem três dimensões...”; quer dizer que a pessoa que “viaja” nessa máquina está a viver num tempo real e ali pode interatuar com outras pessoas do passado, mas quando regressar ao seu

próprio futuro ficarão apagadas dele as modificações que tiver introduzido naquele seu “passado”: digamos que esse “computador” não guarda os dados introduzidos nesse peculiar “arquivo”, e por isso continua a ser impossível modificar a história viajando ao passado. Contudo, as sensações do “via-geiro” são reais, e acontecem num tempo real, que transcorre muito mais rapidamente com respeito ao nosso (como aquele tempo na lenda de S. Ero de Armenteira, mas ao revés). O autor não nos revela todo o desfecho desta história (o que a torna ainda mais intrigante), mas sim o suficiente para sabermos que o seu protagonista está a viver nela uma belíssima aventura no antigo Egito...

Afinal todas as histórias do Ângelo Brea são eminentemente críveis, ainda aquelas tingidas de certa saudosa melancolia, pois ele domina perfeitamente tanto a técnica narrativa como os seus fundamentos científicos, e no fundo tem uma subliminar mensagem para o nosso planeta: será que, como sustêm cientistas da craveira do professor S. Hawking, o futuro da humanidade não está numa Terra poluída mas no espaço?

**Galiza, um povo
sentimental?**

*Género, política e cultura no
imaginário nacional galego*
Helena Miguélez-Carballeira

Compostela: Através, 2014

Ernesto Vasques Souza

L'historiographie, une polémologie. L'historiographie relève de l'art de la guerre. Pas étonnant, dès lors, qu'alentour règne l'ambiance des secrets-défense. La discipline participe donc de la polémologie: comment envisager le combat, mesurer les rapports de force, mettre au point une stratégie, une tactique pour y parvenir, gérer les informations, taire, passer sous silence, souligner l'évidence, feindre, et tout ce qui suppose des affrontements à même de déterminer vainqueur et vaincu ? L'histoire est faible avec les gagnants et sans pitié à l'égard des perdants.

Michel Onfray, 2006

Com efeito da polémica que em *El País Galicia* (12, 15, 29 março 2012) mantiveram. Helena Miguélez-Carballeira e Pilar García Negro a respeito do papel de Ricardo Carvalho Calero na configuração do Cânone Literário da nossa literatura, e da interpretação que havia que dar ao simbolismo discursivo de ostentoso machismo que percorre a obra literária e crítica do ferrolão, e sobre o silêncio a este respeito da parte da crítica e da crítica feminista, evidenciou-se não apenas um interessante choque de perspectivas geracionais, quanto que, nas margens da argumentação, fluíam notas e perspectivas que destacavam que a crítica que movia Miguélez-Carballeira se sustentava sobre um poderoso aparato crítico e também sobre uma demorada leitura da obra e contexto do autor em questão.

Adorei e aponte. O mais óbvio é por vezes o menos evidente, dizia E. W. Said, qual Sherlock Holmes da crítica, no seu *Orientalismo*, especialmente quando nos encontramos - como é o caso - num contexto de emergência/subordinação e ambivalência múltipla, tanta como os interesses e carreiras em jogo; e se está por estudar ainda, na História da Literatura e da cultura, o papel não apenas de Carvalho, quanto de Galáxia, como peneira poderosa, reconstrução e reinterpretação condicionante da história, da política, do sentido da cultura e a literatura da Galiza, para as encaixar no seu programa político, estético e ideológico. Peneira que fixou não apenas a interpretação como também limites do corpus analisável, os itens a destaque e ainda a cronologia canónica dos factos e a importância ou marginalidade de projetos, personagens e obras.

A responsabilidade desta imensa canonização ao jeito do mesmíssimo Paulo de Tarso - cujas repercussões ainda agora começam a ser percebidas e analisadas - cabe aos integrantes do grupo Galáxia e aos círculos e grupos que, relacionados ou concorrendo, com ele pelo campo cultural do interior do franquismo se movimentavam nas instituições, média, plataformas culturais e folclóricas galegas. De qualquer modo, e como aponta a professora da Universidade de Bangor, o tabu do machismo, integrado ou separado no conservadorismo estético e ideológico, permanece oculto doutros tabus identitários e políticos (entre eles e como manifestação a norma ortográfica).

Com este contexto, anunciada a aparição de um ensaio nas coordenadas da crítica feminista da História da Literatura e crítica pós-colonialista, que entre outros temas dedicava um capítulo inteiro à análise do tópico feminino na obra de Ricardo Carvalho Calero, e umas referências muito elogiosas no seu blogue¹, da também instigante crítica da USC e professora Maria do Cebreiro Rábade, fizeram com que encomendasse o volume².

Contra o que esperava, obra que chegou às minhas mãos era, não uma tese-tijolo ao estilo hispânico mas um volume de umas 255 páginas (220 de texto e o resto em notas, bibliografia e índices), capa dura, impresso no pragmático e impecável estilo das modernas tipografias universitárias anglo-saxónicas.

A capa e a cor eram jeitosas, o corpo e tamanho da letra adequado, o espaçamento legível, o estilo académico, didático, rigoroso e fluente. A sua leitura, lápis na mão verificou-se certamente elucidativa, proveitosa e também uma sensação bastante abaladora, pois evidenciou a negação não apenas no conjunto da crítica mas também na minha própria obra e na perspectiva apreendida “das grandes ausentes” e da importância central “do outro

¹ <https://cranioprivilegiado.wordpress.com/2013/11/04/galicia-a-sentimental-nation/>

² *Galicia, A Sentimental Nation: Gender, Culture and Politics*. Helena Miguélez-Carballeira (University of Wales Press, 2013).

tema”. Sem qualquer dúvida era uma obra que devia se disponibilizar para o público para a que fora escrita e na língua em que mais leitores, fora do âmbito acadêmico podia ganhar.

A versão em Português da Galiza, um fantástico trabalho de Fernando Vasquez Corredoira, saiu em 2014 (1.^a edição) na Através editora. Com algumas variantes e correções da autora. Sucesso de vendas e de promoção da Através, com apresentações e palestras da autora, converteu-se em breve tempo em uma obra icônica e num exemplo das novas estratégias e mudanças do reintegracionismo. Atualmente (2016) vai na segunda edição, e foi galardoada com o prêmio da Associação de Escritores em Língua Galega (AELG) à melhor obra de ensaio 2015.

Obra de referencia na crítica atual, oferece-nos uma necessária incursão no passado (ainda presente da Galiza) e nos seus mitos como também uma aposta valente para entender o complexo discursivo colonial a partir de umha perspectiva de género.

A introdução centra a tese na advertência dos estereótipos, na pesquisa do relacionamento entre a feminização, a vacuidade, a brêtema e a tentativa de definir a Galiza e as suas potencialidades políticas em paralelo ao processo de invenção nacional da Espanha. Entorno ao debate sobre o Celtismo, emergem e vão-se forjando os estereótipos desarmantes na visão típica dos colonialistas: lirismo, feminização, passividade, desorganização transformados em idealismo, folclorismo, costumismo, bucolismo, arcaísmos paralisantes. Como vai se configurando o discurso, como se retificam, incorporam, suprimem elementos do corpus, dentro do debate entre um nacionalismo emergente e um nacionalismo de estado, dentro das premissas do colonizado-colonialismo, e fixando o sentido de muitos dos discursos (de alto impacto mesmo nos contrários) como mimesis, ou possibilismo folclorista tolerado em troca de estabilidade e benefício/proveito de uma subelite regionalizante de discurso ambivalente.

O primeiro capítulo, examina os escritos de Augusto González Besada, tanto as suas pioneiras notas de História Literária quanto o papel e sentido do seu discurso de ingresso na RAE em ano tão fundamental como 1916. Destaca-se neles o discurso do “regionalismo instrumental” e a tentativa de anulação de conflito, no momento emergente do catalanismo e com o exemplo da abnegada Galiza-mulher, simbolizada em Rosalia de Castro.

O segundo capítulo, analisa os trabalhos de Eugenio Carré Aldao, a sua achega também sobre Rosalia de Castro e a função nobilitadora dos textos críticos e narrativos que escreveu entre 1919 e 1925, todos com o destacado carácter programático da Escola Crunhesa, de construir também um modelo nacional de moralidade exemplarizante da mulher galega.

O terceiro analisa a viragem política do nacionalismo galego em 1916-1936 como uma narrativa em progresso de masculinização desenhada como réplica às metáforas feminizantes vigentes no regionalismo e no centralismo espanhol e como, em contraste, a função principal da obra do autor do *Diccionario bio-bibliográfico de escritores*, Antonio Couceiro Freijomil (1951-54) era a de restaurar durante a ditadura os discursos coloniais do pré-guerra.

O Capítulo IV debruça-se sobre a obra e a figura do “pai fundador” da história literária galega nacionalista, Ricardo Carvalho Calero, e examina os seus textos críticos, poéticos e narrativos, traspassado por uma problemática de género.

O Capítulo V ocupa-se de alguns exemplos de textos contemporâneos de história literária, de obliteração da criação e experiencia feminina de crítica e escrita, dos discursos mais recentes relativos à nação, como aqueles que aparecem na herança ideológica do *piñeirismo*, e os discursos contemporâneos em torno à normalização cultural

O peso da questão e debate estabelece-se arredor do feminino (com uma bem presente Rosalia, no seu papel antonómico de símbolo da nação mulher) e do processo de reclamação matização, reformulação, refutação ou negação da nação; acorde com os tempos, função e sentido em cada momento, da sentimentalidade, desde a sua aparição nas primeiras análises historiográficas até ao presente, e desenvolvido de forma cronológica, através de pequenos ensaios gizados, mas muito bem construídos, como inteiras sequências cinematográficas, efetivamente engrenadas umas com outras, através de uma *conclusio* parcial e *reiteratio* discursiva, que complementam adequadamente a introdução e o epílogo.

A forma define o fundo e o fundo alimenta a análise do tropo que estrutura cronologicamente o ensaio. A escola académica anglo-saxónica, o estilo cuidado e medido, e a repartição eficaz do conteúdo em unidades previamente apresentadas, sequenciadas e concluídas; o impressionante corpus teórico empregado, as leituras sobre nação e imperialismo; e a capacidade de leitura direita e interpretação própria, sobre textos da nossa tradição, dota o texto não apenas de um discurso convincente, quanto de uma voz marcadamente independente e muito periférica, na sua marcante centralidade, da crítica galega que navega na sua maioria no ronsel e fronteiras da Espanha.

Se, como expõe a autora, desde Renan, a nacionalidade não em pouca medida estriba no apelo à sentimentalidade, deixar a Nação reduzida a coordenadas sentimentais, tem normalmente e como bem destacou a crítica sarcástica de Fanon, funções desarmantes do discurso e do conflito, “normalizadoras” ou “possibilistas”. Deste jeito, o conceito de Nação sentimental, gerado nos estudos anglo-saxónicos tanto sobre o colonialismo interior (peri-

ferias Célticas) quanto as do grande imperialismo assimilador a respeito dos países da Commonwealth, tem a ver com os epocais de “pátria chica” ou de “regionalismo sano y bien entendido”.

Com efeito, dum ponto de vista prático, a história e o seu sub-género, a história da literatura são *umas outras* narrativas e como tal devem ser analisadas: a análise de como se vão incorporando, retirando, configurando e re-configurando elementos, peças, tropos, valores, contextos, aparatos crítico e perspectivas confere grande solidez ao argumentado.

A *Sentimental Nation* propõe, nestas coordenadas uma perspectiva rigorosa. Isola um tópico: a função do tropo feminino dentro dos debates na construção e negação da narrativa nacional e através de uma série de sondagens na centralidade do discurso entre fins do século XIX e até quase aos nossos dias, analisa o desenvolvimento e uso simbólico da associação do tropo e campo semântico do feminino no campo e debate do nacional.

Tropo, que criado com uma funcionalidade diferenciadora, vai confluindo - com muitos outros elementos - na propositada estereotipificação ou dissolução, no sentimental e folclórico, no primitivo, associado ao feminino, ao menor, ao impossível, ao ultrapassado, ou incivilizado por parte da crítica de estado e das suas redes e ferramentas, acompanhando os processos de confusão e perda de força na reivindicação e na construção de um discurso e uma cultura nacional desde coordenadas próprias.

Abrindo o campo na metodologia do pós-colonialismo e o feminismo, analisa-se desde a mimesis e a ambivalência, a evolução do tropo, e destaca-se, segundo se vai configurando no tempo, o debate dos campos concorrentes, os diálogos, explícitos e implícitos, as réplicas, interferências, as ambivalências criadas e conservadas. Deste jeito destacam as análises sobre as obras pioneiras de Augusto G. Besada e Couceiro Freijomil na linha folclorizante e desarmante de conflito e o diálogo que estabelecem, interferindo com as da geração de Carré Aldao e a das Irmandades de alento nacionalista e “masculinizante”, destacando nesse contraste os as luzes e sombras da particular restauração acometida pela geração de Carvalho e Piñeiro, e a persistência no hoje e na minusvaloração e obsessão por desarmar ou evitar o “conflito” as vozes e contributos “estridentes” “inadequados”, tão presentes, talvez mais que em nenhuma outra parte na literatura e na crítica feita por mulheres.

A dupla análise: nação e género permite situar mais claramente os sentido dos contributos, servindo a questão genérica para balizar na cronologia contextual, a elaboração das grandes alegorias, como se vai desenvolvendo na luta de ideias, grupos e capitais: os discursos, do permitido, do tolerado, do subversivo, e como entre eles interatuam dentro do possível e o impossível na narrativa da nação.

Ernesto Vasques Souza

A *Sentimental nation* é um contributo fundamental, indiscutível, uma labçada na consciência crítica e académica que destaca o abismo e abre também caminhos, que invita a questionar-se a História, a Língua, as Artes...: a imagem e sentido dos cânones estabelecidos sobre preconceitos tão opressivamente patriarcalistas como reductoramente colonialistas.

***Breve História do
Reintegracionismo***

Tiago Peres Gonçalves

Compostela: Através, 2014

Roi Vales da Oliveira

Em uma “Nota prévia do autor”, Tiago P. Gonçalves resume (2014: 9):

O meu interesse pelo reintegracionismo vem de longe, num começo como militante em diferentes organizações e posteriormente do ponto de vista académico. Para as pessoas que compunham a minha geração, as nascidas na década de setenta, a adoção da norma reintegracionista era tão só uma questão de tempo. É óbvio que não aconteceu assim, e hoje, após dez anos da última reforma ortográfica, o acordo parece esquivo. Porém, nas últimas décadas o reintegracionismo foi capaz de construir um movimento social à margem da oficialidade, movimento que constitui a dia de hoje uma das alternativas possíveis para a sobrevivência do galego.

O livro que tendes nas vossas mãos é uma primeira tentativa de estudar esta tendência linguística e cultural, e dizemos primeira porque se há uma característica central na história deste conflito é a ocultação ou desvalorização do mesmo.

No fim da “Nota” o autor mostra-se agradecido a Valentim Fagim, “autêntico pai intelectual da criatura e pessoa que mais confiou em mim para levar adiante um projeto desta natureza” (ib.), a Sabela Fernandes, pesquisadora “diferentes fontes documentais” (ib.: 9-10), a Eduardo Maragoto, Xosé Manoel Núñez Seixas, Roberto Samartim, José Luis Rodríguez, Ernesto Vázquez Souza, Elías Torres, Mário Herrero Valeiro e Fernando Corredoira; a Isaac Alonso Estraviz “por abrir-me as portas da sua casa e da sua história” (ib.: 10); a Abel Losada “por ter-me facilitado a entrada à *Biblioteca Carballo Calero*”, ao seu arquivista Fernando Negueruela. Etc., etc.

Antes de emitir alguma opinião minha sobre a obra, permito-me transcrever o índice completo:

- Nota prévia do autor (acima citada)
- Introdução: Historiografia, fontes e metodologia.
- I PARTE: Os antecedentes do reintegracionismo.
- Capítulo I. A Ilustração galega (séc. XVIII)
- Capítulo II. O provincialismo (1840-1886)
- Capítulo III. O regionalismo (1886-1915)
- Capítulo IV. O nacionalismo galego (1918): As Irmandades da Fala e o discurso de língua em A Nosa Terra. A Geração NÓS. O perigo português. O contributo teórico de Vicente Risco, Corrêa Calderon e Antón Villar Ponte. As polémicas ortográficas em El Pueblo Gallego. A reorganização do nacionalismo galego. Algumas propostas normativas: as Normas pra unificación do idioma galego (SEG) e o vocabulário castellano-galego das Irmandades da Fala (1933). O partido galeguista e a II República. O arredismo galego. Um balanço até 1936.
- II PARTE: O reintegracionismo após 1936
- Capítulo I. A década de 40. Uma lenta e difícil recuperação
- Capítulo II. O renascimento na consciência galego-portuguesa
- Capítulo III. Os primórdios do reintegracionismo moderno: O grupo de Roma. Piñeiro vs. Lapa. Carvalho Calero reintegracionista
- Capítulo IV. Da teoria à praxe: o movimento reintegracionista nos anos oitenta
- Capítulo V. De proposta linguística a movimento social
- Capítulo VI. Mudando de paradigma
- CONCLUSÕES
- ANEXOS

Reconheço que as opções assumidas por diferentes... diversas e mesmo divergentes, pessoas e entidades, dificultam a narrativa sobre o reintegracionismo, por que o autor, Tiago Peres Gonçalves, tenta apresentar o panorama do reintegracionismo, quer influído pela pressão do castelhano oficial e dominante nos galego-utentes, quer atraído à Lusofonia, nem sempre bem conhecida por esse galego-utentes.

Para além, há grupos em que prevalece a opção política antes que a idiomática ou mesmo glotopolítica; noutros casos, pessoais ou de grupo, prevalecem as opções filológicas ou procuradamente linguísticas e inclusivamente sociolinguísticas, assim denominadas pelos diferentes interessados, elaboradores e ativistas. Acontece que, a respeito dos usos de galego, com explicitude maior ou menor, impõe-se nos utentes uma estranha vergonha de se exprimirem com correção; por outras palavras, o discurso nedidamente castelhanista que proclama a primazia da fala sobre a escrita insinua-se nos hábitos linguísticos das pessoas reintegracionistas... *Escrever como se fala*, princípio, à partida muito discutível, que proclama a notabilidade espanhola, incide negativamente nas pessoas preocupadas com a

chamada *normalización-normalizaçom-normalização* do galego, *idioma-língua* da Galiza ou, antes, da *Comunidad Autónoma de Galicia*.

Seja como for, saliento na *Breve história do Reintegracionismo* o capítulo VI, “Mudando de paradigma”, de que cito alguns excertos:

Na década de 2000 acometeram-se grandes transformações no reintegracionismo. Começa-se a observar uma mudança de paradigma no funcionamento do movimento, na sua composição sociológica, e mesmo no seu repertório de ação coletiva. Em 2002, o porta-voz do MDL [Movimento Defesa da Língua], Carlos Figueiras, resumia-o assim (ib.: 140):

Se compreendermos que o reintegracionismo é mais do que uma proposta ortográfica, se oferecermos reintegracionismo com a intenção de fazer que a população aumente o seu nível de vida, nos ajudará a contribuir para a consecução de uma sociedade [que] viva na sua língua.

Esta mudança esteve veiculada através da horizontalidade que proporcionava a Internet. A introdução das novas tecnologias trouxe consigo um outro tipo de militância linguística, mudando o perfil de ativista, que se torna mais heterogêneo e, mudando também a estratégia a seguir em muitos dos seus agentes.

Quanto ao soberanismo reintegracionista, as tentativas de unidade através do *Processo Espiral* não tiveram sucesso. Como consequência do fracasso unitário em *Nós-UP*, o sector (vinculado à tradição APU/AMI) acometeu uma mudança tática. Aglutinado no *Espaço irmandinho* (2006), desenharam uma estratégia de consolidação de diferentes estruturas, quer meios de comunicação, quer a articulação de uma ampla rede de centros sociais. Surge assim todo um tecido associativo, dos quais já existiam importantes precedentes como a *Fundação Artábria* ou, *A Sereia*, espaços que reuniam a pessoas de diferentes trajetórias e sensibilidades políticas.

A aparição dos centros sociais junto com a consolidação de vários meios de comunicação em galego-português (O Portal Galego da Língua ou o Novas da Galiza), são os pontos basilares duma década marcada, aliás, por um acontecimento chave: a constituição em 2008 da AGLP (Academia Galega da Língua Portuguesa). Com a sua fundação o reintegracionismo criava uma instituição que tinha como objetivo servir de interlocutor com outras organizações homologáveis no âmbito lusófono.

Continua o autor a citar diferentes “Eventos reintegracionistas”, acontecidos do ano 2000 em diante, como o encontro *Galego no mundo-Latim em pó* (2000), o *Manifesto Carvalho Calero*, a *Assembleia da Língua* (2002), cujo objetivo era “coordenar esforços de pessoas e coletivos para ativar socialmente uma ampla concepção galego-portuguesa da língua e da cultura”, a *Proposta Galiza*, para promover o uso do nome da Terra, o *Fórum da Língua* (2003), entre outras.

Refere também os média que promoveram diferentes pessoas e grupos reintegracionistas, dentre os quais destaca o *Portal Galego da Língua*

(2000); Tiago P. Gonçalves cita de Vítor Lourenço algumas das suas atividades (ib.: 142-143). De *Novas da Galiza* informa (ib.: 143):

No que diz respeito ao Novas da Galiza, constitui a dia de hoje o meio de comunicação social mais consolidado do MLNG. Nascido em 2002, dentro da tradição do soberanismo de esquerdas, tinha [e ainda tem] como princípios fundacionais *a dedicação preferente nas suas páginas à informação e à reflexão sobre temas relacionados com o galego-português*. Com o passar dos anos, centrou-se com maior ênfase em questões de tipo sócio-político do que linguístico.

Relativamente aos Centros sociais estritamente reintegracionistas, o autor enumera, para além da *Fundação Artábria* ou da *Sereia*, o *Grupo Reintegracionista Alto-Minho* (2001), *A Gentalha do Pichel* (2002), *A Revolta* (2003), *A Revira* (2003), *A Esmorga* (2004), o *Enriqueta Outeiro* (2004), o *A Treu* (Corunha, 2004), o *Aguilhoar* (2005), *A Baiuca Vermelha* (2005), *A Fouce de Ouro* (2005?), o *Faísca* (2006), *O Fresco* (2006), *O Aturuxo* (2007), o *Gomes Gaioso* (2007), o *Sem um Cam* (2009). Como acontece entre as gentes humanas, alguns desses centros acham-se inativos, enquanto outros foram criados.

Por fim, da *Academia Galega da Língua Portuguesa* compendia (ib.: 144-145):

O presente trabalho finaliza com a constituição em 2008 da AGLP. A Academia, segundo Montero Santalha, uma velha ideia de Carvalho Calero, começou centrando o seu trabalho no estabelecimento de relações com as principais instituições linguísticas do mundo lusófono: A *Academia das Ciências de Lisboa* e a *Academia Brasileira de Letras*. Em 7 de abril de 2008, A *Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República* organizou uma *Conferência Internacional/Audição Parlamentar* sobre o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, conferência que contou com presença galega.

Além disso, na sua ainda breve história, a AGLP conseguiu assinar protocolos de colaboração com diferentes entidades da Lusofonia. Em colaboração com Edições da Galiza [começou a publicar] uma coleção de Clássicos da Galiza com obras de autores e autoras galegos adaptadas ao acordo ortográfico.

Um dos seus sucessos mais marcantes foi a entrada de léxico galego no dicionário *Priberam* da língua portuguesa. Tornava-se realidade, 150 anos depois, o desejo daquele militar provincialista Domingo Diaz de Robles, expressado numa carta escrita a Manuel Murguía em 1863:

“me gustaría ver publicadas [...] Un diccionario lato portugués-español, basado sobre todas las diferentes buenas ediciones de los diccionarios y vocabularios que existan de este idioma y a continuación del mismo, el vocabulario de todas las voces gallegas que no se hallen en dicho diccionario.”

Nas “Conclusões” Tiago Peres Gonçalves resume a trajetória e as vicissitudes do reintegracionismo e das pessoas promotoras de algum jeito de reintegracionismo desde o séc. XVIII até a aprovação das NOMIGa, em 1982, por um contingente do *Instituto da língua Galega* e alguns elementos da *Real Academia Galega*.

A obra está bem elaborada, ainda que por vezes se apresente como desigual no tratamento de pessoas e entidades. Contudo, ainda que erre, acho que Viqueira não foi tratado com a demora e importância que, a meu ver, teve no reintegracionismo. Com efeito, penso que é propriamente o iniciador do reintegracionismo, tanto entre os seus contemporâneos quanto nos atuais seguidores das suas teses. Aliás, o autor apenas cita a edição de Galáxia, de 1974; a nossa dos Clássicos da Galiza, comentada, saiu do prelo em 2012, enquanto a *Breve história do reintegracionismo* foi publicada em 2014.

Quanto ao aparato crítico, embora seja impossível a exaustividade, cumpre não se cingir aos autores e obras do próprio círculo (o nós em que nos achamos satisfeitos), nem ser seletivos até ao extremo. Porque na *Breve história do reintegracionismo* o autor e os seus assessores se amostram seletivos de mais. Por exemplo:

1. Tiago explica brevemente que procura a AGLP, mas esquece citar o seu Boletim.
2. Justamente no volume 1 do BAGLP Carlos Durão (2008: 35-56) publicou um artigo sobre o tema em causa, que intitulou “Síntese do Reintegracionismo contemporâneo”.
3. Parece-me sangrante que de José Luís Fontenla Rodrigues, talvez o maior e melhor reintegracionista destes tempos, não cite nenhum dos seus numerosos artigos sobre ortografia, Acordo Ortográfico e assuntos relacionados. Se li bem, nem sequer é citado o seu nome no brevíssimo tratamento das *Irmadades da Fala* (Peres 2014: 122). Considero que em cinco (5) linhas pouco se pode dizer, quando nelas também se resume a participação da Galiza nos *Acordos Ortográficos*.
4. Talvez o autor optasse por se cingir excessivamente ao galego-”galego”. De facto na secção em que trata da *Associação Galega da Língua* (AGAL) (ib.: 13-126) alude, em sete (7) linhas às discussões sustidas no seu seio sobre os máximos e os mínimos aderíveis pela Associação Mas, por falta de informação, acaso, não faz nenhuma alusão à insistente negativa do Conselho da AGAL e, consequentemente, da Assembleia a participar nas sessões dos *Acordos Ortográficos*, do Rio de Janeiro (1986) e de Lisboa (1990). Deixo-o apontado: apenas lembrarei uma assembleia realizada em Rianjo entre intensas discussões (deveu de ser no próprio ano 1986, uns meses antes das reuniões para o AO no Rio de Janeiro).

5. Uma última precisão. Xavier Alcalá não se retirou da AGAL, sem causar baixa, pela discussão sobre máximos e mínimos, mas porque, embora ser o primeiro presidente, já estava nos factos retirado. Retiraram-se o primeiro vice-presidente da AGAL, Manuel Vilanova, mas também não por essa discussão, senão porque as suas expectativas sobre a AGAL não foram satisfeitas; com ele retiraram-se Xosé R. Pena, Feixó e algum outro, nestes casos por razão de ortografia.

Sem embargo do dito, a *Breve história do reintegracionismo* merece ser tida muito em conta. Confio, com o autor, em que seja complementada e acrescentada em bastantes pontos, bem como em pouco seja corrigida. Seria desejável que os diferentes protagonistas deste último reintegracionismo se fizessem cargo de uma nova obra cujo título poderia resultar *Histórias, complementares, do Reintegracionismo*.

***A casa da mãe: a chama,
a Ostrácia e a língua***

Teresa Moure

Compostela: Através, 2013

Lisboa: Chiado, 2014

Maria Fernanda Garbero

*Uma aranha mora na sua teia.
Para não entrar em pânico perante
um mundo que não entende,
nunca rompe relações.
Luta para manter a aranha
e resiste à rutura dos fios.*

Livro da aranha (Ostrácia, Teresa Moure)

A quem nos dirigimos quando tudo ao nosso redor parece incendiar e os bombeiros não atendem aos chamados de emergência? É possível fazer da margem um espaço onde a precariedade abrigue novas configurações de permanência e acolhimento? Ou, ainda: podemos reinventar nossos laços de pertença no exílio de uma casa ao lado, habitada por um vizinho que fala outra língua? Enfim, entre tantas coisas que me vêm à mente, essas são apenas algumas das muitas perguntas que me faço – e não me respondo – ao ler os três últimos livros de Teresa Moure, todos escritos em português.

Acolhida pelo espaço de um blogue que me despe do rigor acadêmico e falando a leitorxs imaginadxs, dentre xs quais idealizo certas semelhanças e ao mesmo tempo distâncias providenciais daquelxs axs quais “submeto” meus artigos à espera de um “aceito para publicação”, tiro a roupa da professora de literatura para tentar vestir algo mais leve, quem sabe aquela calça jeans surrada, guardada há tempos no armário, que só entra na leitora. Se o modelito da

estação parece não combinar muito bem com essa peça, saio assim mesmo e confesso: nada mais confortável que essa calça em épocas de tanta saia justa.

Meu primeiro contato com Teresa (sim, vou chamá-la assim porque, como leitora, eu sou livre do peso dos sobrenomes, das citações e das gaturas) foi com a leitura dos 49 textos que compõem o provocador *Eu violei o lobo feroz*. Foi a partir dali que reconheci a “carapuça” como um adereço compartilhado nesse desejo de provocação, pela palavra, ao lobo predador que nos espreita, ameaça, desde que ouvíamos a história da “Chapeuzinho Vermelho”, e com ela morriamos de medo de nos perder no caminho. No entanto, agora, pensando bem, me pergunto: que caminho era esse? Que lobo era esse que minha mãe já conhecia ao me avisar sobre sua existência constante e pavorosa no meio do atalho?

Ao me perder decidida e voluntariamente nos bosques da ficção, a floresta se transformou numa casa em chamas, incendiada pela combustão entre desejo e descarte. Entre um pedido de socorro em meio a tanto lixo guardado. E a mãe que antes me alertava sobre o atalho, mas que, de certa forma, sempre apostou na minha desobediência, agora é uma andarilha *punk* que revira caixotes de fruta pelas ruas de uma cidade sem nome, vagabundeando por uma paisagem tão hostil quanto aquela em que se peregrinava para emboscar o lobo feroz (sem bússola, gps ou sinal de telefonia). É pela reviravolta que cada uma dessas minhas personagens companheiras encenam no ambiente onde foram atadas anteriormente (talvez, na época de minha vozinha), que elas me levam à Ostrácia, uma Pasárgada às avessas, capaz de resistir ao fogo, ao vento, à chuva e, pela força de suas habitantes, até aos sopros do lobo mau de outras histórias: histórias velhas, atuais e outras ainda não escritas. Mesmo sem cartilhas instrutivas, elas me avisam com seu olhar, que leio em minha língua “materna”: para habitar a Ostrácia, é preciso saber se machucar, se cuidar sozinha e ter a certeza de que aquela ferida que sara já se prepara para outra. A dor se torna crônica, mas o tempo ajuda a compreendê-la; domá-la; diminuí-la. Como leitora, agora ficamos vizinhas. Foi assim que dei de cara com ela: Sara, *Uma mãe tão punk*.

Como a casa que desaba e entre escombros se procuram os rastros de um passado surpreendentemente desconhecido para os que ali viviam, me vi caminhando por uma narrativa que ultrapassava o enredo da mãe cansada de sua existência careta e, movida pelo abandono de suas saias justas de jurista bem sucedida, empreende uma reinvenção/reivindicação biográfica de Diógenes, o filósofo grego que teria encontrado na miséria os autênticos valores da virtude. Se eu fosse falar como num artigo (o que já até fiz), diria: *Sara, ao incendiar-se com a casa-lixão, desmonta, despedaça, o peso do óikos, termo grego que se refere aos sentidos imbricados nas espacialidades domésticas conhecidas pela compreensão simbólica do lar. De seu escândalo privado,*

vemos a insustentabilidade e a fraqueza da pólis quando confrontada, em sua paisagem rasurada pela iniquidade, com figuras que deflagram seu desejo pelo silêncio e pelo apagamento. Porém, quero pensar nisso de outro jeito: ela viola o lobo feroz. Ponto. Viola e mostra as fragilidades do patriarcado diante da escandalização da asfixia familiar ora revelada na fotografia pública de um edifício engolido por labaredas. Logo, a casa em chamas incendeia a razão do filho insuportável: Pedro, um *yuppie* engomadinho que jamais combinaria com minha calça jeans da estação-leitora, com a “carapuça” da valente caçadora do lobo feroz e, principalmente, com as vestes mendigo-punk de sua “anarcomãe”. Ele, menino-lobo criado por lobos, conhece a floresta e a cidade. A pólis é dele e para ele foi feita. Para aniquilá-lo, é preciso fazer como as *aranhas* (imagem cara a Teresa, aliás): enredá-lo na teia que o sustenta. Frágil. Inflamável. Dinamitável. Feito isso, basta riscar o fósforo.

Por outro lado, não tenho como não pensar na orfandade sentida com o fim da casa de uma mãe, em seu aspecto bífido. Não que eu pense em Pedro. Quero falar de Helena, a nora que segue seu périplo trágico em meio aos escombros, à casa em ruínas, para entender seu lugar naquela história e dar sentido ao que construíra ao lado do marido-lobo, ou seja, dois filhos erguidos por ela, soterrados pela ausência da avó e tempo peso de um pai sem afeto. Pois bem, volto à perda bífida: ao mesmo tempo em que as paredes se afundam numa espécie de desabrigo, ver-se sem teto (e sem chão) requisita a necessidade de fundar novos espaços de sobrevivência. Talvez o exílio, mais que um lar, prometa o breve acolhimento de quem deve conjugar ausência e resistência em um compasso de disritmia. E a escrita parece convergir nessa aposta melhor que a arquitetura. Se Helena não escreve, nem foge, resta a Alba, a filha viajante de Sara, dona de um roteiro imaginário tecido numa viagem inexistente, escrever a série de cartas que se misturam, literalmente, aos lixos abarrotados pela mãe. Como a casa, as cartas impressas também se perdem no fogo, mas não apagam o “diário de viagem” como uma rota de fuga que se inscreve na experiência de leitura.

Escrita e leitura. Memória e resgate. Compreensão e reinvenção. Volto à Ostrácia, agora não só como espacialidade imaginada ao redirecionamento de um passado que me contaram e me ensinaram numa língua estranha em plena terra que nasci. Agora, a paisagem é nome de romance, com 314 páginas, lançado em 2015, numa “primavera de arder”.

Misturando a história de Inês Armand e Lênin, resgatada por Várvara Armand como um desejo de compreender-se nessa relação de luta, restituição e amor travada com a memória da mãe, e uma escritora nos dias atuais que se vê provocada pela sugestão do filho de escrever sobre a “acra-toide” (palavra usada por ele e que me custou alguns minutos de google para compreender seu significado) comunista francesa, *Ostrácia* é uma aposta na

margem. Corrigindo, *Ostrácia* é mais uma aposta de Teresa a partir das margens, com as margens e, sobretudo, *marginal*.

Como o amor à beira de Inês e Lênin, e as compreensões afetivas postas em questionamento a respeito dos caminhos que os apaixonados percorrem, a língua se mostra como uma potência erótico-política, com a qual podemos não só reescrever novos romances, como também podemos enunciar outros discursos e experimentar novos desejos. E aqui o desejo mora ao lado; é o vizinho que nos abriga quando a casa da mãe está em chamas e os bombeiros não entendem o que dizemos em português.

Como leitora desses enredos e radicando na precariedade da *Ostrácia*, vejo que a cada dia chegam novxs e variadx habitantes. De onde saíram, chamam-lhes de loucx, radicais, afinal, seus ex-conterrânx não entendem o porquê da comunicação “oficial” lhes causar tanto desconforto. Há ainda xs que acham mesmo certo que aprendam a “falar” na escola, alfabetizando-se na língua do lobo, para se performativizarem melhor na floresta, na *jungla*. Muitxs que aqui se refugiam narram experiências bastante curiosas para essa gente que se dedica às letras: em casa, falam uma língua. Na rua, outra. Ou, ainda, o que me parece mais estranho: com a mãe, o pai e irmxs podem até falar essa língua de um *xeito*. Com xs amigdx, de outro *jeito*. Mas, oficialmente, em suas escolas, ainda são obrigadx ao delírio deslegitimador que se inscreve no “prestígio” de *una única forma*.

Pelo que tenho entendido de minha experiência nesse espaço de resistência, é preciso estar atento e forte, como cantava a Gal Costa, porque, sendo um lugar de exílio, *Ostrácia* é constantemente bombardeada, além das dificuldades de se morar num lugar onde as casas não dão para as ruas. Os três livros de que falo são de lá, mas não são *somente* para os de lá. Lá existe para quem está disposto a se cortar e ler, compartilhando o que a literatura tem de mais valioso: sua generosidade sem barganha. E, mesmo que tenha dito que neste texto eu me via livre de citações, é mentira. É ficção. Tomo emprestadas as palavras que me conta Teresa sobre esse “lá” (ou cá) que me parecem as melhores, até o momento, para representar o que também sinto: *“Para passar pela Ostrácia e sair viva é preciso superar doze provas: um julgamento injusto, uma amizade traidora, o desprezo dos teus, a sanha dos guardiões, a fome, a sede, o sono, a dor, o frio, a ausência de carícias, a falta de notícias e, a pior de todas, a autocrítica. Porque Ostrácia foi concebida para a presa entender que poderia ser salva do castigo se tivesse renunciado a tanta rebeldia atempadamente e em devida forma, de maneira que o castigo é sempre merecido”*.

Como leitora-personagem-colecionadora de memórias, reencontro nas vielas de *Ostrácia* a irmã de Shakespeare, de quem já havia escutado falar por uma habitante antiga do lugar e que gostava de escrever diários: Virginia

Woolf. Em nosso passeio, a irmã do dramaturgo inglês me contou sobre sua vida (algo que até agora não compreendo bem como um enredo verossímil, já que em muitos momentos mais me parecia a vida do irmão. Era quase tudo igual, mas era diferente, se é que me compreendem.), do dia em que, depois de muito vagar à procura de um espaço que acolhessem seus textos, para com eles obter seu sustento, lhe mandaram para este lugar. Atualmente, ela deixou de lado os poemas e as peças que escrevia naquele cenário, e se dedica, pelo que parece, ao que sempre desejou fazer: escrever ficções. Embora a vida aqui não seja nada fácil, com o tempo ela construiu um teto todo seu, como Virginia, Sara, Carapuça, Inês, Várvara, Teresa e outras muitas com quem me encontro e divido as regras do lugar. Estranhamente, Ostrácia é uma espacialidade habitada por homens e mulheres. No entanto, elas parecem estar por todos os cantos, enquanto eles nem tanto. A justificativa histórica para essa discrepância envolve estudos que vão dos gregos, passando por Freud e se atualizando dia após dia. Ainda que nenhum desses estudiosos mencionem em seus documentos científicos o nome daqui, nós sabemos que Ostrácia traz em si a raiz desse apagamento ao revés. E sua fama é maior que a da Sibéria.

Com outros códigos, eu também preciso me comunicar e quem sabe um dia ter um teto só meu. Então, para isso, reescrevo minha pertença e transgriro com minha língua: vou encontrar minhas companheiras. Eu, leitora, rompo o pacto ficcional para me fazer de personagem. Ferindo os olhos dxs puristas com meu x, reivindico em minha descrição a menina que viola os lobos na floresta; a mãe incendiária; a mãe amante de Lênin; a filha-orfã perdida entre as memórias maternas; as mulheres que se marcam com hematomas por conta de suas paixões; a irmã genial e obliterada; as lúcidas demencializadas pelo controle social; a escritora que vê a folha em branco e precisa preenchê-la como fazem as aranhas com suas teias, seu sustento. Meu x é uma questão de mulheres e a escrita que entrega uma das armas apre(e)ndidas que me levou à Ostrácia. Porém, o que nos prende lá e consta nos relatórios não são os motivos; são os pretextos e, nesse departamento, infelizmente quem dá as cartas é o lobo, cujo escritório fica bem longe.

Ainda nos restam os fósforos. Ainda: só. Só os fósforos nos restam...

Enquanto escrevo este jogo-texto, lembro também dos tempos em que lecionava nas escolas de meu país e, em plena descrença e desconforto, ensinava (sem nunca ter apreendido) os pronomes *tu* e *vós*, jamais usados como sujeitos para dizer sobre meu amor e minha paixão a que ou a quem quer que fosse. Transcrevia no quadro o que era certo *versus* o que me ensinaram como errado, repreendendo com caneta vermelha os garranchos, tirando pontos de um “onde” que não se referia a lugar, além de implicar severamente com as concordâncias de gênero que não levavam 1000 meninas e 1 menino para o masculino,

fato que em meu juízo final não de lembrar que um dia chamei veementemente de “vogal temática”. Ai, quanta memória estranha! É difícil lembrar do que se viveu sem paixão. Era tudo *fake*, protocolar, bimestral. Tudo saía justa, corpo de professora sem marcas, sem língua, obediente.

Agora, como Várvara Armand que sai como uma personagem borgiana em busca dos passos da mãe comunista, penso nos cadernos apócrifos deixados por minha mãe meio punk e tão irreverente, ela que tanto conhecia a geografia da Ostrácia, vivia violando um bando de lobos ferozes e que, com toda sua lucidez (arrebataada em noventa dias na floresta por um incêndio com nome de “câncer no cérebro”) sempre me dizia que, para ir à casa da vovozinha, mais valiam uma roupa confortável (seria um jeans surrado?), um atalho, uma caixa de fósforos e uma garrafa de álcool para proteger do frio e queimar o que fosse preciso. E, claro, um livro e uma língua afiada para desobedecer sempre. Às vezes, reconheço que me faltam a roupa cômoda e o atalho. Dou voltas. Mas a leitora sempre carrega o livro, escudo cheio de letras e mundos que me protege mais que o fogo com o qual eu queimei toda a papelada do tempo de professora de gramática. Eu nunca fui isso e, pelo que tenho sentido, na Ostrácia não preciso explicar o passado para ninguém. Aqui, embora gélido e cheio de coisa complicada, é preciso acreditar no futuro, e nós acreditaremos. Um dia, anote aí: a gente ainda faz disso aqui um lugar diferente, com mais geografia que utopia. Será real, matéria do sonho.

Toca o despertador. Tenho que levantar da cadeira, vestir outra roupa. Em cima da mesa repousam os três livros de Teresa e a certeza irredutível de que ser leitora é poder viajar o tempo todo sem precisar de um traje mais formal que me sirva de visto simbólico na aduana. Assim, caminho mais livre para me deixar à disposição dos encontros que o livro me traz: as personagens que me atormentam, me encantam, me emprestam suas roupas e carapuças. Enquanto passeava por aqui com a calça, solta de tantas amarras, os múltiplos ruídos impertinentes da hiperconectividade me avisavam sobre os e-mails que chegavam à professora de literatura. A leitora curiosa, desobediente chapeuzinho, deve pegar o atalho e ver os pareceres, as revisões, os deveres do lobo chefe e o tal artigo pendente que precisa de revisão bibliográfica. A contragosto, ela olha para o cabideiro onde pendurou a saia justa, veste e se transforma em terceira pessoa. O texto termina.

À noite, no futuro, que é o tempo que aprendemos a conjugar, voltarei à casa, tirarei a roupa e me entregarei a outro romance.

Açorianidades
*Excertos aleatórios de
uma seleção de poetas que
participaram nos colóquios
da lusofonia*

Chrys Crystello

Sabemos dos Açores ser um arquipélago no meio do oceano Atlântico, com nove belas ilhas e alguns ilhéus onde nasceram grandes vultos da cultura portuguesa. A música tradicional açoriana tem a sua génese nos primeiros povoadores, na sua maioria portugueses, que trouxeram consigo seus costumes e suas trovas. A poesia açoriana é, desde esse início, muito mais marcada pela natureza, ou seja, tem ligação ao meio ambiente. Eduardo Lourenço (1999), defende que “*a identidade só se define na relação com o outro (...) e só o que subsiste através da sucessão dos tempos confere sentido ao conceito de Identidade*”. Esse sentido, esses agentes diferenciais inseridos na Poesia Açoriana revelam a verdadeira face do ilhéu, tão singular em cada uma das nove ilhas.

Alguns dos mais representativos poetas açorianos fazem parte do acervo cultural da Língua e Literaturas lusófonas. A Poesia Açoriana contemporânea, além das características que lhe conferem o estatuto de “poesia insular”, é um labirinto. É quase impossível entender uma obra como a de Roberto Mesquita ou Pedro da Silveira sem conhecer, ao menos de vista, o meio físico natural (a paisagem, desde logo) onde essas obras foram pensadas e escritas. Os vulcões e terremotos vividos e às vezes vencidos, a emigração do seu povo, a solidão atlântica de cada ilha, a frequência com que esses sentimentos de insularidade, de separação e partida, se manifestam, modelam a açórica idiossincrasia. De Antero a Nemésio e aos mais contemporâneos, há um itinerário a explorar poeticamente daquilo que se produziu nos mares açorianos. A poesia mantém,

de uma forma geral, a sua forte ligação arquipelágica, mas em muitos casos só se transcende quando dialoga culturalmente com todas as ilhas do mundo. Há sempre uma vivência açoriana imbuída da busca pela saudade, pela memória, pela reconstrução, com mais ou menos angústia, queixumes, lirismo.

Em muitos poemas notam-se marcas da emigração, da insularidade e rumores da açorianidade que é a alma do ser açoriano, que emerge na sua obra artística e se revela no seu ser. Exprime a génese da alma de um ser-se açoriano que, sujeito a condicionantes de ordem geográfica, ao vulcanismo e aos terremotos das ilhas, e à *insularidade*, criou respostas às suas ambições e combateu as adversidades que lhe foram sendo criadas. Espelha também as suas manifestações culturais e religiosas populares, a sua idiossincrasia, e os falares tão distintos de ilha para ilha, tudo isso conferindo-lhe uma verdadeira identidade açoriana. A mesma que foi transportada por mar para os quatro cantos do mundo, mas sobretudo para EUA, Canadá e Brasil. O que não se pode negar é a “açorianidade” que subjaz em toda a produção artística, principalmente na literária e poética, condição por si só que se torna elemento essencial de todo o estudo estético dessa produção.

São fatores a considerar as linhas orientadoras da visão de mundo, noções e conceitos que forjaram alguns aspetos predominantes e caracterizadamente temáticos: o mar, a prevalência animista que informa e enforma a visão do mundo – a do ilhéu é distinta do continental –, as imagens emergentes dos espaços, a solidão a vencer, a insularidade. Não se é ilhéu impunemente. Como Nemésio escreveu, [...] *a geografia, para nós [ilhéus], vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias, temos dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos olhos mergulham no mar.*

Mas o que é isso de poesia açoriana?

Que atributos são esses que definem um poeta açoriano? Que predicados, que qualidades, que condão definem os poetas açorianos? Será questão de geografia, de biografia, uma linhagem genealógica ou uma mera questão de latitude e longitude? Muitos opinam que a poesia, toda a poesia, como toda a literatura, deve apenas ser julgada pelo seu valor simbólico e estético, e nunca, mas nunca, por qualquer pormenor geoestratégico que aparentemente lhe retira a universalidade e a transcendentalidade.

Evoquemos as já distantes mas ainda acutilantes palavras de Onésimo Teotónio de Almeida (1983) na sua obra *A Questão da Literatura Açoriana*.

Embora haja quem suponha estéril o debate sobre a existência ou não de uma literatura açoriana, pessoalmente vejo nele uma riquíssima mina de elementos que refletem mundividências, posições teóricas sobre estética,

pontos de vista sobre uma realidade humana num espaço geográfico específico de muitos dos melhores nomes das letras dos Açores.

Seria injustificável ignorar-se simplesmente a recorrência dessa questão sem se ver nela algo mais profundo do que um mero debate semântico. Ainda que se queira negar-lhe a importância das consequências, há causas e motivos para o seu aparecimento e ressurgimento cíclico que nenhum observador atento ou estudioso, minimamente interessado, poderá desdenhar. [...] ...No contexto nacional, esse grupo de obras persistente e insistente (não há fumo sem fogo) acaba por constituir um caso especial no conjunto da literatura portuguesa. E não deveria causar engulho a espíritos democráticos o usar-se a expressão *literatura açoriana*, nem o prosseguir-se a exploração literária desse mundo que ela cobre. Quem lucrará com isso será a literatura portuguesa. Ficará menos monocórdica. E monótona.”

Partilho de uma ideia paralela pois acolho como premissa o conceito de açorianidade formulado por José Martins Garcia que, "*por envolver domínios muito mais vastos*", admite a existência de uma literatura açoriana "*enquanto superestrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência*".

E termino, evocando Octávio Paz acerca da leitura de poemas: "*O poema é uma obra sempre inacabada, sempre disposta a ser completada e vivida por um novo leitor*" (Paz 1982: 234) ou então o que escreveu Eduardo Bettencourt Pinto no posfácio de Nove rumores do mar: "*Constitui uma chamada de atenção para as coisas do espírito, uma pausa nos desertos quotidianos, o olhar que repara e vê o Outro e nele o espelho de si mesmo. Porque a poesia apela ao esforço comum num círculo de mãos dadas, enredando a ilha que cada um é testemunha, instante a instante, em todos os recantos do mundo. Porque só através da Arte a voz do Ser não cessa, se torna em húmus e deserto noturno*" (Pinto 2000: 162).

A apresentação que se segue percorre excertos aleatórios de uma seleção de poetas que os colóquios da lusofonia têm vindo a privilegiar nos seus convites e nas antologias que já publicaram. É na voz destes 26 autores e autoras que vos lego esta minha interpretação da sua açorianidade.

***Livros que nom lê ninguém:
poesia, movimentos sociais e
antagonismo político
na Galiza***

Isaac Lourido

Compostela: Através, 2014

Ernesto Vasques Souza

Já sabemos que o exagero é a arte dos poetas e o oxímoro essa forma grega da retranca com que os críticos destacam o espetáculo inesperado dos contrastes. Diz o autor do texto, num livro impresso e numa página tão popular e acessível, até por acaso, como é a 15 que:

“o próprio título da obra pretende aludir à falta de correspondência entre a importância simbólica da poesia no campo cultural galego e a progressiva perda de relevância do poético e do cultural no conjunto dos discursos culturais e, ainda, no consumo cultural da atualidade. Sem deixar de lado a leitura que nos convida a refletir sobre a perda de centralidade do suporte livro para compreendermos o fenômeno poético hoje em dia e a pensarmos num conceito de poesia aberto a práticas mais do que libertárias”.

Perda de centralidade, da importância simbólica, da poesia e do livro, talvez até da própria cultura, galega, deste jeito e desde a margem, aos poucos, desde um prefácio anunciador do conteúdo, desenvolve as ideias, por aproximação. Efetivamente, destacando no geral, no literário e no sistêmico, para interpretar o sentido da poesia, ultrapassado o cânone poético romântico e talvez na prática até o que é o livro objeto, apontando a necessidade de novas análises, ferramentas e em consequência, perspectivas de análise e investigação.

O nacional, ou o projeto social, encravado no antagonismo da voz poética e função da poesia, num universo em que a democracia e a igualdade estão

subvertidas e a ação coletiva domina a construção da identidade como manifestação política, não coral, mas descentralizada e complexa arredor da movimentação coletiva.

O plenamente social: resistência militância e emancipação, os repertórios de protesto da esquerda política tanto na análise da criação concebida ou desenvolvida nessa tríade quanto a possibilidade da existência de uma investigação militante e ativista:

“Que supere os limites marcados pelo campo e a instituições acadêmicas e capaz de produzir, de forma análoga aos processos e práticas que som analisados, algum tipo de efeito transformador no seu campo social”

Resistência, emancipação, libertação, desterritorialização, feminismo, desterro, ecologismo. Resistir significa impugnar a razão e os mapas, no fundo meros construtos discursivos, que podem ler-se, que devem ler-se como textos em contextos.

Repertório de resistências, conceptualização da vanguarda, metodologia da subversão. Elogio da extravagância...

O mesmo vale para Sechu Sende quem preside dalgum jeito e encabeça com verso de envio e depois infiltra-se no texto uma e outra vez na longa epístola que na Realidade é Livros que nom lê ninguém. A cousa mais interessante talvez seja, terá já adivinhado o atento leitor, mais do que destacar a inegável perspicácia, talento, capacidade de evocação e crítica dos textos, perguntar-se com quem está a falar? Tá a falar sozinho, subido como está na plataforma e com um alto-falante na mão?

Estudar a importância da poesia na cultura galega essa é a escusa para despregar mapas teóricos entre e González Millan e Manolo Pipas, apontar notas subversivas para fazer filologia política e converter a pesquisa numa subversão artística e num trabalho militante. Gamberrada sistémica e contra essa “Normalización” que nos quer como na letra de Lennon pequenos e quebrados. E os espaços, os campos académicos, os lugares do ato e a celebração institucional convertidos - pela magia da crítica - em lugares da memória.

O conflito cultural num sistema acomplexado, e talvez - a cousa é difícil com tão pouco corpo - polissitémico, e a estratégia, a intervenção a reflexão sobre processos, os agentes, a autonomia e hegemonias, as práticas e trajetórias na constatação da fricção, da tensão nos espaços e campos *à la bourdieu*.

É poderosa a força na escrita de Isaac Lourido. Tenho a sensação que ultimamente algo se foi cozendo lá, cá, arredor e longe, nas periferias, mas por toda a parte, porque muitos somos os que imos lendo nos mesmos livros, ou chegando a escrever das mesmas cousas.

Livros que a gente lê... Livro coletivo e luminoso para a gente ler e livro de que se muito aprende. Talvez não toda esta frase, mas sim a primeira parte teria eu recomendado se fosse editor.

Pois como não acreditar que o autor pretende falar connosco através desta escolma de textos produzidos entre 2005 e 2012? Como não acreditar que pretende nos dizer qualquer cousa a meio caminho entre a investigação e o ativismo aos que – para o contradizer - lemos e passamos, página sim, página não, marcando a lápis nas margens ou assentindo hipnóticos com a cabeça?

***Os falares dos concelhos de
Trasmiras e Qualedro***

Isaac Alonso Estraviz

Compostela: Através, 2014

Higino Martins Esteves

O autor do grande dicionário galego vem de oferecer-nos exaustiva e precisa-mente o perfil e o vocabulário do seu torrão num grosso volume. É um texto de vasto interesse e um documento destinado a perdurar que regista os rasgos da língua tradicional desta terra próxima da raia. Aí regista com amor e sempre com fidelidade, sem ocultar os castelhanismos, mas a par protegendo uns rastos arcaicos, decerto preciosos, que deitam luz inédita na história da língua. Tudo desde a insubornável posição que lhe conhecemos.

Os falares alumiados –registadas rigorosamente as variantes de cada lugar – têm muitos rasgos próprios. Na fonética destaca uma gheada suave com a companha da gueada complementar, e uma insólita aspiração do –Z, bastante surpreendente. Também dá interessante a presença da nasalidade vocálica fonológica, intermitente mas nítida.

A sua revista global abrange notas sintáticas: eis as várias elisões e elipses de relativos e preposições, com curiosos paralelos na sintaxe das neocélticas. Cuido que já terá passado o tempo em que alarmava dar com factos similares.

Na morfologia chama a atenção a extensão das arcaicas segundas pessoas verbais *-ades*, *-edes*, *-ides*, frequentemente profundizadas com uma deriva para *-andes*, *-endes* e *-indes*. É notável descobrir que tais rasgos puderam se inovações, pois que ficam rastos de que os mais velhos ainda não muito pronunciavam as formas contratas *-áis*, *-eis* e *-is*. A meu ver será um processo falsamente arcaizante que não adiantou tanto nos imperativos, onde o

acentos de intensidade fez prevalecer as formas contratas nas falas tradicionais, como se vê em Curros.

Comentar o conteúdo do léxico local seria fazer um mapa coextensivo do livro mesmo, tentação borgiana difícil de resistir. Simplesmente passarei por cima de algumas das palavras que apresentam perfis diferentes e úteis para a história, espigadas da primeira metade do volume.

Abesugo “má pessoa” deita luz na etimologia e na semântica de *besugo*, vindo do antigo prefixo *abes* “a custo”, e um derivado obscuro de *oculu-*.

Curioso é o jeito de chamar o avô, perante a decadência da palavra própria: *pai Francisco* ou *Pedro*. Para o pai também haveria uma alteração ou arcaísmo ajudado pelo castelhano, *mi padre*. Estraviz defende atinadamente a autoctonia de *padre*, e aponta a possibilidade de que esse *mi padre* seja caso similar ao de *el-rei*, que Bernard Pottier mostrou ser lídimo arcaísmo isento de influências externas. A diferença está em que esta forma se antiquou, enquanto que aquela fica rodeada de incerteza.

Ha verbos arcaicos como *achoir*, por *choir* “fechar”, ou *afirir*, que é *aferir*.

Grande relevo a meu ver tem *amenar* “produzir muito fruto; parir muitos filhos”, que deita luz na etimologia de *meninho-menino*, certamente céltica. *Amenar*, apenas vivo em três lugares de Vila de Rei, freguesia de Trasmiras, nada tem com *ameno*, adjetivo erudito entrado do latim na Renascença, que não se presta ao cruzamento preciso para atar-se a *amenar*, que é nitidamente do fundo rural, sem os harmónicos poéticos do adjetivo. É outro derivado do céltico *MENNO- “pequena cria de leite”, visto em *meninho-menino*, que mais simplesmente teria o sentido de “cria”. *Amenar* é sinónimo de *procriar*. A pôr-se a reconstruir o étimo da palavra damos em *AMMENNĀ-, datável antes da queda dos sons intervocálicos caducos (oclusivas, L, N e D) e da simplificação das geminadas, isto é, nos últimos séculos do primeiro milénio. A prótese do A- pode ser do céltico ou do latim; os dous tinham AD. Mas cumpre ver un anterior *ADMENNĀ- “parir; procriar” pelo documentado valor intensivo que AD tinha em céltico, cf. O antropónimo peninsular *Admata*, traduzido “muito boa”.

Com rigorosa fidelidade regista formas que num dicionário português seriam ociosas como *andorinha-andurinha* ou *cozinha-cuzinha*. Pela fonologia da língua na escrita essa duplicidade sobra, mas Estraviz foca um destinatário galego, que é onde a batalha se trava. É a única concessão, didática, à fonologia castelhana, onde o utente local anda sumido.

É riquíssimo o registo das interjeições, muitas registadas por vez primeira. Chegue ementar *aranguinha!* para abeberaram as ovelhas. Suspeito um híbrido com céltico *are!* “adiante!”, uma preposição incerta e o diminutivo *aguinha*.

Na semântica é curiosa a mudança de *arrogante* para “simpático, aberto”, em Vila Seca e Escorna Bois.

Devera eu fazer o percurso completo através do riquíssimo documento. Mas se o fizer exaustivo, comprometeria a entrega em data eficaz desta resenha, pobre e injusta com o mérito deste monumental trabalho.

Além da riqueza léxica, a obra contém um extenso registo da literatura oral em galego e castelhano guardada nesses lugares. Um labor antropológico que merece a atenção de especialistas e excede as minhas possibilidades imediatas.

Apenas me resta agradecer ao mestre Isaac Alonso Estraviz o tremendo esforço que brinda à renascença da Galiza, prometer uma acurada continuação do estudo do seu léxico e convidar aos amantes da língua a debruçar-se neste vasto mar.

Catálogo

Título	Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa
Editor	Padrão (Galiza): Academia Galega da Língua Portuguesa, 2008 -
Periodicidade	Anual
Início/fim	N.º 1 (2008) -
Notas	Textos em português
ISSN	1888-8763
Depósito Legal	C-2345/2008
Classificação	009(05) 303(05)
Matéria	Ciências humanas - publicações periódicas Ciências sociais - publicações periódicas



O utilizador pode copiar, distribuir, exibir e executar a obra* sob as seguintes condições:

- ① **Atribuição.** O utilizador deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante
- ② **Usó Não Comercial.** Não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- ③ **Vedada a Criação de Obras Derivadas.** Não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

* Para cada reutilização ou distribuição, deverá deixar claro para outros os termos da licença desta obra.

* Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que obtenha permissão por parte do autor.

Esta licença não limita de forma alguma os direitos legais e morais dos autores.

© Os(as) autores(as), 2015 (dos textos).

© Academia Galega da Língua Portuguesa, 2015 (desta edição).

O conteúdo dos textos e as permissões para citações são da inteira responsabilidade dos(as) autores(as).

*Boletim da
Academia Galega
da Língua Portuguesa*

Apresentação

O *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa* anuncia a chamada de colaborações para o seu nono volume, previsto para o segundo trimestre de 2016. O *Boletim* é uma publicação científica de periodicidade anual, editada pela AGLP, centrada na investigação e teorização no âmbito das ciências sociais e humanas, com ênfase na pesquisa referente à Galiza, às comunidades galegas e ao conjunto da Lusofonia.

Cronograma para o Vol. VIII

Colaborações: Até 31 de dezembro de 2015
Decisões editoriais: janeiro/fevereiro 2016
Edição e acabamento: março/junho de 2016

Envio de propostas

Os artigos devem ser originais e redigidos em Português a teor do Acordo Ortográfico, ratificado. Enviar-se-ão em arquivo electrónico (formato compatível com Microsoft Word) até 31 de dezembro a: pro@aglp.org

Devem cumprir-se as seguintes especificações:

Página de título e subtítulo com o nome do(s) autor(es), afiliação académica atual, bem como endereço postal e electrónico; os autores indicarão até sete palavras-chave (em português e inglês); resumo (em português e inglês) de 100-150 palavras; texto principal de entre 3.000 e 7.000 palavras para os Estudos, organizado com uma hierarquia clara de títulos e subtítulos (máximo três níveis); referências inseridas no texto (autor, ano:página), ex.: (Moreno, 2006:19-23); sendo estritamente necessárias, notas ao pé, não devendo incluir-se nenhuma referência bibliográfica; as tabelas, figuras, desenhos e ilustrações (originais), com contraste e qualidade apropriados, estarão claramente identificadas e numerar-se-ão consecutivamente; apartado de Referências bibliográficas (ver exemplos a seguir) depois do texto; breve (até 5 linhas) síntese biográfica em folha separada; o texto não deve conter formatações especiais, sublinhados ou negritos; contendo caracteres especiais (fontes fonéticas, históricas, etc.), deve enviar-se o arquivo com a fonte correspondente; os textos que não cumpram as especificações supracitadas serão devolvidos aos seus autores.

Apontamentos legais

Os autores serão sempre titulares dos direitos legais dos seus textos; os autores são responsáveis pelas autorizações para a reprodução de citações, ilustrações, etc. Aplicar-se-ão os termos da licença Creative Commons (by-nc-nd 3.0).

Normas de publicação

Resenhas

A revista incluirá uma seção com resenhas de publicações relevantes; os textos, redigidos de forma clara e concisa, conterão entre 1.000 e 2.000 palavras, a enviar ao endereço electrónico supracitado. Não se aceitarão resenhas de obras inéditas.

Sistema de referências bibliográficas

As referências devem seguir a seguinte formatação:

Em monografias e similares: Sobrenome e Prenome do autor ou autores (ano). *Título* (em itálico). Local: editora. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perimetro; Ex.: Suevos, Paulo; Lopes, Manuel (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perimetro.

Mais de três autores: Sobrenome e Prenome seguindo de: *et al.* Ex.: Suevos, Paulo; *et al.* (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perimetro.

Entidades coletivas: Nome da entidade (ano). *Título* (em itálico). Local: editora. Ex.: Xunta de Galicia (1998). *Estatísticas*. Santiago: Xunta de Galicia, Presidencia.

Autor (editor) da obra difere do autor do capítulo: Sobrenome e Prenome do autor da parte (ano). Título da parte. Sobrenome e Prenome do autor (editor) da obra, responsabilidade [seja ed., dir., org., etc.], *Título da obra* (em itálico). Local: Editora, pág. inicial-pág. final da parte. Ex.: Suevos, Paulo (1998). Marco teórico. Lopes, Manuel, ed., *Manual de estilo*. Lugo: Perimetro, pp. 12-34.

Revistas e jornais: Sobrenome e prenome (ano). Título do artigo. Título da revista/jornal (em itálico), volume e/ou número, página inicial-final do artigo. Ex.: Suevos, Paulo (1998). Introdução ao estilo. *Revista de Letras*, vol. 1, n.º 1, pp. 23-35. No caso de artigos sem autor explícito, colocar nome da revista/jornal.

Para teses e outros trabalhos académicos: Sobrenome e Prenome (ano). *Título* (em itálico) [tipo de trabalho]. Local: Instituição. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Teoría do estilo* [memória de licenciatura]. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia.

Para documentos em-linha: mesmos critérios que edição impressa, acrescentando [em-linha], seguido do título, disponibilidade e data de consulta no fim. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Manual de estilo* [em linha]. Lugo: Perimetro. Disponível em [consult. 03/05/07]: <<http://www.perimetro.net/estilo.pdf>>.